



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA

VON KLEBER TADAIESKY CARDOSO

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ: visão sistêmica da ausência de um sistema de informação de custos

Belém
2023

VON KLEBER TADAIESKY CARDOSO

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ: visão sistêmica da ausência de um sistema de informação de custos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública. Área de concentração: Gestão Pública de Desenvolvimento.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Márcia Sousa de Lima Elias.

Belém
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante aos dados fornecidos pelo (a)
autor (a)

C 268a Cardoso, Von Kleber Tadaiesky.

Aspectos econômicos e socioambientais do corpo de bombeiros militar do Pará: visão sistêmica da ausência de um sistema de informação de custos / Von Kleber Tadaiesky Cardoso. — 2024

181 f. : il. color.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Leila Marcia de Sousa de Lima Elias.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Belém, 2024.

1. Gestão de recursos. 2. Sistema de informação de custos. 3. Sustentabilidade amazônica. 4. Análise contábil sistêmica. 5. Planejamento de políticas públicas. I. Título.

CDD 351.8115

VON KLEBER TADAIESKY CARDOSO

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ: visão sistêmica da ausência de um sistema de informação de custos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Gestão Pública. Área de concentração: Gestão Pública de Desenvolvimento.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Leila Márcia Sousa de Lima Elias
Orientadora - PPGGP/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Adagenor Lobato Ribeiro
Examinador Interno - PPGGP/NAEA/UFPA

Prof. Dr. João Francisco Garcia Reis
Examinador Externo - IESP

AGRADECIMENTOS

A vida é uma dádiva de Deus, e através dela nós temos um caminho para realizar, o que tem muitos sonhos, alguns são realizados, outros servem de aprendizagem, mas seja qual for o caminho e/ou sonhos, temos sempre alguém para nos ajudar, basta pedir, e o Nosso senhor Jesus Cristo encontrará alguém para auxiliar nos nossos sonhos. “Eu agradeço”!

A família é tudo, por isso agradeço à minha mãe Sr.^a Leonice Tadaiesky Cardoso, fonte de inspiração e minha heroína, “te amo”; à minha companheira, Patrícia Keila, haja paciência para me aturar; ao meu filhão e parceiro Von Harrison, que sem sua ajuda não conseguiria terminar este trabalho, “papai te ama”; e às minhas irmãs, aos sobrinhos e aos cunhados, agradeço!

À minha orientadora, Dr.^a Leila Márcia Elias, por ter me orientado e transmitido muito conhecimento, e pela dedicação; haja paciência, com todo respeito à Madre Tereza Calcutá! Posso dizer o mesmo do professor Dr. Adagenor Lobato Ribeiro, pois têm pessoas que você gosta mesmo sem ter uma convivência, “sou muito grato”!

Aos professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), que me enriqueceram de conhecimento e sabedoria, que me faziam refletir em alguns pontos que não tinha o mesmo ponto de vista, mas tudo debatido na ciência e na democracia. Os tempos para mim não eram bons, com a pandemia e o bolsonarismo, este não fazia bem para o debate. Enfim, passou.

Agradeço aos professores(as) Dr.^a Leila Márcia Elias, Dr. Adagenor Lobato Ribeiro, Ph Dr. Josep Pont Vidal, Dr.^a Ligia Terezinha Lopes Simonian, Dr.^a Krishina Day Carrilho Bentes Lobato Ribeiro, Dr. Eduardo José Monteiro da Costa, Dr.^a Eliana Maria De Souza Franco Teixeira, Dr. Fábio Carlos da Silva, Dr.^a Marina Yassuco Toma e a Dr.^a Rosana Pereira Fernandes.

Aos funcionários do NAEA, em nome do secretário Alexandre Moura e a Rosângela Mourão; aos meus colegas, com quem aprendi muito, mas havia uma limitação no debate com muitos ânimos políticos que limitavam a discussão.

Aos meus amigos do Corpo de Bombeiros que me ajudaram muito, sou grato: Marcos Cunha, Licurgo Favacho, Fabrício Carvalho Martins, Eder Araújo de Lima Melo, Thyago Silva, Sandro Mendes Leal da Silva e, em especial, Flávio Cruz, Anderson Costa Campos e João Luís Xavier Dos Santos Júnior, que me auxiliaram em momentos decisivos. Em nome deles, agradeço a todos da instituição Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA).

*À minha mãe Sr.^a Leonice Tadaiesky e ao meu filho
Von Harrison Tadaiesky (in vitam).*

RESUMO

A dissertação aborda o desafio enfrentado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA) em melhorar a gestão de seus recursos em um contexto marcado por desafios econômicos e sociais significativos no Estado do Pará. A região, afetada pela exploração de suas riquezas naturais, demanda uma abordagem sustentável, ressaltando a necessidade de um Sistema de Informação de Custos (SIC) eficiente no CBMPA. A pesquisa identifica uma lacuna crítica na gestão de recursos devido à ausência de um SIC, que impacta negativamente o desempenho e a qualidade dos serviços prestados pela corporação. Fundamentando-se no pensamento teórico da Ciência Contábil, a dissertação examina diferentes funções das informações contábeis nas entidades públicas e a importância da análise sistêmica na gestão de custos. A metodologia adotada inclui uma pesquisa exploratória descritiva, com coleta de dados realizada por meio de uma revisão bibliográfica e do estatístico com 15 servidores do CBMPA nas áreas de gestão e planejamento. Os resultados principais revelaram que 46,7% dos servidores têm conhecimento limitado em áreas contábeis, financeiras e orçamentárias, e 63,6% reportam que as informações de custos disponíveis são fragmentadas e não dispõem de um SIC adequado. Além disso, um desafio significativo identificado é a responsabilização dos gestores na implementação do SIC. A pesquisa discute a importância de um SIC para a melhoria na gestão de recursos do CBMPA, enfatizando a necessidade de capacitação dos servidores e integração de informações para decisões efetivas. Também ressalta como um SIC pode contribuir para a sustentabilidade na Amazônia e melhorar a gestão pública. Concluindo, a dissertação propõe um modelo de SIC adaptado à estrutura organizacional do CBMPA e as particularidades regionais. O objetivo é mapear e mensurar os custos da corporação de maneira eficiente, fornecendo informações valiosas para auxiliar no planejamento e na execução das políticas públicas, incluindo o Plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). A implementação de um SIC eficiente é vista como fundamental para uma gestão eficaz e sustentável do CBMPA.

Palavras-chave: gestão de recursos; sistema de informação de custos; sustentabilidade Amazônica; análise contábil sistêmica; planejamento de políticas públicas.

ABSTRACT

The dissertation addresses the challenge faced by the Military Fire Department of the State of Pará (CBMPA) in improving the management of its resources in a context marked by significant economic and social challenges in the State of Pará. The region, affected by the exploitation of its natural resources, demands a sustainable approach, emphasizing the need for an efficient Cost Information System (CIS) in the CBMPA. The research identifies a critical gap in resource management due to the absence of a CIS, which negatively impacts the performance and quality of services provided by the corporation. Grounded in the theoretical framework of Accounting Science, the dissertation examines different functions of accounting information in public entities and the importance of systemic cost management analysis. The adopted methodology includes exploratory descriptive research, with data collection conducted through a literature review and a survey with 15 CBMPA employees in the areas of management and planning. The main results revealed that 46.7% of the employees have limited knowledge in accounting, financial, and budgetary areas, and 63.6% report that the available cost information is fragmented and lacks an adequate CIS. Additionally, a significant challenge identified is holding managers accountable for the implementation of the CIS. The research discusses the importance of a CIS for improving the CBMPA's resource management, emphasizing the need for employee training and information integration for effective decision-making. It also highlights how a CIS can contribute to sustainability in the Amazon and enhance public management. In conclusion, the dissertation proposes a CIS model adapted to the organizational structure of the CBMPA and regional specificities. The objective is to map and measure the corporation's costs efficiently, providing valuable information to assist in the planning and execution of public policies, including the Multi-Year Plan (PPA), the Budgetary Guidelines Law (LDO), and the Annual Budget Law (LOA). The implementation of an efficient CIS is seen as fundamental for effective and sustainable management of the CBMPA.

Keywords: resource management; cost information system, Amazonian sustainability, Systemic Accounting Analysis, Public Policy Planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1–	Organograma de Organização básica.....	70
Organograma 2–	Organograma dos órgãos de direção.....	71
Organograma 3–	Organograma referente às disposições das diretorias.....	72
Organograma 4–	Organograma dos órgãos de execução.....	73
Esquema 1–	Esquema sistêmico das instituições na amazônia.....	103
Esquema 2–	Bertalanffy. Esquema de retração simples.....	105
Esquema 3–	Visão do Processo.....	110
Esquema 4–	Visão de processos em um sistema de custos.....	111
Esquema 5–	Processo gerenciar custos do Governo Federal.....	116
Esquema 6–	Dimensões da gestão das contas públicas.....	118
Organograma 5–	Estrutura organizacional.....	149
Organograma 6–	Organograma da organização de custos.....	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Regiões de integração de Segurança Pública (RISP).....	78
Figura 2–	Classificação da informação segundo a sua finalidade para uma organização.....	80
Figura 3–	Exemplo de SPT de Folha de Pagamento.....	81
Figura 4–	Como o sistema de informação gerencial adquire seus dados do SPT da empresa.....	82
Figura 5–	Sistema de apoio à decisão para cálculo de transporte.....	82
Figura 6–	Custos na NBCT 16.11 na doutrina.....	86
Figura 7–	Fases do ciclo de gasto, desembolso, investimento e despesas.....	86
Figura 8–	Sistema de informação de custos do Exército Brasileiro.....	93
Figura 9–	Sistema de informação de custos do Exército Brasileiro.....	94
Figura 10–	Campos de Custos do SISCUSTO do Exército Brasileiro.....	95
Figura 11–	Sistema de informação de custos do Exército Brasileiro com relação ao tratamento da depreciação.....	96
Figura 12–	Síntese do funcionamento do sistema de custos da Força Aérea Brasileira.....	100
Figura 13–	Regiões de integração do Estado do Pará.....	107
Figura 14–	Processo de Transformação dos Recursos.....	119
Figura 15–	Processo de transformação dos recursos no CBMPA.....	119
Figura 16–	Regiões integradas de segurança pública.....	149
Figura 17–	Sistema de informação de custos do CBMPA (SICBOM).....	150
Figura 18 –	O SICBOM, custo consolidado dos órgãos.....	151
Figura 19 –	SICBOM, Custo Setorial.....	151
Figura 20 –	SICBOM, Custo de Apoio.....	152
Figura 21 –	SICBOM, Custo Execução consolidado.....	153
Figura 22 –	SICBOM, Custo do COP consolidado pelas RIB.....	153
Figura 23 –	SUCBPM, Custo CAT consolidado pelas RIB SAT´s.....	154
Figura 24 –	7ª região integrada da RISO	154
Figura 25 –	SICBOM, Regionais consolidadas pelas UBM/SAT´s	155
Figura 26 –	Ciclo Orçamentário/Financeiro do SICBOM.....	157
Figura 27 –	Atividades desempenhadas nas UBM´s.....	160

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–	Qual a sua unidade ou diretoria?.....	132
Gráfico 2–	Qual a sua patente ou graduação?.....	132
Gráfico 3–	Qual a sua função?	133
Gráfico 4–	Qual seu vínculo empregatício?	133
Gráfico 5–	Qual a sua formação?	134
Gráfico 6–	Qual a sua área de atuação?	135
Gráfico 7–	Dentro da área administrativa, qual função exerce?.....	135
Gráfico 8–	Qual o conhecimento na área contábil, financeira e orçamentária?.....	136
Gráfico 9–	Existe um setor específico responsável pela informação de custos no CBMPA?	137
Gráfico 10–	Desde quando adota o sistema de custos?.....	138
Gráfico 11–	Se há alguma forma de levantamento de custos, atende todos os setores do órgão?	138
Gráfico 12–	Se sim, em qual departamento está alocado?.....	139
Gráfico 13–	Utiliza algum sistema de análise e avaliação de custos?.....	139
Gráfico 14–	São emitidos relatórios com informação de custos para tomada de decisão?	140
Gráfico 15–	Quais são as informações utilizadas pelo CBMPA para tomada de decisões?	141
Gráfico 16–	Como as informações de custos podem auxiliar o gestor no CBMPA?....	142
Gráfico 17–	Os dados de custos fornecidos para a tomada de decisão permite?.....	143
Gráfico 18–	Quais são os desafios enfrentados para a implantação do SIC?.....	143
Gráfico 19–	Sistema de custos podem ajudar na atuação do CBMPA na sustentabilidade da Amazônia?.....	144
Gráfico 20–	Como o sistema de custos poderia ajudar na gestão das unidades operacionais ou administrativas?.....	145
Gráfico 21–	As operações que o CBMPA são baseados nas informações de custos?...	145
Gráfico 22–	Sistemas	162
Gráfico 23–	Sistema de informação contábil	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1–	A divisão das fases históricas do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará em Municipal e Estadual.....	47
Quadro 2–	Hierarquia do Corpo de Bombeiro e Polícia do Estado do Pará.....	53
Quadro 3–	Projeto Pedagógico do curso de formação de praças 2023.....	58
Quadro 4–	Projeto Pedagógico do curso de formação de praças 2023.....	59
Quadro 5–	Projeto pedagógico do curso de graduação de sargento 2020.....	61
Quadro 6–	Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais 2016.....	63
Quadro 7–	Primeiro ano letivo do curso de formação de oficiais 2016.....	64
Quadro 8–	Segundo ano letivo do curso de formação de oficiais 2016.....	65
Quadro 9–	Formação de cadetes do curso de formação de oficiais 2016.....	66
Quadro 10–	Projeto pedagógico do curso EAD de aperfeiçoamento de oficiais 2019.....	67
Quadro 11–	Projeto pedagógico do curso presencial de aperfeiçoamento de oficiais 2019.....	68
Quadro 12–	Projeto pedagógico do curso superior de polícia e bombeiros militares 2022.....	69
Quadro 13–	Comparativo entre dois métodos de custeio.....	88
Quadro 14–	Comparativo entre dois métodos de custeio.....	88
Quadro 15–	Sistema de custos em órgãos das Forças Armadas.....	91
Quadro 16–	Tipos de OMPS.....	97
Quadro 17–	Procedimentos da Contabilidade de Custos.....	97
Quadro 18–	Plano de custo por área.....	99
Quadro 19–	Operação FÊNIX 2020.....	112
Quadro 20–	Características dos Órgãos do CBMPA.....	157
Quadro 21–	Serviços e descrição dos serviços mensurados nas UBM's.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Academia de Bombeiros Militar
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABNTEX	Burdas Normas para TeX
APH	Curso de Atendimento Pré-Hospitalar
BASA	Banco de Crédito da Amazônia
BDQ	Banco de Dados de Queimadas
BI	Sistema de inteligência Empresarial
BREC	Busca e Resgate em Estrutura colapsada
CCIU	Curso de Combate Incêndio Urbano
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
CAP	Curso de Análise de Projetos
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargento
CAT	Centro de Atividades Técnicas
CBM	Corpo de Bombeiros do Pará
CBMPA	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará
CBRAS	Curso de Busca e Resgate em Área de Selva
CC	Centro de Custos
CCIFA	Curso de Combate Incêndio na Floresta Amazônica
CEST	Curso de Especialização de Salvamento Terrestre
CEST	Curso de Salvamento Terrestre
CESUR	Curso de especialização em Socorro de Urgência
CF	Constituição Federal
CFAE	Centro de Formação de Associação de Escolas
CFAE	Centro de Formação Aperfeiçoamento e Especialização
CFO	Curso de Formação de Oficial
CFP	<i>Certified Financial Planner</i>
CFP	Curso de Formação de Praças
CGS	Curso de Adaptação de Sargento
CGV	Curso de Guarda Vidas
CMAUT	Curso de Mergulho Autônomo
COBOM	Centro de Operações Bombeiros Militar
COP	Comando Operacional
COPOM	Centro de Operações Bombeiros Militar

CPAI	Centro de Pesquisa em Arquitetura da Informação da Universidade de Brasília
CPI	Curso de Perícia de Incêndio
CSAL	Curso de Salvamento em Altura
CSMV/Mop	Centro de Suprimento e Manutenção de Viaturas Operacionais
CSPBM	Curso Superior de Polícia e Bombeiros
CVT	Curso de Vistoria técnica
D CONT	Diretoria de Contabilidade da Aeronáutica
DAL	Diretoria de Apoio Logístico
DASP	Departamento Administrativo de Serviço Público
DEI	Diretoria de Ensino
DFM	Departamento de Finanças da Marinha
DIRENT	Diretoria de Intendência da Aeronáutica
DRE	Demonstração do Resultado Econômico
EAD	Educação a Distância
EFO	Escola de Formação de Oficiais
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FAPESP	Fundação Amazônia de Amparo e Estudos e Pesquisa
FMI	Fundo Monetário Internacional
GBM	Grupamentos de Bombeiros Militares
GC	Grupo de Custos
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INPE	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
IPASA	Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
IPDA	Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia
IPSAS	International PUBLIC Sector Accounting Standards
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOB	Lei de Organização Básica
MB	Marinha do Brasil
MIC	Manual de Informações de Custos

NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NBC PI	Normas profissionais de Auditor Interno
OM	Organização Militar
OMPS	Organizações Militares Prestadoras de Serviços
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PGC	Projeto Grande Carajás
PMPA	Polícia Militar do Estado do Pará
PNAD	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPA	Planejamento: o Plano Plurianual
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
QOABM	Quadro de Oficiais de Administração
QOBM	Quadro de Oficial Combatente
QOCABM	Quadro de oficiais Capelães
QOCBM	Quadro de Oficiais Complementar
QOEBM	Quadro de Oficiais Especialistas
QOSBM	Quadro de Oficiais de Saúde
QUAESTOR RI	Sistema de consumo de gênero alimentícios Região Integrada
RIB	Região Integrada de Bombeiros
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
SADs	Sistema de Apoio à Decisão
SBM	Seção de Bombeiros Militar
SCM	Sistema de Custos da Marinha
SEFA	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SEGUP	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social
SEPLAD	Secretaria de Planejamento e Administração
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Recursos Humanos do exército
SIAPE	Sistema Integrado de Recursos Humanos
SIAPPES	Sistema Automático de Pagamentos de Pessoal
SIC	Sistema de Informação de Custo
SICSP	Sistema de Informação de Custo no Setor Público

SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIMATEX	Sistema de Material do Exército
SISBENS	Sistema de Controle de Bens Móveis
SISCOFIS	Sistema de Informação de Custos (SIC); do Sistema de Controle Físico
SISCOFIS	Sistema de Controle Físico do exército
SISCUSTOS	Sistema de Custos do Exército
SISPAG	Sistema de Pagamento de Pessoal
SISPPES	Sistema Autônomo de Pagamento de Pessoal
SPT	Sistema de Processamento de Transações
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SRE	Sistema de Retribuição no Exterior
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TNC	Nature Conservancy Brasil
UBM	Unidade Bombeiro Militar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
1.1	Contextualização.....	20
1.2	Relevância de Estudo.....	26
1.3	Delimitação do Problema.....	28
1.4	Objeto da Pesquisa.....	28
1.4.1	Objetivo Geral.....	29
1.4.1.1	<i>Objetivos Específicos.....</i>	29
1.5	Metodologia.....	29
1.6	Justificativa.....	30
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	34
2.1	Desenvolvimento Socioambiental e Econômico do Estado do Pará.....	34
2.2	A Formação Institucional do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará.....	42
2.2.1	A Origem do Corpo de Bombeiros.....	42
2.2.2	Corpo de Bombeiros no Brasil.....	43
2.2.3	Corpo de Bombeiros no Pará.....	45
2.2.3.1	<i>Estrutura Militar e Pessoal.....</i>	48
2.2.3.2	<i>Quadro de Oficiais.....</i>	53
2.2.3.3	<i>Formação dos Servidores do Corpo de Bombeiros Militado Pará.....</i>	54
2.2.3.4	<i>Organização Básica do CBMPA.....</i>	70
2.2.3.5	<i>Expansão do CBMPA no Estado do Pará.....</i>	74
2.2.3.6	<i>As Unidades de Bombeiros nos Municípios do Pará e as Regiões Integradas de Segurança Pública (RIB).....</i>	74
2.3	Sistema de Informação de Custos.....	78
2.3.1	Sistema de Informação.....	79
2.3.2	Sistema de Informações Gerenciais.....	81
2.3.3	O Sistema de Informação de Custo como Ferramenta Gerencial.....	83
2.3.4	Contabilidade de Custos.....	85
2.3.5	Conceitos Relevantes de Custos.....	85
2.3.5.1	<i>Custos em Relação ao Objeto (Custos Diretos e Indiretos).....</i>	87
2.3.5.2	<i>Custos em Relação ao Volume de Atividade (Custos Fixos e Variáveis).....</i>	87
2.3.5.3	<i>Sistema de Custeio dos Custos.....</i>	87
2.3.6	Sistema de Custos no Setor Público Federal.....	89

2.3.7	A Adoção do Sistema de Informação de Custos Pelas Entidades Militares.....	91
2.3.7.1	<i>Sistema de Informação de Custos do Exército Brasileiro.....</i>	92
2.3.7.2	<i>Sistema de Custos da Marinha do Brasil.....</i>	96
2.3.7.3	<i>Sistema de Custos da Força Aérea Brasileira.....</i>	98
2.4	Planejamento, gestão, Orçamento Público, Sistema de Informação de Custo e Sustentabilidade na Amazônia Paraense.....	100
2.4.1	A Visão Sistêmica do SIC no CBMPA.....	104
2.4.2	Sistemas de Informação de Custos no CBMPA.....	106
2.5	Os Possíveis Impactos Socioambientais e Econômicos Pela Ausência de Adoção do SIC Pelo CBMPA.....	111
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	121
3.1	Campo de Pesquisa.....	121
3.2	Tipo de Pesquisa.....	123
3.3	Especificação do Problema.....	123
3.4	Modelo Analítico de Pesquisa.....	124
3.4.1	Levantamento Bibliográfico e Documental.....	125
3.4.2	Questionário Estruturado.....	126
3.4.3	Tratamento e Análise de Dados.....	126
3.5	Observação Participante.....	126
3.6	Procedimento para Tratamento de Dados.....	127
3.6.1	Análise dos Dados dos Questionários Estruturados.....	127
3.6.2	Análise de Dados Semiestruturados.....	127
4	OBSERVAÇÃO EMPÍRICA DO CBMPA.....	129
4.1	O CBMPA e Suas Especificidades.....	129
4.2	Análise e Discussões.....	130
4.3	Descrição da Pesquisa.....	131
4.4	Perfil Geral dos Participantes.....	132
4.5	Perfil Geral dos Participantes sobre a implantação do SIC.....	136
4.6	Processo Decisório no CBMPA.....	140
4.7	Sistema de Custos e a Sustentabilidade.....	144
5	PROPOSTA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO CBMPA (SICBOM)	147
5.1	As Terminologias são termos importantes para a compreensão do SIC.....	155
5.2	Classificação dos Grupos de Custos (GC) e Centros de Custos (CC).....	157
5.3	Objeto de custo, sistema de acumulação de custos, sistema de custeio e método de custeio no CBMPA.....	158

6	MODELO SISTÊMICO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CBMPA (SICBOM).....	162
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	165
	REFERÊNCIAS.....	170
	ANEXOS.....	177

1 INTRODUÇÃO

Na vastidão da Amazônia, um protagonista, há mais de um século, se dedica a proteger vidas e patrimônios, enfrentando os desafios únicos desta região tão exuberante como complexa. O CBMPA emergiu em 24 de novembro de 1882, sendo o terceiro Corpo de Bombeiros mais antigo do país, como uma resposta necessária à falta de eficácia no combate a incêndios urbanos, anteriormente incumbido à Polícia e à Marinha, no período do grande apogeu da Amazônia pela produção da borracha.

O CBMPA tem em sua gênese a Marinha do Brasil (MB) e a Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), duas instituições militares, sendo que, na década de 1970, voltou a fazer parte da PMPA, desvinculando-se e se tornando uma instituição independente, em 19 de abril de 1990, com decreto nº 6781.

A história do CBMPA se entrelaça com o desenvolvimento regional da Amazônia, moldando-se para atender às demandas emergentes e resguardar a população em meio a um cenário de desafios ambientais, econômicos e sociais. Com a crescente pressão sobre a região, incluindo projetos agropecuários e minerais, o CBMPA assumiu funções ainda mais abrangentes, que vão muito além do combate a incêndios e salvamentos, contendo fiscalizações e atuação em diversos cenários, da selva ao meio urbano.

Para que essa nobre missão seja executada com excelência, é indispensável que o CBMPA conte com um Sistema de Informação de Custos (SIC) eficiente. A compreensão da complexidade institucional e dos desafios enfrentados na região amazônica exige uma abordagem sistêmica. É com esse propósito que nossa pesquisa se fundamenta, em uma metodologia compatível, aliando a pesquisa exploratória descritiva com a coleta de dados bibliográficos e um questionário constituído com perguntas fechadas, de múltipla escolha e de estimativa, buscando proporcionar uma visão abrangente do tema.

Nesta pesquisa acadêmica, temos como objetivo compreender a relevância do SIC para o CBMPA na Amazônia. Por meio de uma abordagem meticulosa e uma metodologia sólida, buscamos investigar os desafios enfrentados por essa instituição centenária em sua atuação na região. Esperamos contribuir para o aprimoramento da gestão e eficácia das ações do CBMPA, fornecendo insights valiosos para a tomada de decisões e o controle financeiro.

Ao longo deste estudo, analisaremos de forma sistemática como o SIC pode fortalecer a atuação do CBMPA, fornecendo informações cruciais para o gerenciamento eficiente de recursos. Com uma visão detalhada das particularidades do cenário amazônico, almejamos oferecer recomendações concretas para melhorar a gestão do CBMPA, tornando-o

mais preparado para lidar com os desafios e necessidades da população paraense.

Esperamos que esta dissertação seja uma contribuição significativa para o campo de estudos sobre gestão pública e sistemas de informação na Amazônia. Ao basearmos nossas conclusões em uma análise fundamentada, buscamos impulsionar o avanço do conhecimento e fornecer subsídios para aprimorar as políticas e práticas governamentais na região. Com um olhar atento sobre a atuação do CBMPA, aspiramos promover uma sociedade mais segura e resiliente, garantindo a proteção dos cidadãos e de seu patrimônio.

Dessa forma, este estudo busca não apenas contribuir para a compreensão das práticas do CBMPA, mas também abrir novos caminhos para futuras pesquisas e reflexões sobre a gestão pública na Amazônia. Com uma abordagem embasada em dados e análises criteriosas, esperamos fornecer subsídios valiosos para o aprimoramento da atuação do Corpo de Bombeiros no Estado do Pará, fortalecendo a capacidade de resposta a desafios e emergências na região amazônica.

1.1 Contextualização

Compreender o significado de uma instituição pública é complexo e difícil, principalmente uma instituição centenária como o CBMPA, localizada na região amazônica. Para Campos, Castro *et al.* (2015), desde a chegada dos portugueses, a Amazônia se transformou em um lugar de guerra, cobiça e extermínio de homens, fauna e flora.

A colonização amazônica ocorreu em várias fases do ciclo econômico mundial. Com a chegada dos portugueses, as especiarias, conhecidas como "drogas do sertão", foram um dos primeiros produtos da Amazônia a serem comercializados. Em outro momento, o período de modernização das indústrias automobilísticas europeias e americanas, foi a borracha, que era a matéria-prima principal (Lima Neto, 2013).

Isso ensejou, posteriormente, a abertura de rodovias para colonização ("Terras sem homens para homens sem terra") e os projetos de agropecuária e grandes projetos minerais (Lima Neto, 2013).

Nessa perspectiva de desenvolvimento econômico e social na Amazônia, surgiu uma organização do Estado voltada, primariamente, para o combate a incêndios na cidade de Belém, o Corpo de Bombeiros em 1882, que antes era feito pela polícia e marinha do Brasil (Menezes, 2007).

A necessidade de uma corporação especializada em combater incêndios era essencial para a cidade de Belém, devido ao grande apogeu do primeiro ciclo da borracha, que

transformou e modificou a estrutura urbana da cidade, com a riqueza gerada por esse produto, período da "Belle Époque".

A partir desse momento, o CBMPA se integrou ao sistema organizacional amazônico como instituição de Estado, e persiste até hoje. Como organização pública, o Corpo de Bombeiros foi se adaptando e evoluindo de acordo com o desenvolvimento econômico e social amazônico. Conforme os projetos econômicos de desenvolvimento da Amazônia adentraram a floresta para buscar suas riquezas, unidades do Corpo de Bombeiros foram implantadas para se criar um sistema de proteção urbano contra incêndios.

O CBMPA tem suas atribuições e características definidas na Constituição do Estado do Pará, no artigo 200, que define seu papel de atuação como instituição pública para o povo paraense. Ela se tornou uma organização complexa e de várias atribuições em defesa do Estado e com novas demandas do sistema amazônico.

O CBMPA é definido pela Constituição Federal e Estadual como instituição militar, de caráter de forte burocracia, que é simultaneamente subordinada ao governador e à força auxiliar e reserva do Exército brasileiro. Na sua fundação, a única função era apenas de combater incêndios, mas hoje tem grande variedade de atividades para proteção e prevenção de sinistros. Essas atividades estão definidas no artigo 200 da Constituição Estadual, como prevenção e atuação contra incêndios (urbanos, florestais e marítimos), socorro de emergência, proteção balneária por guarda-vidas e atividade de defesa civil.

O Pará é o segundo maior estado da Federação, tem dimensões gigantescas, com

1.248.042 km² de território, que significa 26% da Amazônia, com 144 municípios e 8.777.124 milhões de pessoas, com fronteiras internacionais junto à Guiana e ao Suriname, e os estados do Amapá, Amazonas, Maranhão, Tocantins e Roraima (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2021).

É uma região cobiçada pelos centros mundiais, que impõem suas vontades em detrimento do pensamento estratégico do Estado brasileiro e regional, com característica subdesenvolvida, muito devido ao pacto federativo, transformando a região em almoxarifado do desenvolvimento alheio, fornecendo commodities agrícolas, minerais além de produção de energia elétrica (Melo; Costa, 2019).

A região é prejudicada pelo pacto federativo com a Lei Kandir, que faz com que o Estado do Pará perca no seu orçamento milhares de reais, afetando direta e indiretamente as instituições públicas e a prestação dos seus serviços (Melo; Costa, 2019).

Para Vidal e Silva (2015), o desenvolvimento amazônico foi imposto,

principalmente, pelos grandes projetos governamentais a partir da década de 1970, mais especificamente no Estado do Pará, e trouxe e traz impactos à região, pois desordena o espaço através da imposição de estratégias que beneficiam grupos nacionais, internacionais e o mínimo regional em detrimento da população local.

A exploração impacta a Amazônia e, conseqüentemente, os serviços prestados pelo CBMPA, por provocarem queimadas, enchentes, minerações legal e ilegal, conflitos e o crescimento desordenado das cidades.

Passivos no orçamento do Estado e dos municípios são afetados e, conseqüentemente, o do CBMPA, cujo papel é atuar na prevenção do território paraense com dimensões gigantescas, estando presente em apenas 27 dos 144 municípios do Estado, e com uma variedade de serviços de atendimento à população, que se torna restrito com a limitação de orçamento público.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) em seu relatório final de 2020, reconhece que as políticas públicas têm grande influência nas pessoas e ajudam a se adaptarem às grandes mudanças globais, e admite sua influência social, principalmente nos desafios atuais: a pandemia, automação do trabalho e desenvolvimento sustentável.

Será necessário buscar soluções e inovações para o serviço público, para se ter uma melhor gestão, devido ao aumento das desigualdades, como fator da pandemia de *covid-19*. A busca para desenvolver inovações nas políticas públicas não é nova. Branco (2001) traz uma proposta de mudança de governança para redefinir o papel do Estado para contribuir melhor para a sociedade.

Essas mudanças nos últimos anos estão trazendo impacto no poder público ocidental, a globalização, requerendo mudanças por causa das conseqüências e dificuldades na governança tradicional. Elas trazem consigo uma forma nova de governar, uma nova gestão pública, com mudanças na administração para um mercado e sociedade mais complexa (Martínez, 2020).

Na concepção de Estado e da administração pública, no Brasil há, até o momento, três fases: o modelo patrimonialista, burocrático e o modelo gerencial. Esses modelos não são sequenciais, e muitas vezes se interpõem, mas em determinado tempo teve supremacia na sua forma de atuação de um dos modelos (Filgueiras, 2018).

O modelo patrimonialista, no qual não existem regras impessoais e resulta na cultura da personalidade, é a herança patriarcal do mundo Ibérico. Já o modelo burocrático ou weberiano, surgiu como uma reação ao modelo personalista, com a criação do Departamento Administrativo de Serviço Público (Dasp) em 1938. Essa criação trouxe a reforma do sistema

pessoal do serviço público e do orçamento (Filgueiras, 2018).

Postura inovadora do modelo burocrático, através da racionalização e mudanças culturais para formar uma administração baseada na impessoalidade e na capacidade técnica de seus servidores, trouxeram uma nova concepção para a atuação do Estado. No entanto, com a crise do Estado de bem-estar social, esse modelo entrou em declínio, devido à sua metodologia, que tornavam as decisões do Estado pouco dinâmicas (Bresser-Pereira, 2000).

O Estado precisava ser repensado devido a crises financeiras e, ao mesmo tempo, ser dinâmico para atender às novas demandas sociais. Foi então que surgiu o modelo gerencial, o New Public Management, influenciando a profissionalização da gestão baseada em indicadores de desempenho e resultado (Filgueiras, 2018).

Uma mudança na estrutura de um Estado, com novas estratégias, para solucionar o endividamento do Estado no âmbito internacional e a crise fiscal. Isso trouxe reflexos no fornecimento de bens e serviços, fazendo repensar o Estado de bem-estar social e o Estado burocrático para uma nova concepção de Estado Gerencial (Bresser-Pereira, 2000).

Para Bresser-Pereira (2000), a administração gerencial tem características básicas que são a orientação para o cidadão e para os resultados. A busca pela luta contra o nepotismo e a corrupção, mas sem ter mecanismos muito rígidos de controle sobre as decisões gerenciais para dinamizar as tomadas de decisões.

O Livro Branco da Comunidade Europeia de Governança também traz essa mudança em prol do cidadão e que suas ações sejam sentidas pela população, buscando maior interação entre os governos regionais e locais.

O processo de evolução do Estado tem como um dos pilares a contabilidade, que no decorrer do desenvolvimento da administração pública trouxe importantes contribuições para o melhoramento dos governos e organizações.

O desenvolvimento contábil no Brasil teve como referência o ano de 1809, quando foi criada a “aula de comércio da corte”. Entretanto, a contabilidade nesse período estava à margem do sistema econômico. Isso porque a economia brasileira era baseada na exportação de bens primários, enquanto as nações desenvolvidas exportavam produtos na área da indústria e comércio, e estavam mais evoluídas na ciência contábil, conseqüentemente gerando informações melhores sobre os negócios (Leite, 2005).

Notamos que, desde o século XIX, houve no Brasil a concepção da necessidade de se adequar a contabilidade com centros mais desenvolvidos economicamente. Isso porque não é possível desenvolver um sistema econômico sem um sistema de contabilidade compatível com a prosperidade de uma nação, empresa, organização e sociedade.

O sistema contábil vem evoluindo há centenas de anos. Há registros de sistemas contábeis na Babilônia, China, Índia, Suméria, Egito, Hebreus e Assírios. Cada povo ou nação desenvolveu um sistema de contas para as suas necessidades, até chegarmos às partidas dobradas do Padre Luca Pacioli na Itália, com sistema Padrão de contas (Martins; Silva, 2011). O processo histórico do desenvolvimento das relações de troca (escambo) – que posteriormente se desenvolveram para o comércio marítimo, industrial e financeiro – inseriu tribos, comunidades, localidades, regiões, países e continentes numa pangeia comercial chamada de globalização. A globalização busca uma linguagem comercial unificada, onde o valor de um bem possa ser calculado em qualquer país ou continente (Landes; Mokyr; Baumol, 2010).

A ciência contábil é uma das ferramentas principais desse processo, pois a contabilidade trata das relações micro e macro da economia. Traz em sua essência as informações fundamentais sobre a organização, análise e perspectivas do mercado, avaliando e mensurando para dar segurança a quem precisa das informações (Landes; Mokyr; Baumol, 2010).

Dentro da perspectiva do aspecto contábil e da evolução do controle do Estado sobre o seu patrimônio, o governo federal buscou implementar a contabilidade de custo para o maior controle estatal e da própria sociedade. Isso porque a contabilidade de custo busca mensurar o custo do serviço das próprias entidades que implantaram o sistema de avaliação do seu patrimônio (custos), para uma melhor eficiência, eficácia, moralidade e publicidade das contas públicas.

O gerenciamento público, através da contabilidade, busca ressaltar e incentivar a accountability e a transparência pública, prestação de contas, controle, reforçada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Elias *et al.*, 2018).

Nesse mesmo sentido, Pinho e Sacramento (2009) sintetizaram o significado de accountability. O gestor é o responsável em prestar contas, com responsabilidade e obrigação em relação à lei e terá consequências de não a fazer corretamente.

O setor público precisava de uma nova abordagem para a complexidade do Estado, principalmente pelo esgotamento do modelo burocrático, que buscava alinhar as suas contas através do aumento de tributos, penalizando ou cortando recursos à população, que são escassos e agravando, ainda mais, as situações em regiões com baixo índice de desenvolvimento e conflitos de terra e exploração de recursos naturais como a Amazônia.

Para Elias *et al.* (2018), a fragilidade das contas dos estados e municípios preocupa os

gestores, pelo desequilíbrio fiscal, aumento dos gastos públicos e a dependência da arrecadação tributária que muitas vezes possui um déficit. E com ausência de informações que possibilitem reconhecer gastos e, por consequência, incapacidade da atividade de gerenciamento público, impossibilita uma análise dos cortes nas ações orçamentárias relevantes para o desenvolvimento social.

O processo de melhoria do accountability no setor público faz com que haja progresso de dispositivos à disposição dos administradores públicos, que contribui na tomada de decisão. Atualmente, com a independência das economias mundiais, buscando informações financeiras comuns em mundo globalizado, o setor público vem como ator importante na condução da economia (Secretaria do Tesouro Nacional, Manual de Informação de Custos, 2018).

O protagonismo das instituições públicas exige a geração de informações contábeis e de custo para aumentar a coerência das decisões dos gestores públicos, através da evidenciação de demonstrativos e relatórios contábeis, para facilitar a comparatividade e atuação do controle social dos órgãos públicos (Secretaria do Tesouro Nacional, manual de informação de custos, 2018).

As informações contábeis geradas por esses relatórios, através de suas demonstrações e relatórios, buscam mudanças na gestão pública para uma melhor determinação do patrimônio público e de seus custos. Nesse sentido, é fundamental um sistema de custo que tenha padronização mínima de conceitos e práticas de todos os entes federados (Secretaria do Tesouro Nacional, manual de informação de custos, 2018).

Esse padrão mínimo de uniformidade se deu antes pelas convergências às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Ipsas). As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público foram ao encontro das Ipsas, na perspectiva de comparabilidade no setor nacional com outras nações (Secretaria do Tesouro Nacional, manual de informação de custos, 2018).

As mudanças acontecem pelo gerenciamento de custo, que está se fundamentando no setor público nacional; entretanto, ele ainda é introdutório, em comparação ao setor privado e algumas nações que estão mais avançadas no gerenciamento de custos (Secretaria do Tesouro Nacional, manual de informação de custos, 2018).

A sociedade exige informações fidedignas que representem a situação patrimonial real das instituições públicas. O sistema contábil e de custo são ferramentas fundamentais nesse sentido para o controle orçamentário, equilíbrio fiscal, transparência na gestão pública (Elias, 2020).

Um sistema de custos representa um novo frente de trabalho, que se integra à gestão

governamental, com a adversidade, de unir a contabilidade pública com os métodos gerenciais governamentais para um resultado efetivo com a melhoria do serviço público (Fernandes, 2011).

Nesse sentido, a Contabilidade de Custos é imprescindível para medir o desempenho, assim como, avaliar se as entidades governamentais são qualificadas para fornecer serviços e se proporcionam de forma eficiente e eficaz.

O CBMPA como entidade pública, depende diretamente dos repasses da cobrança de tributos do governo do Estado do Pará e do Governo Federal, para proporcionar suas ações de prevenção e proteção do Estado. A Gestão administrativa tem que estar capacitada para maximizar e preparar orçamentos limitados aos problemas relacionados às suas competências.

Logo, o modelo gerencial é essencial ligado à Contabilidade de Custos, para o gerenciamento público, e o CBMPA, por ser uma administração militar, com forte matriz burocrática, baseia-se no mantra basilar da caserna “disciplina e hierarquia”, que influencia nas alternativas de tomadas de decisão. Isso não significa incompatibilidade com administração gerencial e de análise dos seus custos dentro da comparabilidade entre custos de atividades ou serviços produzidos, com entidades públicas, com o mesmo serviço, ou diferentes, para melhoria dos seus serviços prestados à população.

1.2 Relevância de Estudo

A aflição com o meio ambiente é crescente no mundo, principalmente com o avanço da degradação da Amazônia, por isso existe uma pressão internacional pela progressão das invasões das terras dos povos nativos, e o avanço dos aumentos dos focos de incêndios na região, sendo o estado do Pará o primeiro do ranking e com municípios entre os três primeiros em foco de incêndios.

O Brasil, nesse contexto, tem tratados internacionais (Fundo Amazônia) para cuidar da floresta amazônica, através de ações que visem a sua integridade, visando através do desenvolvimento sustentável, resguardar um dos poucos ambientes mundiais preservados.

Os incêndios florestais estão se proliferando por todo território, a exemplo do município de Altamira, que está inserido no bioma amazônico, que tem uma grande quantidade de incêndios e a maioria causados por ações antrópicas. Para combater essa lógica de destruição, é fundamental a presença do CBMPA, que tem como missão institucional a prevenção e o combate a incêndios.

No entanto, essas ações, para serem bem sucedidas e alcançarem seu êxito

satisfatoriamente, necessitam de orçamento, planejamento e informações relevantes para execução finalística, e é o sistema contábil que gera essas informações, através dos demonstrativos contábeis. Assim, é primordial a contabilidade de custos, responsável pela transversalidade das informações e transformada em informações para os gestores na tomada de decisões (Martins; Rocha, 2003).

O SIC consolida em resultados as ações e projetos orçamentários do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (Loa) tomados pelos gestores, influenciando a governança com dados pertinentes à execução das entidades públicas.

O SIC, como ferramenta de gestão, é fundamental no CBMPA, para abastecer os gestores de informações da necessidade de controle dos patrimônios, móveis e imóveis, que sofrem desgastes, perdas e obsolescência, e detém informações de pagamento de pessoal, planejamento de grandes eventos públicos como Círio, veraneio e festas de final de ano.

Somando-se aos dados necessários da gestão interna de funcionamento, têm os desastres naturais e antrópicos que precisam da ação do CBMPA, exemplo foi a Operação Fênix para conter as queimadas nos municípios paraenses, nos últimos três anos. O Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) produz relatórios do Banco de Dados de Queimadas (BDQ), informando as queimadas no Brasil. Esses relatórios trazem dados alarmantes sobre os municípios diante do aumento das queimadas nos anos de 2018, 2019 e 2020.

O BDQ permite, em modo interativo, análises espaciais e temporais de focos de queimadas e incêndios florestais detectados pela imagem de satélites, atualizadas a cada três horas.

Através do BDQ, verificamos a importância institucional da Corporação em relação ao sistema amazônico e de se ter uma estrutura de SIC para geração de informações. Ao analisarmos os anos de 2018, 2019 e 2020, os dados do Estado do Pará em relação aos outros Estados Federativos, e o município de Altamira em relação aos municípios federados e do Estado do Pará, verificamos que o Pará foi o estado com mais focos em 2018, com 16,4% das queimadas do Brasil, e nos rankings dos municípios da federação brasileira, Altamira fica na terceira posição, com 5,7% das queimadas em todo Brasil e o primeiro lugar no Estado do Pará.

No ano de 2019, o município de Altamira foi o segundo município com mais focos de incêndios no país, com 7,6%, com aumento de 1,9%, e continuou como o primeiro em queimadas no estado do Pará, com 12,6% das queimadas estaduais, com aumento de 4,5% das queimadas no município.

Diante desses fatores, é fundamental que haja por parte do Estado, através do

CBMPA, a capacitação de combater os incêndios florestais, atuar na prevenção e salvamento, dentro de estratégias de gestão e objetivo definido.

O SIC é fundamental para avaliar a capacidade da instituição de atuar na sua função finalística, informando de forma preventiva a necessidade operacional de viaturas e equipamentos para atuar nos desastres.

O CBMPA tem a missão de salvaguardar a Amazônia, rios, florestas, nos campos e cidades com orçamento limitado. Missão, executada com diversos materiais de alto valor como carros de combate a incêndio, plataformas, lanchas, helicópteros e os mais diversos tipos de materiais de salvamento.

1.3 Delimitação do problema

O tema desta pesquisa é o SIC no CBMPA. Para isso, será analisado o recente Sistema de Informação de Custo do Governo Federal e das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e como ele ajudou na gestão, transparência dos gastos públicos e na implantação de uma nova perspectiva na instituição.

A necessidade de um SIC no CBMPA é grande, devido à natureza de suas ações e por estar inserido na região amazônica, com grandes problemas de exploração desordenada e conflitos sociais.

Neste sentido, a pesquisa parte do seguinte questionamento: “Como a ausência de um Sistema de Informação de Custos (SIC) afeta os aspectos socioambientais e econômicos do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), considerando os desafios únicos da região Amazônica e as implicações para a gestão sustentável de recursos?”

A pesquisa será realizada por meio de uma revisão bibliográfica, análise documental e questionário com servidores do CBMPA. Os resultados da pesquisa serão analisados e discutidos à luz da literatura sobre SIC e gestão pública.

A pesquisa espera contribuir para o desenvolvimento de um SIC no CBMPA, que possa melhorar a gestão da instituição, reduzir os custos públicos e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

1.4 Objeto da Pesquisa

Para responder à pergunta, buscamos sustentação nos objetivos gerais e específicos, apresentados a seguir.

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar de forma detalhada os impactos da não implementação de um Sistema de Informação de Custos (SIC) no Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), identificando as consequências socioambientais e econômicas específicas dessa lacuna. Propõe-se um modelo de SIC customizado que se alinhe com as necessidades operacionais, financeiras e ambientais do CBMPA, tendo em vista a promoção de uma gestão de recursos mais eficiente, transparente e sustentável, adequada aos desafios da região Amazônica.

1.4.1.1 Objetivos Específicos

- a) Fazer um levantamento histórico dos impactos socioambientais e econômicos no Estado Pará, sob a influência na atuação do CBMPA;
- b) Expor a formação histórica e institucional organizacional do CBMPA na Amazônia;
- c) Verificar como são levantadas as informações de custos para o planejamento do CBMPA;
- d) Propor um modelo de custos para o CBMPA.

1.5 Metodologia

Com o objetivo de aprofundar o entendimento teórico a respeito da Ciência Contábil e suas diferentes aplicações dentro das entidades públicas, por meio de uma análise sistêmica, foi adotada uma metodologia adequada para essa proposta. Optou-se por uma abordagem de pesquisa exploratória descritiva, utilizando a coleta de dados por meio bibliográfico, que abrange a criação, os objetivos e a atuação da instituição pública CBMPA.

Nesse sentido, a pesquisa fundamenta-se em levantamentos teóricos, utilizando principalmente dados secundários, com o intuito de proporcionar uma visão abrangente dessa instituição inserida na Amazônia. A perspectiva sistêmica permite uma compreensão mais ampla e global do problema, considerando a complexidade das inter-relações envolvidas (Marconi; Lakatos, 2020).

A natureza exploratória da pesquisa teve como finalidade oferecer mais informações sobre o tema investigado, permitindo a definição e o delineamento do estudo, além de possibilitar um novo enfoque sobre o assunto em questão (Prodanov; Freitas, 2013).

Conseqüentemente, ao adotar o enfoque sistêmico, tornou-se mais viável compreender de forma abrangente o SIC no contexto do CBMPA, no qual esse sistema é percebido como um componente interdependente que contribui para a constituição de uma unidade funcional maior, cujas características não podem ser plenamente compreendidas isoladamente de seus componentes (Marconi; Lakatos, 2020).

Em síntese, a pesquisa exploratória com abordagem sistêmica possibilitou um olhar amplo e aprofundado sobre o papel da Ciência Contábil e do SIC no CBMPA, fornecendo subsídios para compreender suas atuações e interações dentro das entidades públicas e sua importância para o planejamento e a gestão eficaz dessas instituições.

1.6 Justificativa

A maior parte do setor público brasileiro busca o desenvolvimento econômico para a melhoria do bem comum. No entanto, a parte resistente tem sido um problema para os planos políticos e as teorias econômicas que podem trazer avanços à administração pública. Isso levanta a indagação enigmática e difícil de refutar o porquê de não conseguirmos chegar a uma fase de desenvolvimento satisfatória (Pigatto *et al.*, 2010).

A Amazônia, é uma região cobiçada desde a chegada dos portugueses, já foi inserida em vários ciclos econômicos. Mas, a partir da década de 1960, através do regime militar, houve um grande esforço econômico para inserir a Amazônia paraense como grande fornecedora de commodities, para o mundo, e de energia, para o Brasil.

Esse esforço foi reforçado pelo pacto federativo (lei Kandir), que além de tirar a capacidade do estado do Pará de tributar os bens fornecidos, levou a conflitos pela terra, com vários atores distintos, como: Estado, comunidades ribeirinhas, rurais, posseiros, agropecuários e mineradoras.

A riqueza auferida pela região não reflete a situação da Amazônia, trazendo problemas para a prestação de serviços fornecidos pelo estado do Pará. O CBMPA está inserido nessas consequências.

O CBMPA é um braço do estado responsável pelos serviços preventivos e interventivos nas áreas de fiscalização de incêndios urbanos, florestais e fluviais, assim como de prevenção em balneários e grandes eventos, busca e salvamento e defesa civil.

Os serviços do CBMPA têm ações relacionadas, muitas vezes, com incentivos do governo federal, que acarretam uma série de passivos ao Estado, repercutindo no CBMPA, como, o incentivo ao agronegócio, que aumentou as queimadas na região, combinando um

esforço enorme de ações para conter as queimadas com a Operação Fênix, Operação Curupira e Operação Amazônia Viva, impactando o orçamento e as finanças da instituição. Além disso, o passivo deixado continua aumentando no estado do Pará, com a política do governo federal na década de 1970, de trazer os grandes projetos mineradores, precipitando a região com um grande número de barragens na região.

Ao todo, são 93 barragens distribuídas nos municípios de: Ananindeua, Rio Maria, Almeirim, Ourilândia do Norte, Curionópolis, Itaituba, Paragominas, Floresta do Araguaia, Juruti, Ipixuna do Pará, Marabá, Canaã dos Carajás, São Félix do Xingu, Parauapebas, Oriximiná e Barcarena. De acordo com Rodrigues e Szlafsztein (2020), podem trazer catástrofes como as que ocorreram em Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, com várias mortes e danos sem precedentes ao meio ambiente.

Isso demanda uma capacidade de gerenciamento administrativo e operacional voltado ao gerenciamento de incidentes do bombeiro, que busca mensurar a sua capacidade de resposta e ação.

Somando-se a isso, a Amazônia paraense tem o agravante, com queimadas florestais, de fatores os mais variados, como: aumento da fronteira agrícola da soja, madeiras, agropecuária, mineração ilegal, mineração legal e grandes projetos como a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Diante de tantas razões que influenciam as demandas sociais que necessitam do CBMPA, a instituição precisa ter a capacidade de atender nos momentos de aflição e perigo. O desafio é maximizar o orçamento da instituição, que é limitado, com a complexidade dos serviços prestados pelo órgão à sociedade paraense.

Saber quanto custam os serviços prestados por uma entidade pública para a sociedade ainda é um ponto de preocupação atual. Essa vontade de mensurar os serviços prestados à sociedade existe desde 1964, com a Lei nº 4.320, art. 85, e 1967, com o Decreto-Lei nº 200, que estabeleceram institutos legais para a apuração dos custos e a demonstração dos resultados da administração pública à população (Elias *et al.*, 2018).

Na década de 1980, a nação passou por uma crise fiscal com graves consequências sociais e econômicas. Houve a busca pela redemocratização e a elaboração de uma nova constituição, que ampliou o papel do parlamento no processo orçamentário (Holanda; Lattman- Weltman; Guimarães, 2010).

Nesse ambiente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi criada em 1986, por lei, com o propósito de unificar a execução orçamentária e auxiliar o Ministério da Fazenda no orçamento unificado, constituindo-se como órgãos centrais do Sistema de

Administração Federal e do Sistema de Contabilidade Federal (Holanda; Lattman-Weltman; Guimarães, 2010). Em 1987, a STN introduziu o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que acompanha e controla a execução orçamentária, financeira e patrimonial da administração federal. Isso deu condições ao Governo Federal de conduzir, de forma uniforme e centralizada, a execução do orçamento dos órgãos da administração direta e de muitos órgãos da administração indireta (Holanda; Lattman-Weltman; Guimarães, 2010).

O sistema SIAFI desempenha três trabalhos básicos na gestão pública: execução orçamentária, financeira e elaboração de demonstrações contábeis e consolidação do balanço geral da União (Holanda; Lattman-Weltman; Guimarães, 2010).

Nesse processo de apuração das contas públicas, o Decreto nº 93.872 de 1986 aumentou a necessidade de apurar custos de projetos e atividades. Isso estabeleceu restrições para entidades que não disponibilizam informações que permitam a mensuração de custos. O decreto também especificou o modelo de como apurar os custos públicos dos serviços.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, foi criada com o mesmo objetivo, de melhorar a tomada de decisão no setor público, no art. 50, § 3º, determinando a efetivação do sistema de custos como instrumento de participação e avaliação da gestão governamental.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma referência legal e fundamental para o processo de formação do SIC. Ela dispõe na LDO sobre o papel dos custos por meio do controle e análise dos resultados dos programas governamentais.

A Lei nº 10.180/01 dispõe sobre a organização e ordenação dos sistemas de planejamento orçamentário e financeiro, de contabilidade e controle interno e a demonstração dos custos dos programas e das entidades públicas federais.

A Portaria Ministerial nº 945/2005 instituiu disposições para o desenvolvimento do SIC. Para o desenvolvimento, em 2010, o protótipo foi homologado um ano depois, em 2011. Também ocorreram as edições das Normas Brasileiras de Contabilidade Federal Aplicada ao Setor Público nº 16.11, regularizando o uso do Sistema de custo no setor público, e a Portaria nº 828/2011 da STN, sistematizando as regras e diretrizes gerais de normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes federados, para a consolidação das contas públicas sob uma base conceitual única (Elias *et al.*, 2018).

O SIC do governo federal utiliza-se, primariamente, das informações orçamentárias do SIAFI. Além disso, do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan), que contém informações físicas, e do Sistema Integrado de Administração de Recursos

Humanos (Siape), que se refere às informações de pessoal (Holanda; Lattman-Weltman; Guimarães,

2010). Todas essas informações são inseridas em um banco de dados chamado "data warehouse", e são processadas por procedimentos contábeis, para transformá-las em informações de custo (Holanda; Lattman-Weltman; Guimarães, 2010).

Nesse contexto, Elias *et al.* (2018) avaliaram a gestão dos municípios paraenses através das informações de custo para utilização do orçamento público em prol de melhorar o benefício à população dos municípios paraenses. Os autores notaram um grande desafio pelas condições geográficas de um Estado com grandes dimensões e pela falta de informações de custo como fornecedora de informações para gestão.

O CBMPA, como órgão estadual, com a responsabilidade de proteção a desastres na Amazônia paraense, e pela sistemática das ações federativas que causam grandes problemas ambientais, e pela dificuldade dos municípios de eficiência de sua gestão pela falta de informações de custo, aumentam os problemas no território paraense refletidos na atuação do CBMPA.

Nesse cenário, o Sistema de Informação de Custo no Setor Público (SICSP), derivado das informações contábeis, integra-se como ferramenta indispensável para a tomada de decisão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará. Portanto, despertam várias indagações norteadoras neste estudo.

Dado ao exposto, fundamenta-se necessário analisar o SIC como ferramenta de otimização da gestão do CBMPA, principalmente por estar situado em uma região de grandes problemas sociais, e impactando diretamente os recursos destinados à instituição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Socioambiental e Econômico do Estado do Pará

Para compreender o SIC no CBMPA e suas implicações na gestão, bem como no desempenho de sua missão finalística, é necessário analisar a formação histórica da Amazônia e suas fases de ciclo de exploração. Além disso, é essencial entender o surgimento histórico do CBMPA como um organismo institucional de defesa da Amazônia e suas características como instituição. Por fim, deve-se analisar a importância do Sistema de Informação de Custo para a gestão do CBMPA.

Os povos originários ocupavam a região amazônica antes da chegada dos portugueses, tendo um modo de vida inserido como mais um elemento da natureza, seguindo uma lógica em que a natureza provia suas necessidades cotidianas com a coleta, plantação e caça. Em uma situação sistêmica, em que a natureza e as relações tribais se relacionavam de forma harmoniosa, a fronteira do sistema era a própria floresta, tornando-se um sistema fechado, com entradas (*Input*), processos, saídas (*Output*) e *feedback* que não modificaram significativamente as relações amazônicas, podendo ser considerado um sistema fechado.

O início da colonização amazônica pelos portugueses, através do rio Amazonas, ocorreu no século XVI, com a fundação de Belém. Esse marco representou a chegada dos dominadores militares e instituições religiosas, estabelecendo o domínio colonial português na região (Campos; Castro *et al.*, 2015).

A fundação de Belém, no século XVII, trouxe consigo uma estrutura administrativa da corte portuguesa para a Amazônia, composta por administradores, fiscais e cobradores de impostos a serviço da coroa portuguesa. A partir da fundação de Belém, em 1616, o sistema amazônico passou por modificações significativas, com a inserção de uma nova cultura exógena à região: a cultura europeia portuguesa. Essa cultura introduziu na Amazônia novas instituições que tiveram um impacto duradouro na vida e cultura dos povos ameríndios locais (Campos; Castro *et al.*, 2015).

A Amazônia deixou de ser regulada apenas pelos elementos amazônicos, que eram a natureza e as relações tribais. Essas interações resultaram na saída do sistema (*output*), em que a própria relação de interação não modifica o sistema. Com a chegada dos portugueses e suas instituições, principalmente a militar e a religiosa, as relações sociais e econômicas na Amazônia foram modificadas para sempre. Essa mudança representou um novo *input* no sistema amazônico, sendo o marco que alterou definitivamente a região.

Segundo Vidal e Silva (2015), a intenção portuguesa na Amazônia era realizar uma agricultura de plantation, semelhante à colônia da ilha da Madeira, onde obtiveram sucesso no Maranhão. No entanto, a maioria dos territórios mantinha a cultura agroextrativista.

A expansão colonial dos portugueses ocorreu através da força militar e de alianças com os povos indígenas para combater tribos hostis aos portugueses. Essa aliança resultou em um avanço territorial para a coroa portuguesa sobre as terras indígenas (Campos; Castro *et al.*, 2015).

Os portugueses modificaram suas políticas em relação aos índios e começaram a investir nas grandes missões jesuíticas. Através da catequização, eles conseguiram adentrar cada vez mais o interior da Amazônia (Campos; Castro *et al.*, 2015).

Transformando os índios em mão de obra para a coroa portuguesa, a catequização de vários grupos indígenas foi fundamental devido à sua perícia na coleta de drogas do sertão, como cacau, canela, salsa-parrilha, entre outras, constituindo-se todos esses produtos como amazônicos (Simonian; Baptista, 2015).

Com o passar do tempo, a instituição religiosa jesuíta tornou-se um problema para a coroa portuguesa, principalmente devido ao sucesso da catequização indígena, que resultava em uma mão de obra especializada para trabalhar nas aldeias sob a tutela portuguesa. Essa mão de obra era responsável por extrair as drogas do sertão (Campos; Castro *et al.*, 2015).

A expulsão dos jesuítas pela administração do marquês de Pombal, em 1750, buscou promover uma transição do extrativismo para a agricultura. Nesse contexto, foram implementados o diretório dos índios e a companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão como novas referências institucionais na Amazônia (Vidal; Silva, 2015).

Notamos que a Amazônia, sob gestão pombalina, passou por modificações significativas em sua estrutura. Uma das instituições mais fortes na região, os jesuítas, foram proibidos, devido à sua influência sobre os indígenas.

Com as diretrizes do marquês de Pombal, houve um novo input, que consistia na exclusão da instituição jesuítica, a criação do diretório dos índios e da companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão, o objetivo era controlar a mão de obra indígena e modernizar as relações comerciais, a fim de aumentar os lucros da coroa portuguesa. O diretório dos índios foi uma forma de reorganizar a força de trabalho indígena, sujeitando-os a uma nova legislação e obrigações, e também visava integrá-los à cultura portuguesa, acelerando o sistema mercantil colonial amazônico, o que gerou resistência e diversos conflitos entre os indígenas (Vidal; Silva, 2015).

Outros atores foram acrescentados à região através da força militar portuguesa, como intuito de dinamizar a agricultura e o sistema econômico amazônico; entre eles, os escravos africanos, que foram introduzidos para trabalhar nas lavouras de cacau, arroz, entre outros, porém, enfrentaram problemas semelhantes aos dos indígenas, resultando em revoltas e a formação de quilombolas. O problema de monopólio dos portugueses, a corrupção e a insatisfação de mestiços, negros e índios contribuíram para a posterior revolta da cabanagem (Vidal; Silva, 2015).

A Cabanagem (1831-1840) é considerada a revolta mais radical do Brasil colonial, chegando ao poder na província do Grão-Pará várias vezes, tendo como objetivo o fim da escravidão e uma relação diferente entre a colônia e a metrópole portuguesa. Esse movimento revolucionário uniu os interesses de vários atores regionais, como comerciantes, intelectuais, escravos africanos, índios e a população pobre; era contra a elite portuguesa (Campos; Castro *et al.*, 2015).

Para Campos e Castro *et al.* (2015), foi uma contestação social devido às contradições que se aprofundaram na Amazônia, entre senhores e escravos. A tentativa de criar liberdade para os oprimidos contra o poder político e econômico formado com a colonização portuguesa teve consequências sérias para a região, sendo o movimento social-político mais violento do Brasil colonial, levando à morte de 30.000 a 40.000 pessoas e abalando seriamente a mão de obra amazônica.

As consequências da revolta da Cabanagem serão sentidas mais adiante, devido ao extermínio de boa parte de sua mão de obra no conflito, o que afetará o grande produto amazônico de exportação: a borracha.

A Cabanagem tentou modificar o sistema amazônico com atores regionais, mas essa tentativa de modificar seu processo interno de funcionamento, pelas partes que fazem parte do sistema e do processo, não teve êxito. Não deram um input diferente da lógica que se mantém até os dias atuais no sistema amazônico, o input sempre está voltado para o externo. Quem sabe se os cabanos tivessem sido vitoriosos, a Amazônia seria diferente do que é hoje.

No século XIX e XX, a região amazônica atraiu os olhares do mundo pela produção da borracha nativa, o que modificou a situação de estagnação em que a região vivia e influenciou definitivamente o sistema amazônico. Isso marcou o início da colonização da Amazônia pela região sul e sudeste do país, e a modificação dos dominadores internacionais, saindo Portugal e entrando ingleses e americanos, sendo os

novos inputs para o sistema amazônico.

A borracha já era um produto comercializado e produzido pelos índios amazônicos, com certo grau de manufatura, como sapatos, capas de chuva e outros utensílios, que eram exportados para Europa e EUA. No período de 1823 a 1839, foram exportados cerca de 400.000 pares de sapatos feitos de borracha (Campos; Castro *et al.*, 2015).

Para Vergolino e Gomes (2002), o dinamismo econômico da borracha na Amazônia só se deu graças a dois eventos: o desenvolvimento da vulcanização da borracha por Goodyear, em 1844, e a criação da Companhia de Navegação a Vapor da região norte, entre Belém e Manaus.

A associação do avanço tecnológico da vulcanização da borracha criou um mercado consumidor e o transporte através dos navios trouxe maior mobilidade e dinamismo à mão de obra para extração e coleta da borracha (Vergolino; Gomes, 2002).

Além disso, com os preços alcançados da matéria-prima para a industrialização da época, a borracha se tornou um produto de grande importância estratégica para atores que dominavam a tecnologia industrial. O ciclo da borracha proporcionou à região uma grande prosperidade econômica entre 1870 e 1912, que ficou conhecido como o primeiro ciclo da borracha, superando o chamado "ciclo das drogas do sertão" e com resultados próximos aos da economia cafeeira no sul do país, que se desenvolveu no mesmo período (Lins Neto; Nazaré; Lopes, 2013).

Para a Amazônia se restabelecer economicamente, teria que superar alguns problemas após o ciclo das drogas do sertão, como a demanda mundial, mão de obra, capital e transporte. Algumas dessas questões foram completamente implementadas e outras parcialmente, afetando de forma distinta os diversos atores regionais. Um dos principais impactos que ocorreram nos ciclos da borracha foi a chegada dos imigrantes nordestinos para suprir a carência de mão de obra para a extração do produto amazônico, resultando em um incremento populacional de mais de 500.000 pessoas na região entre 1872 e 1920 (Lima Neto, 2013).

A produção da borracha foi consolidada a partir do aviamento, com a exploração da mão de obra que veio do nordeste, transformando-os em seringueiros sem conhecer a floresta, sendo explorados pelos aviadores com o consentimento do Estado para que o produto borracha prosperasse (Vidal; Silva, 2015).

O período do primeiro ciclo da borracha foi decisivo para a modernização da cidade de Belém, onde foram feitas grandes obras e reestruturação, como o Teatro da Paz, o Bosque Rodrigues Alves e a urbanização. Nesse período, implantou-se o primeiro Corpo de

Bombeiros da região amazônica e o terceiro corpo de bombeiros do país, o CBMPA, por necessidade de uma organização especializada em combate a incêndios para proteger a cidade, devido a incêndios que ocorreram, e o sistema de incêndio feito pela Polícia Militar e a Marinha tiveram pouca efetividade (Menezes, 2007, p. 2).

A crise da borracha brasileira entre 1910 e 1920 endividou os cofres públicos, levando

vários aviadores à falência (Vidal, 2015), principalmente devido à concorrência da borracha asiática, que tinha alta produção e causou a derrocada do produto amazônico (Vidal; Silva, 2015).

A Segunda Guerra foi determinante para voltar os olhares para a borracha amazônica, pois os japoneses interromperam a produção asiática, interferindo na produção europeia e, principalmente, na americana. A entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Guerra Mundial e a assinatura dos "Acordos de Washington" em 1942 levaram o Brasil a concordar em cooperar com matérias-primas, sendo a borracha uma delas, para as forças aliadas (Lima Neto, 2013).

Assim, iniciaram-se esforços para aumentar a produção amazônica do produto, sendo nomeada de "Batalha da Borracha". Os acordos firmados entre o governo brasileiro e os americanos eram conflitantes: enquanto o governo brasileiro buscava desenvolvimento permanente, os americanos tinham interesse imediato na produção de borracha (Lima Neto, 2013).

Na segunda batalha da borracha, a mão de obra que veio para a região amazônica foi principalmente da região sul, com um perfil diferente dos imigrantes nordestinos que vinham fugindo da seca nordestina e com suas famílias, os novos imigrantes tinham características aventureiras, o que trouxe uma série de conflitos na região. A falta de alimentos para abastecer a cidade e as doenças amazônicas que afligiram os novos trabalhadores da borracha trouxeram mais problemas à região (Lima Neto, 2013).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a borracha amazônica voltou ao ostracismo, e a região ficou com todos os problemas estruturais de excedente de mão de obra, falta de alimentos e conflitos.

Os Acordos de Washington inauguraram uma submissão da região amazônica às políticas dos governos federais e às elites do sudeste e sul do país, em detrimento das elites regionais e das características regionais da Amazônia.

As características regionais da Amazônia foram profundamente modificadas pelas duas fases da borracha na região. Os inputs internacionais e a aliança com o governo federal

e as elites do sul e sudeste, com a anuência da elite regional, modificaram todo o processo regional, tanto econômico como social e ambiental.

Essa transformação inaugurou uma profunda colonização da Amazônia pelo sistema político-empresarial do sul-sudeste e pelo sistema empresarial internacional, através dos grandes projetos militares de mineração e energia. Esse processo ensejou um pacto federativo que penaliza a região através da Lei Kandir, que isenta as exportações de commodities de impostos.

A falta de percepção dos governantes brasileiros em relação à Amazônia inaugurou um projeto nacional sem nenhuma preocupação com a população regional, principalmente os indígenas, quilombolas e ribeirinhos, nem mesmo com a própria economia local.

Segundo Melo e Costa (2013), a cobiça do mundo contemporâneo consagrou a Amazônia como um grande "almoxarifado" para o desenvolvimento do centro de interesses internacionais e nacionais que impactam a região e a penalizam ainda mais com o pacto federativo, ao isentar as commodities de seus tributos sem oferecer compensações financeiras compatíveis com sua contribuição desempenhada.

O clima nacionalista e o cenário da Segunda Guerra Mundial criaram um simbolismo sobre a Amazônia, expresso pelo presidente da república Getúlio Vargas, que considerava a floresta como inimiga do progresso e buscava integrá-la à nação brasileira. A região era vista como um grande vazio e perigoso, o que justificava as políticas adotadas para a região (Marques, 2019).

Essa concepção de vazio e a desvalorização dos povos originários levaram ao desenvolvimento exógeno e implicaram na criação de Belém-Brasília, visando a integração da região através das estradas e concedendo grandes lotes de terras aos grandes proprietários privados nacionais e locais. No período militar de 1966, foi lançada a "Operação Amazônia", que consistia em dispositivos legais, dentre os quais, se criou a Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea), substituída posteriormente pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e o Banco de Crédito da Amazônia (Basa) (Marques, 2019).

A Operação Amazônia, tinha como premissa estimular o desenvolvimento regional pelo modal rodoviário, produção mineral e expansão da fronteira agrícola. Sendo reforçado pelo discurso militar que se alicerçava em dois pilares, de segurança nacional e o de potencial econômico (Da Fonseca; Rabello, 2015).

A "Operação Amazônia" era acompanhada por um seminário que percorreu o rio de Manaus a Belém, com o objetivo de demonstrar as riquezas da Amazônia a empresários, que

teriam à sua disposição, com anuência de políticos e empresários regionais. O Estado garantia as condições indispensáveis aos investidores, que visavam enriquecer com custos e riscos mínimos, com lógica de atrair investidores (Marques, 2019).

A Amazônia era descrita como um imenso vazio verde, e com facilidades para o lucro do capital privado. Por isso, foram realizadas ações de construção de rodovias, como a Transamazônica, e a distribuição de terras através do Programa de Redistribuição de Terras e o Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra) (Marques, 2019).

A ação do Estado tinha dois discursos oficiais para a Amazônia, que ficou conhecido como "levar homens sem terra para terra sem homens", e "integrar para não entregar" com o objetivo de integrar a região e povoá-la com programas governamentais (Da Fonseca; Rabello, 2015).

O Primeiro Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA), sendo a versão regionalizada do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (Pnad, 1972-1974), priorizou a integração da Amazônia pelas rodovias e o desenvolvimento do setor privado por meio de incentivos fiscais e ocupação com a imigração. O II PND priorizou o setor de bens de produção, principalmente com o choque da crise do petróleo e o fim do milagre econômico, com o objetivo de substituir as exportações e diminuir o déficit cambial, que como resultado, impôs à Amazônia a função de exportadora de commodities minerais, consolidando-a como fronteira mineral (Projeto Grande Carajás) e fornecedora de matéria-prima aos países imperialistas (Marques, 2019).

As pesquisas de Lins Neto, Nazaré e Lopes (2013) apresentam os trabalhadores nordestinos que atuaram na construção dos "Grandes Projetos", como a Rodovia Transamazônica e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, como uma nova "Transumância Amazônica", porém em menor proporção, comparado ao ciclo da borracha.

Posteriormente, o Estado restringiu a ocupação da região através de complexos empresariais que incluíam Estado, capital nacional e estrangeiro (Lima Neto, 2013).

Surge então o complexo industrial de alumínio em Barcarena, motivado pelo choque do petróleo, que aumentou o custo de produção de energia, transferindo esse custo para a Amazônia. Outro exemplo são os grandes projetos de Carajás, que têm natureza de pilhagem pelo capital internacional, com apoio da burguesia regional e local e do Estado brasileiro. A implantação do Projeto Grande Carajás (PGC) impacta o meio ambiental, a exemplo da indústria de ferro gusa em Marabá, que utiliza a madeira como fonte de energia, causando destruição da floresta (Marques, 2019).

Os incentivos aos projetos passados de colonização e agropecuária na região,

juntamente com os grandes projetos mineralógicos, desencadearam uma exploração desenfreada do solo, floresta e rios, gerando conflitos sociais e grandes degradações ambientais que refletem até os dias atuais.

O crescimento das cidades paraenses foi moldado por essas lógicas dos novos projetos, trazendo uma concepção puramente de busca de riqueza para si, sem preocupação com a região. Muitos proprietários de empreendimentos na região sequer moram na Amazônia, tratando-a apenas como geradora de riqueza, e a lógica continua a mesma, séculos depois da colonização portuguesa.

Essa situação traz dificuldades para as organizações públicas estaduais e municipais, incluindo até mesmo as federais, afetando seus orçamentos, principalmente nas áreas da saúde, educação e segurança.

Um exemplo disso é o CBMPA, que sofre com o aumento do desmatamento causado pelas queimadas, afetando diretamente suas ações. O Inpe produz o relatório BDQ, que traz informações sobre queimadas no Brasil. Os municípios paraenses estão entre os que mais produziram queimadas nos anos de 2018, 2019 e 2020.

A venda de commodities não é apenas um problema de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), devido à Lei Kandir (Lins Neto; Nazaré; Lopes, 2013). Para Loureiro (2002), também há uma questão de destruição ambiental das florestas, rios e contaminação do solo em um ecossistema frágil, formado por chuva, floresta e solo.

De acordo com Rodrigues e Szlafsztain (2020), o estado do Pará possui 93 barragens de rejeitos minerais distribuídas em várias cidades, incluindo Ananindeua, Rio Maria, Almeirim, Ourilândia do Norte, Curionópolis, Itaituba, Paragominas, Floresta do Araguaia, Juruti, Ipixuna do Pará, Marabá, Canaã dos Carajás, São Félix do Xingu, Parauapebas, Barcarena e Oriximiná.

Os estudos apontaram 20 barragens com Alto Dano Potencial, situadas nos municípios de Barcarena, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Marabá, Oriximiná, Paragominas e Parauapebas, onde as empresas são responsáveis por sua manutenção e fiscalização (Rodrigues; Szlafsztain, 2020). Isso traz preocupação com a possibilidade de desastres semelhantes aos de Mariana e Brumadinho, onde falhas na fiscalização e monitoramento de rejeitos resultaram em grandes danos ambientais, causados pelas empresas responsáveis pela manutenção e fiscalização dos rejeitos minerais.

O Estado do Pará é o segundo ente federativo com o maior número de barragens no Brasil, o que o torna suscetível a um desastre similar aos de Brumadinho e Mariana, e o CBMPA precisa estar preparado para atuar nessas situações de emergência.

Operações de desastres, como rompimento de barragens, incêndios florestais, grandes eventos como veraneios, festas natalinas e de final de ano, e o Círio de Nazaré, exigem uma organização abrangente, que inclui planejamento orçamentário, financeiro e contábil, para alicerçar a gestão institucional desses eventos.

Além disso, as cidades paraenses enfrentam problemas distintos, dependendo da região onde estão situadas. A exploração desenfreada dos recursos da Amazônia, sem o devido respeito à sociedade paraense e a outras populações amazônicas, tem causado muitos problemas e afetado o poder público em todas as esferas, incluindo o Corpo de Bombeiros Paraense.

2.2 A Formação Institucional do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará

2.2.1 A Origem do Corpo de Bombeiros.

A origem do Corpo de Bombeiros está ligada ao instinto de sobrevivência e ao desenvolvimento tecnológico que o próprio homem criou para facilitar sua vida, trazendo simultaneamente insegurança e necessidade de proteção.

O Corpo de Bombeiros é a própria consciência social de segurança, materializada em uma instituição capaz de ajudar na sobrevivência das pessoas nos momentos de perigo, adaptando-se à evolução humana.

Pode-se dizer que a conquista do fogo trouxe o fornecimento de calor para o aquecimento do homem, proteção, combustível e aprimoramento de sua alimentação. Assim como o perigo de afligir homem de formas variadas, com incêndios e enfermidades e, como consequência, a necessidade de vigilância e cuidado com o fogo (Toassi, 2008).

Na Roma antiga, o primeiro Corpo de Bombeiros foi estruturado como uma unidade especializada no ano 22 a.C., chamada de triumviri nocturni, formada por 600 soldados e escravos. Essa unidade fazia o policiamento noturno, dava alerta de incêndios e combatia-os com equipamentos que, hoje em dia, são utilizados pelos bombeiros, como escadas e machadinhas. Algumas décadas depois, o serviço se reorganizou sob o imperador Júlio César, com 10 mil "legionários-bombeiros", mantendo-se até o fim da Idade Média, quando surgiram os primeiros bombeiros da era moderna (Menezes, 2007).

Em Oxford, no Reino Britânico, em 872, estabeleceu-se um toque de alerta, para apagar todos os focos de incêndio; em 1666, já havia brigadas de incêndio de seguradoras para proteger os bens dos segurados. E no século XVIII, na França, surgiram as bombas de incêndio

na cidade de Paris, com uma companhia de 70 homens organizados e uniformizados com bombas d'água “guarda-bombas” (Goiás, 2016).

2.2.2 Corpo de Bombeiros no Brasil

Os portugueses trouxeram para o Brasil o conhecimento sobre a sistematização do combate ao fogo em seus navios, por meio dos marinheiros "vigias do fogo" (Menezes, 2007). Essa missão, de grande valor histórico, é pouco percebida no período das grandes navegações, em que o transporte marítimo foi uma imensa revolução tecnológica que aproximou os continentes.

Devido aos navios serem construídos em madeira, havia o risco iminente de incêndios causados por raios, velas e explosões de pólvora, tornando fundamental saber agir em momentos de tais ocorrências. A importância desse serviço organizado de combate ao incêndio nas naus portuguesas fundamentava-se, primeiramente, em resguardar a vida da tripulação e, em segundo lugar, em proteger o patrimônio que era a própria embarcação e suas mercadorias.

Essa competência de combate ao fogo originou, em 1651, na Bahia, a fundação do arsenal da marinha para a construção naval no Brasil, baseado em um sistema de segurança de vigilância contra incêndios semelhante ao de Portugal. No século XVIII, ocorreram grandes incêndios na capital do Brasil, no Rio de Janeiro, o que levou, em 1797, à necessidade de criar um serviço mais efetivo de combate a incêndios, e o Arsenal de Marinha foi responsável tanto pelo combate a incêndios nos navios como na cidade (Menezes, 2007).

O Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro, que foi criado em 1763, com a designação de combater os incêndios na sede do império, pela prática dos marinheiros em combater o fogo em navios, já possuíam treinamento e utensílios (Goiás, 2016). À medida que a cidade do Rio de Janeiro se desenvolvia, e estavam ocorrendo diversos incêndios, o combate às chamas não era realizado apenas pelos marinheiros. A população também ajudava, assim como a repartição de obras públicas e outros setores (Menezes, 2007).

Antes da constituição do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, as atividades de extinção de incêndios eram feitas pelas praças do Arsenal de Guerra da Marinha, departamentos de Obras Públicas e pelos africanos livres da Casa de Correção (Tossi, 2008). Em 2 de julho de 1856, o Imperador Dom Pedro II assina o decreto com a criação do Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, subordinado ao Ministério da Justiça, extinguindo a responsabilidade do Arsenal de Guerra, de Obras Públicas e da Casa de Correção na atuação

de extinção de fogo na cidade do Rio de Janeiro (Goiás, 2016).

Segundo Menezes (2007), no Regulamento do Corpo de Bombeiros Provisório da Corte de 1860, havia publicações que obrigavam a comunidade a colaborar no combate aos incêndios, punindo e multando quem não ajudasse.

Dizem o parágrafo 16 e seguintes do título 10, seção 2ª desse Regulamento: “Quando haja incêndio será obrigado cada vizinho do quarteirão e dos quatro lados a mandar imediatamente um escravo com um barril de água a apagar o incêndio [...]. Os que não mandarem um escravo serão multados em 4\$[...]. Estando as ruas às escuras, deverão todas as janelas iluminar-se [...] sob pena de 4\$000.

Os proprietários que tiverem poços nas imediações dos incêndios serão obrigados a franquear a entrada para se tirar água [...]. Os infratores serão multados em 20\$000. As pessoas que vendem água em pipas ou em barris conduzidos em carroças ou carros serão obrigadas a conservá-los de noite cheios d’água a fim de acudir com prontidão a qualquer incêndio [...]. Os infratores serão multados em 20\$000 (Menezes, 2007, p. 32).

Os sistemas de alarme de incêndio na cidade do Rio de Janeiro, inicialmente, consistiam em tiros de canhão e no toque dos sinos das igrejas, sendo substituídos pelo serviço de telegrafia em 1862. Em 1877, foi instalado o primeiro telefone e, em 1879, a primeira caixa de aviso de incêndio (Menezes, 2007). A primeira bomba a vapor para extinção de incêndio à beira-mar do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, podendo ser levada para apagar fogo, foi adquirida em 1870. Já em 1875, a instituição contava com duas bombas a vapor e 16 manuais, sendo que seis eram de grande porte (Goiás, 2016).

O crescimento urbano e a expansão da cidade do Rio de Janeiro, com grandes construções e desenvolvimento econômico, remetem-nos novamente aos navios portugueses. O desenvolvimento traz modernização e perigos, demandando novas adaptações para o combate a incêndios, tornando-se fundamental, nos tempos atuais, o emprego de novas tecnologias e métodos de atuação, assim como o aperfeiçoamento das chamadas de ocorrências e das tecnologias empregadas para apagar o fogo. Tudo isso visa preservar a vida e os bens das pessoas, princípios tão exaltados na ação dos bombeiros brasileiros.

O Hino do Corpo de Bombeiros do Brasil, a “Canção do Soldado do Fogo”, possui um refrão que menciona “Vidas Alheias e Riquezas a Salvar”. “Vidas Alheias” é um bem inestimável que hoje em dia possui um significado muito mais amplo, englobando não apenas a vida humana, mas também o conceito de sustentabilidade do ecossistema, principalmente na Amazônia. Já “Riquezas a Salvar” refere-se à relação que o Corpo de Bombeiros possui com o desenvolvimento econômico. Observamos que essa relação entre os dois sistemas, o econômico e o de sustentabilidade, deve estar em harmonia para o desenvolvimento regional e, conseqüentemente, para reduzir o impacto social.

2.2.3 Corpo de Bombeiros no Pará

O sistema de combate a incêndios no período colonial em Belém era realizado por pessoas com latas e baldes de água, conhecidas como "aguadeiros", ou com o auxílio de uma bomba do Arsenal de Marinha; posteriormente, contavam também com outra bomba da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Esse sistema enfrentava muitas dificuldades devido à sua desorganização e à falta de preparo, e à medida que as ocorrências de incêndios aumentavam, a população reclamava da ineficiência desse sistema em uma cidade que prosperava economicamente com o ciclo da borracha (Menezes, 2007).

Devido a esses problemas, em 1872, o presidente da Província do Pará determinou que o Corpo de Polícia cedesse um grupo de oito praças de cada um dos quatro destacamentos para combater os incêndios. Em 1880, foi estabelecido o primeiro Código de Postura de Belém, que foi a primeira norma referente a casos de incêndio. Nessa época, dava-se importância às igrejas, através dos sacristães ou sineiros, e aos donos de carros pipas, que eram responsáveis por conservar um cheio de água durante a noite, para não receber multas (Menezes, 2007).

No caso de incêndio, os aguadeiros eram obrigados a ir até o local com o carro pipa sob pena de multa (Menezes, 2007, não paginado).

Artigo 95 – Os sacristães ou sineiros de todas as igrejas são obrigados a tocar os sinais de incêndio conforme o regulamento policial, logo que lhes seja transmitida a notícia de algum, sob pena de 30 mil réis de multa.

Artigo 96 – Os aguadeiros são obrigados a conservar suas pipas cheias durante a noite e a conduzi-las aos lugares de incêndio logo que ouvirem os sinais, sob pena de 20 mil réis de multa.

Artigo 97 – Os aguadeiros que se recusarem a conduzir suas pipas aos lugares de incêndio, quando forem chamados, incorrerão na multa de 30 mil réis.

Artigo 98 – Os 03 aguadeiros, que com suas pipas comparecerem em primeiro ao lugar de qualquer incêndio, serão premiados com a quantia de 20 mil réis cada um, à vista de atestado da autoridade policial do distrito.

Artigo 99 – Toda e qualquer pessoa que descobrir um incêndio é obrigada a participar imediatamente ao sineiro da igreja mais próxima, sob pena de 20 mil réis de multa.

Artigo 100 – Aquele que não se prestar com seus servos ou recusar a fornecer água de seus poços ou depósitos para apagar incêndios em sua vizinhança incorrerá na multa de 30 mil réis.

Conforme Menezes (2007, p. 37), os sinais de alerta dados pelos sinos das igrejas em Belém tinham uma hierarquia específica para soar o sino, tanto quando havia incêndio, quanto para sinalizar sua extinção.

É importante ressaltar que o aviso de incêndio dado pelas igrejas, previsto no Código de Posturas e também incluído no Regulamento de Apagamento de Incêndios, obedecia a uma sequência, já que as igrejas tinham uma certa hierarquia e os sinais deveriam ser dados da seguinte maneira: Igreja da Sé – duas badaladas; Igreja de Sant’Anna – três badaladas; Igreja da Trindade – quatro badaladas; Igreja de Nazaré – cinco badaladas. Após a extinção do incêndio deveria ser dado um repique de sinos para informar o término dos trabalhos.

O crescimento econômico da Província do Pará, impulsionado pela exportação da borracha amazônica, levou a cidade de Belém a investir em infraestrutura e no sistema de combate a incêndios, buscando uma instituição que garantisse a segurança da cidade contra sinistros.

Nesse desejo por um serviço de combate mais eficiente a incêndios, em 1882, foi criada a primeira Corporação de Bombeiros voltada especificamente para esse propósito no Pará. Em 24 de novembro de 1882, o Corpo de Bombeiros foi estabelecido no Sistema da Amazônia Paraense, tornando-se a primeira instituição com a função de combater incêndios urbanos na região (França; Ribeiro, 2019). O regulamento de organização, quadro de efetivo e tabela de vencimento também foram estabelecidos nessa ocasião.

De fato, a Portaria de Justino Ferreira Carneiro veio acompanhada do primeiro “Regulamento da Companhia de Bombeiros” (10), com 11 capítulos e 72 artigos e mais um quadro com a distribuição do efetivo e duas tabelas sobre vencimento e fardamento (Menezes, 2007, p. 43).

Segundo França e Ribeiro (2019), o Corpo de Bombeiros teve sua origem de implantação, capacitação e materiais vindos do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, através do capitão Antônio Veríssimo Ivo de Abreu, um sargento e dois cabos.

O Corpo de Bombeiros já nasceu com uma estrutura militarizada, em grande parte, devido à sua origem no Brasil, vinda da Marinha brasileira, com patentes (oficiais) e graduações (praças). Hoje, o Corpo de Bombeiros está vinculado à força auxiliar do Exército brasileiro (Bastos, 2016).

O primeiro efetivo do Corpo de Bombeiros foi composto por 29 homens, distribuídos da seguinte forma: um comandante, 1º sargento, 2º sargento, Cabo d’Esquadra (chefe de bomba) e 25 bombeiros. Com origem estadual, em 1898, passou para a responsabilidade do município de Belém, durante o período de Antonio Lemos, tornando-se um dos períodos mais áureos do bombeiro paraense, que desde a sua fundação estava localizado nas dependências do palácio do governo, sendo transferido para uma sede própria adaptada para o serviço de bombeiros em 24 de fevereiro de 1904 (Menezes, 2007).

O CBMPA transitou entre organização estadual e municipal ao longo do tempo, e

essas mudanças, em certo período, chegaram a descaracterizar sua competência, tornando-o similar à polícia militar. Com a constituição do Estado do Pará de 1989, concede a autonomia à Corporação, que, em 1990, concretiza a autonomia. Em 1995, ficou subordinado à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), conforme mencionado por Menezes (2007, p. 2).

Quadro 1– A divisão das fases históricas do Corpo de Bombeiros do Estado do Pará em Municipal e Estadual

Estadual	1882 a 1898
Municipal	1898 a 1935
Municipal, mas vinculado à PM na parte militar	1935 a 1939
Estadual	1882 a 1898
Municipal independente	1939 a 1944
Estadual, subordinado à PM	1944 a 1948
Municipal independente	1948 a 1971
Estadual, orgânico da PM	1971 a 1990
Estadual autônomo	1990 a 1995
Estadual subordinado à secretaria Especial de Defesa Social	1995 a 2021
Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup)	2021 até Hoje

Fonte: O Corpo de Bombeiros do Pará (2007, p. 116).

O CBMPA passou a se transformar em um órgão de grande complexidade, tanto em sua atuação quanto em sua estrutura institucional e administrativa. Sendo uma instituição militar, com fiscalização do Exército Brasileiro e subordinada ao governador, enfrentou diversos processos de instabilidade política ao longo da história do Brasil, o que refletiu em sua estrutura institucional, que é predominantemente militar.

Durante o regime militar, o decreto-lei nº 317 de 1967 reorganizou o Corpo de Bombeiros e as polícias, tornando-os forças de reserva do Exército Brasileiro.

Desde o período imperial até o republicano, o Corpo de Bombeiros paraense enfrentou diversos desafios políticos, nacionais e regionais, o que reforçou seu caráter militar. A participação em várias revoluções, como a adesão do Pará à república e a revolta do

Caocolinho, demonstra a participação ativa dos bombeiros e da Polícia Militar do Pará (Cruz, 1963).

A Constituição Federal de 1988 ratifica o caráter militar dos Corpos de Bombeiros Militares, que são considerados forças auxiliares da reserva do Exército e órgãos de segurança pública subordinados aos Governadores dos estados, Distrito Federal e dos Territórios (Brasil, 1988).

Essa característica militar traz consigo uma estrutura burocrática forte, mas não impede o desenvolvimento de uma abordagem mais gerencial voltada para uma nova administração pública. Nesse sentido, é importante que os integrantes do CBMPA tenham a formação adequada para enfrentar as diversas exigências do serviço público e que novas abordagens, como o Sistema de Informações Gerenciais (Sig), sejam utilizadas para auxiliar nas tomadas de decisões gerenciais.

Com as novas visões de gestão e aperfeiçoamento da aplicação do gasto público, o CBMPA enfrenta novos desafios para se adequar às demandas da sociedade e garantir um serviço eficiente e seguro para a população.

2.2.3.1 Estrutura Militar e Pessoal

A cidade de Belém foi fundada a partir do Forte do Castelo, em 1616, uma estrutura construída para defesa, ataque, estocagem e comercialização com os indígenas. A estrutura portuguesa no Brasil era fortemente burocrática e militarizada, inicialmente para tomar e expandir o território, depois para defender contra invasões estrangeiras e, posteriormente, para conter revoltas internas.

O início da história dos primeiros Corpos de Bombeiros no Brasil está relacionado à Marinha Brasileira, uma instituição militar. Atualmente, os Corpos de Bombeiros no Brasil são forças militares da reserva do Exército Brasileiro, mantendo uma estrutura militar em sua essência (França; Ribeiro, 2019). A primeira instituição de bombeiros no Brasil foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1856, por Dom Pedro II, chamada de Corpo de Bombeiro Provisório da Corte (Tossi, 2008).

A experiência da Marinha do Brasil no combate a incêndios em suas embarcações e arsenais de guerra foi aproveitada no Rio de Janeiro, favorecendo a criação da primeira estrutura organizacional voltada para combater incêndios no país. O Corpo de Bombeiros do Pará foi fundado em 24 de outubro de 1882, também adotando uma estrutura militar com os postos de capitão, sargento, cabo e bombeiros (França e Ribeiro, 2019). Desde então, essa

característica militarizada foi ratificada ao longo do tempo.

Com o crescimento urbano e econômico de Belém, a necessidade de uma estrutura eficaz e especializada para combater incêndios tornou-se evidente, especialmente com a produção de borracha impulsionando o desenvolvimento da cidade (Menezes, 2007). Desde sua fundação, o Corpo de Bombeiros paraense se consolidou como uma instituição militarizada, pautada nos fundamentos de disciplina e hierarquia, o que impõe uma série de comandos aos seus membros, criando assim sua estrutura militar.

O Decreto-lei n° 317, de 13 de março de 1967, define as competências das Polícias Militares, incluindo os Corpos de Bombeiros, que têm como uma de suas funções a manutenção da ordem pública e segurança interna nos estados, territórios e no Distrito Federal. Isso confirma o caráter militar e o papel da instituição na segurança da sociedade.

Art. 2º Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

- a) executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;
- b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem; atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;
- c) atender à convocação do Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave subversão da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se ao Comando das Regiões Militares, para emprego em suas atribuições específicas de polícia e de guarda territorial (Brasil, 1967, não paginado).

O artigo 7.º do decreto-lei n° 317 de 1967, define como serão compostos a estrutura pessoal dos Bombeiros e policiais militares.

Art. 7º São os seguintes os postos e graduações da escala hierárquica das Polícias

Militares: a) Oficiais de Polícia: - Coronel - Tenente-Coronel - Major - Capitão - 1º Tenente - 2º Tenente

b) Praças especiais de Polícia: - Aspirante-a-Oficial - Alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia.

c) Praças de Polícia: - Subtenente - 1º Sargento - 2º Sargento - 3º Sargento - Cabo - Policial.

§ 1º A todos os postos e graduações de que trata este artigo será acrescida a designação “PM” (Polícia Militar).

§ 2º Os Estados, Territórios e o Distrito Federal poderão, se convier às respectivas Polícias Militares:

a) suprimir na escala hierárquica um ou mais postos ou graduações das previstas neste artigo;

b) subdividir a graduação de policial em classes, até o máximo de três, correspondendo a mais elevada à categoria de “soldado” na legislação vigente (Brasil, 1967, não paginado).

O Art. 3.º deste decreto-lei de 13 de março de 1967 estabelece que as Polícias Militares são órgãos subordinados aos governos dos Estados, Territórios e do Distrito Federal, e são responsáveis pela manutenção da ordem pública e pela segurança interna.

O Regulamento para os Policiais e Bombeiros Militares (R-200) de 1969 estabelece diretrizes para os Corpos de Bombeiros serem considerados militares e força auxiliar de reserva do Exército, conforme o art. 28:

Art. 28. Os Corpos de Bombeiros, para que possam ter a condição de “militar” e assim serem considerados forças auxiliares, reserva do Exército têm que satisfazer às seguintes condições:

- 1) Serem controlados e coordenados pelo Ministério do Exército na forma do Decreto-lei 667, de 2 de julho de 1969 e deste Regulamento;
- 2) Serem componentes da Força Policial Militar do Estado, do Distrito Federal ou dos Territórios, salvo a existência de razões históricas reconhecidas pelo Ministério do Exército;
- 3) Serem estruturados à base da hierarquia e da disciplina militar;
- 4) Possuírem uniformes e subordinam-se aos preceitos gerais do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, Regulamento de Continência e Sinais de Respeito, Regulamento Disciplinar e outros, quando adequados, todos do Exército;
- 5) Estarem sujeitos ao Código Penal Militar; exercerem suas atividades profissionais em regime de trabalho de tempo integral.

§ 1º. Caberá ao Ministério do Exército, obedecidas as normas deste regulamento, propor ao Poder Executivo a concessão da condição de “militar” aos Corpos de Bombeiros.

§ 2º. Os Corpos de Bombeiros, não integrados às Polícias Militares, particularmente os municipais, são organizações do sistema de defesa civil. Em princípio, devem ser considerados como organizações civis, não podendo os seus integrantes usar designações hierárquicas, uniformes, emblemas, insígnias ou distintivos que ofereçam semelhança com os usados pelos militares ou que possam com eles ser confundidos. Excetuam-se as Corporações de bombeiros cuja condição de “militar” já tenha sido anteriormente reconhecida em legislação federal.

§ 3º. Aos Corpos de Bombeiros militares caberá a orientação técnica e o interesse pela eficiência operacional de seus congêneres municipais ou particulares, dentro do território da respectiva Unidade da Federação, mediante a aplicação das normas estabelecidas pela mesma, através das Secretarias de Segurança. Para isso os corpos de bombeiros não militares deverão ser registrados na respectiva Secretaria de Segurança, condição indispensável para sua atividade. (Brasil, 1967, não paginado).

Com a redemocratização do Brasil em 1985 e a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, a estrutura militar dos Corpos de Bombeiros e Polícias Militares não sofreu modificações significativas. A constituição manteve o poder do Exército sobre essas instituições, principalmente pelo fato de elas serem forças auxiliares da reserva do Exército, seguindo os ritos, dogmas e estrutura hierárquica militar.

O art. 42 da Constituição Federal de 1988 ratifica os Corpos de Bombeiros dos Estados, Distrito Federal e Territórios como instituições militares da reserva do Exército

brasileiro, organizadas e estruturadas na disciplina e hierarquia. O art. 144 da CF/88, inciso V, coloca os Bombeiros Militares como um dos órgãos responsáveis pela segurança pública. O parágrafo 6º do art. 144 da Constituição Federal (CF/88) define os Corpos de Bombeiros como força auxiliar e reserva do Exército subordinados aos Governadores dos Estados.

Ao analisar os Corpos de Bombeiros e a Polícia Militar como estruturas de poder e uso da força, cria-se uma concepção dual de poder. O Estado tem a estrutura institucional para organizar, manter e escolher seus membros, mas o Exército detém o poder institucional por serem suas forças auxiliares da reserva e seguir os dogmas militares.

A Constituição Estadual de 1989 do Pará, no art. 45, classifica os bombeiros como militares do Estado. No entanto, nos parágrafos §5º e 6º, não concede alguns dos direitos fundamentais da República Brasileira aos servidores do CBMPA.

Art. 45. Os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar são militares do Estado. Art. com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 15/99.

§ 5º. Ao militar são proibidos a sindicalização e a greve.

§ 6º. O militar, enquanto em efetivo serviço, não pode estar filiado a partido político (Pará, 1989, art. 45).

O art. 193 da Constituição Estadual/89 estabelece que a segurança do Estado será exercida pela Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Penal, visando à preservação da ordem pública. Sendo que a Polícia Penal foi acrescida no ordenamento jurídico com a emenda constitucional nº 82, de 09 de dezembro de 2020.

A Carta Magna paraense, no artigo 200, confirma o CBMPA como uma instituição de força auxiliar do Exército, com hierarquia e disciplina militar e subordinado ao governador, enumerando as suas atribuições:

Art. 200. O Corpo de Bombeiros Militar é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina militares, subordinando-se ao Governador do Estado e competindo-lhe, dentre outras atribuições previstas em lei, executar:

I - serviço de prevenção e extinção de incêndios, de proteção, busca e salvamento;

II - socorro de emergência;

III - perícia em local de incêndio;

IV - proteção balneária por guarda-vidas;

V - prevenção de acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial; VI - proteção e prevenção contra incêndio florestal;

VII - atividades de defesa civil, inclusive planejamento e coordenação das mesmas;

VIII - atividades técnico-científicas inerentes ao seu campo de atuação.

§ 1º. O Corpo de Bombeiros Militar, sob sua orientação pedagógica e operacional, promoverá a formação de grupos de voluntários de combate a incêndio, organizando-os em repartições públicas, empresas privadas, edifícios e em locais dos diversos

bairros das cidades.

§ 2º. O Estado implantará, progressivamente, unidades equipadas do Corpo de Bombeiros Militar nos Municípios, dando preferência aos mais populosos (Pará, 1989, não paginado).

As atribuições militares são fortemente regulamentadas, o que deixa pouco espaço para inovação e um novo paradigma, devido à estrutura organizacional regulada por escalas hierárquicas e disciplina. A questão da estrutura militar traz consigo toda uma estrutura administrativa e organizacional com forte burocracia, conforme suas legislações.

Um exemplo disso é a Lei nº 9.161, de 13 de janeiro de 2021, "Código de Ética e Disciplina do Corpo de Bombeiros Militar do Pará" (Pará, lei nº 9.161, 2021), que estabelece o comportamento ético e os procedimentos de apuração e responsabilidade administrativo-disciplinar do órgão. O Código de Ética, no capítulo II, refere-se aos princípios gerais da hierarquia e da disciplina como fundamentos basilares.

A Hierarquia é a estrutura progressiva de autoridade em diferentes níveis, resultante da sujeição dentro da organização do CBMPA, onde no grau máximo hierárquico está o Governador.

A Disciplina é a observância das leis e dogmas e seus cumprimentos de forma rígida, principalmente por ser uma instituição militar. Dentro do princípio da disciplina, está o princípio da obediência às Ordens, as quais são imperativas e devem ser obedecidas de imediato se forem legais.

Conforme a Lei nº 5.251, de julho de 1985 (Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar) (Pará, lei n. 5.251, 1985), a Hierarquia e a Disciplina são os fundamentos do Bombeiro Militar. Conforme o grau de autoridade, a responsabilidade aumenta, e a disciplina e hierarquia devem ser mantidas em todas as circunstâncias.

A estrutura institucional dos servidores militares é dividida em dois blocos: os Oficiais (Coronel, Tenente Coronel, Major, Capitão, 1º Tenente e 2º Tenente) e Praças (Subtenente, 1º Sargento, 2º Sargento, 3º Sargento, Cabos e Soldados), em que cada um tem suas atribuições na Corporação. A Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985, estabelece as diretrizes para isso (Pará, lei n. 5.251, 1985).

Os oficiais têm a função institucional de gestão, dividindo-se em comando de unidades operacionais e diretorias, enquanto os Subtenentes e Sargentos são auxiliares dos Oficiais, e os Cabos e Soldados são os elementos de execução, principalmente no serviço operacional. A Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985, estabelece as diretrizes para isso (Pará, lei n. 5.251, 1985). A estrutura militar, baseada na hierarquia e disciplina, traz uma seção institucional

regulamentada pelo Estatuto do Policial Militar, pela divisão de Círculos Hierárquicos, cujo objetivo é desenvolver a integração dos integrantes do seu ciclo. Abaixo, a tabela do círculo e escala hierárquica na Polícia Militar.

Quadro 2– Hierarquia do Corpo de Bombeiro e Polícia do Estado do Pará

Hierarquização	Posto e Graduação
Círculo de oficiais superiores	Coronel PM, Tenente Coronel PM
Círculo de oficiais intermediários	Capitão PM
Círculo de oficiais subalternos	1º Tenente, 2º Tenente
Praça Especial	
Frequenciam o círculo de oficiais subalternos	Aspirante a Oficial PM
Excepcionalmente ou em reuniões sociais, tem acesso ao círculo de subtenentes e sargentos	Aluno do CFS PM
Praça Especial	
Círculo de subtenentes e sargentos	Subtenente PM 1º, Sargento PM 2º, Sargento PM 3º, Sargento PM
Círculo de cabos e soldados	Cabo PM, soldado PM 1ª classe, soldado PM 2ª classe, soldado PM 3ª classe e soldado PM classe Simples

Fonte: Estatuto dos policiais militares do estado do Pará (1985).

2.2.3.2 Quadro de Oficiais

Na Lei nº 5.731, de 15 de dezembro de 1992, a LOB (Lei de Organização Básica do CBMPA) refere-se à organização do CBMPA e estrutura o quadro de pessoal, dividindo seus integrantes em duas classes: Oficiais e Praças. Os Oficiais têm sua subdivisão, chamada de Quadros, que são compostos pelos: quadros Combatentes, quadros Complementares, quadros de Saúde, quadros Administrativos, quadros Especialistas e quadros de Capelães, conforme o art. 41:

- 1) I - PESSOAL DA ATIVA:
- 2) a) Oficiais, constituindo os seguintes quadros:
- 3) 1 - Quadro de Oficiais Combatente BM (QOBM);
- 4) 2 - Quadro de Oficiais Complementar BM (QOCBM);
- 5) 3 - Quadro de Oficiais de Saúde BM (QOSBM);
- 6) 4 - Quadro de Oficiais de Administração BM (QOABM);
- 7) 5 - Quadro de Oficiais Especialistas BM (QOEBM);
- 8) 6 - Quadro de Oficiais Capelães BM (QOCABM).
- 9) Praças Bombeiros Militar (Praças BM) (Pará, Constituição Estadual, Lei 5731, 1992, p. 7 - 8).

Os quadros de oficiais têm a finalidade de atribuir competências aos oficiais de cada quadro para desempenhar funções na administração pública. O Quadro preponderante na instituição é o Quadro de Oficial Combatente (QOBM), responsável pelo comando das unidades do Corpo de Bombeiros e das Diretorias, e seus membros, podem ocupar os cargos

de Comandante Geral e Subcomandante Geral do CBMPA (Pará, Constituição Estadual, Lei n. 5731, 1992).

O Quadro de Oficiais de Saúde (QOSBM) é constituído por pessoas que ingressaram na instituição por meio de concursos com diploma de Medicina, Odontologia e Farmácia (Pará, Constituição Estadual, lei n. 5731, 1992). No Quadro de Oficiais Complementares (QOCBM), dentro da organização institucional, é um quadro bem heterogêneo, composto por profissionais de várias áreas que entraram na instituição através de concurso com cursos de nível superior em Arquitetura, Administração, Direito, Ciência Contábeis, Ciência da Computação, Comunicação Social, Educação Física, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química, Nutrição e Psicologia (Pará, Constituição Estadual, lei n. 5731, 1992).

O Quadro de Oficiais da Administração (QOABM) e Quadro de Oficiais Especialistas (QOEBM) são formados por praças que, por concurso interno, habilitaram-se a integrar esses dois quadros oficiais. O QOABM é composto por oficiais que anteriormente eram praças e agora atuam nos serviços administrativos diversos da corporação, enquanto o QOEBM é formado por praças que ingressaram inicialmente como músicos na instituição e, através de concurso, tornaram-se oficiais (Pará, Constituição Estadual, lei n. 5731, 1992).

Por fim, o Quadro de Oficiais Capelães (QOCABM) é composto por oficiais que ingressaram no CBMPA com formação em cursos superiores de Entidade Religiosa (Pará, Constituição Estadual, lei, 5731, 1992).

2.2.3.3 Formação dos Servidores do Corpo de Bombeiros Militar do Pará

Com o intuito de compreender a instituição, buscaremos entender a formação dos seus servidores, que, na maioria, são formados e especializados na própria instituição. Essa formação vai desde o soldado até o coronel. No contexto da formação de Praças, houve grande mudança, institucional, pois, antes havia curso de formação de Soldados (concurso externo), cabos (concurso interno) e sargentos (houve concurso externo e depois se tornou interno), sem garantia do sem garantia do Soldado ascender profissionalmente, por ser concurso interno.

A grande mudança, com relação à formação o Curso de Formação de Praças, que inicia o ciclo de praças como soldado, podendo chegar a última graduação de praças subtenente, que será conforme o tempo em cada graduação e havendo vaga, e não esteja respondendo processo judicial e comportamento insuficiente, para a graduação acima (Pará, 2015).

Para isso, analisaremos os projetos de cursos do CBMPA, com o intuito de ter uma concepção da formação do profissional Bombeiro (praças e oficiais), focando especialmente na área administrativa, principalmente na área Contábil.

Os desafios do CBMPA na Amazônia são transcender as barreiras impostas à sua missão de salvar vidas e proteger o patrimônio. Isso requer grande capacidade e busca constante de aperfeiçoamento da administração para servir à sociedade.

A sociedade está incrustada na maior floresta e biodiversidade do mundo, na qual o CBMPA tem a missão de proteger a vida e o patrimônio dentro dos desafios amazônicos. Hoje, compreendemos que vivemos em um sistema interligado, no qual as partes integram o todo, e no qual economia, política, cultura e religião não estão dissociadas da sustentabilidade da Amazônia.

A mudança climática afeta o equilíbrio da natureza, trazendo consequências para a humanidade. Um dos fatores que contribuem para essas mudanças no clima é a ação humana, como o desmatamento, incêndios e poluição das florestas e rios para favorecer a criação de pastos, aumento de terras agrícolas e a expansão mineral. Isso causa grandes prejuízos à biodiversidade amazônica e impacta a estrutura governamental e seu orçamento.

Um dos sistemas de defesa da região amazônica é o CBMPA, que atua na prevenção e no enfrentamento de desastres em uma região com histórico de conflitos sociais, devido à sua riqueza florestal, mineral e hídrica.

O CBMPA possui uma formação diversificada para atuar na preservação da vida e do patrimônio. Essa capacitação em diversas áreas de salvamento é a formação principal dos seus servidores, pois é a missão finalística da instituição solucionar e intervir em situações que trazem perigo à população.

Essa estrutura de atuação tem uma diferenciação bem definida dos níveis de atuação de cada servidor, dependendo de onde ele está localizado na estrutura hierárquica da Corporação. Essa organização é expressa no Código de Ética da Polícia Militar, que também vigora no CBMPA (Pará, 2006, p. 9).

art.10. O oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício do comando, da chefia e da direção das organizações policiais-militares.

art.11. Os subtenentes e sargentos auxiliam ou complementam as atividades dos oficiais no adestramento e emprego de meios, na instrução, na administração e na operacionalidade.

art. 12. Os cabos e soldados são, essencialmente, elementos de execução.

Essa preparação ou adestramento é baseada em uma estrutura de formação da própria instituição, para execução de seus serviços para a sociedade.

Por suas peculiaridades e suas atividades, desenvolveu seu sistema de ensino próprio, para formar seus servidores com o objetivo capacitar seu pessoal militar e civil para executar suas funções na estrutura institucional da corporação (Pará, 2022).

A formação educacional será progressiva e contínua, com singularidades intrínsecas, desde a formação inicial até os cursos de aperfeiçoamento, conforme (Brasil, art. 2.º do decreto 2.844, 2023, p.1).

Art. 2º O ensino no Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) obedecerá a processo de educação contínuo e progressivo, com características próprias, constantemente atualizado e aprimorado, desde a formação inicial até os elevados padrões de cultura geral e profissional, visando prover a seu pessoal o conhecimento básico, profissional e bombeiro militar necessário ao cumprimento de sua missão constitucional, bem como favorecer o relacionamento com a sociedade e o cumprimento de sua missão constitucional.

Parágrafo único. O processo de educação referenciado no caput deste artigo atenderá à sucessão periódica de estudos e práticas, com exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados da técnica, da aptidão e da cultura profissional e geral, para permitir o acompanhamento da evolução.

O ensino da instituição precisa se adequar a uma nova gestão pública, buscando equilíbrio na formação finalística e administrativa para a eficiência da Corporação. Na atualidade, a administração pública visa maximizar os seus orçamentos através de novas formas de avaliar os recursos empregados nos serviços prestados.

É necessário compreender a finalidade da Corporação e o meio ambiente em que ela está inserida, para tomar decisões e ações compatíveis com as expectativas da população. A Corporação serve à sociedade amazônica, e compreender os seus desafios é primordial para o cumprimento de suas finalidades institucionais. Para isso, o órgão deve buscar uma gestão participativa, pois está inserido como um dos atores com a missão de combater os desastres que impactam a Amazônia.

A busca por riquezas naturais traz para a região conflitos e disputas, resultando em vários problemas, como queimadas para pasto, mineração ilegal, derrubada ilegal de árvores, falsificação de posse da terra e mortes, corroborando com o pensamento de Marcovitch (2022): “Amazônia é desafio social e não apenas ambiental”.

a) Curso de Formação de Praças (CFP)

O CFP tem o propósito de fornecer ao aluno soldado o alicerce teórico, prático, técnico e tecnológico para exercer atividades operacionais como integrante de guarnições, assim como funções administrativas inerentes ao cargo (Pará, 2023, não paginado).

É o único curso de formação de Praças no qual, após formado, o aluno inicia a

carreira como soldado, podendo chegar até a patente de subtenente. No entanto, para que ascenderem na carreira, dependem de dois cursos: o Curso de Graduação de Sargento (CGS), necessário para o Cabo tornar-se 3º Sargento, e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargento (Cas), para que o 1º Sargento alcance a graduação de Subtenente.

A grade curricular do *Certified Financial Planner* (CFP) é dividida em oito áreas de ensino: Ciências Humanas; Conhecimento Jurídico; Inteligência Institucional; Segurança Contra Incêndio e Emergência; Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública; Operações Bombeiro Militar; Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; e Conhecimentos Complementares.

Na área de Ciências Humanas, temos três disciplinas: História do CBMPA; Ética e Cidadania; e Psicologia das Emergências e dos Desastres, cada uma com 20h, totalizando 60h. Os Conhecimentos Jurídicos são abordados em 10 disciplinas, incluindo Código de Ética do CBMPA, Direito Administrativo, Direito Ambiental, Direito Constitucional, Direitos Humanos, Direito Penal, Direito Penal Militar, Redação Oficial, Legislação Básica Institucional e Legislação de Trânsito.

O bloco de Conhecimentos Jurídicos é extenso, com 350h, voltado para legislações para instruir a atitude e as implicações de ser militar, destacando-se o Direito Ambiental, especialmente relevante para a região Amazônica.

A área de Inteligência Institucional possui uma única disciplina: Atividades de Inteligência e sua atuação no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar, com carga horária de 20h. Essa disciplina instrui sobre como pesquisar e investigar ações que podem comprometer a instituição, tanto de organizações quanto de pessoas do meio externo e militar da instituição.

As disciplinas que compõem o campo de Segurança Contra Incêndio e Emergência têm dois conteúdos de 20h cada, abordando Introdução à Investigação de Incêndios e Preservação do Local da Ocorrência, bem como Noções de Engenharia Aplicada à Segurança Contra Incêndio e Emergências, relacionadas à perícia e mecanismos contra incêndios.

A seção de Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública é composta pela matéria Telecomunicações Aplicadas, com duração de 20h, ensinando o uso dos aparelhos de comunicação e rádios presentes nos quartéis e viaturas do CBMPA.

O maior bloco de disciplinas, com um total de 760h de aulas, está contido na área de Operações Bombeiro Militar, com doze instruções: Armamento, Munição e Tiro (40h); Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos (40h); Atendimento Pré-Hospitalar (150h); Fundamentos de Combate a Incêndios Florestais (40h); Combate a Incêndios em Aglomerados Urbanos (100h); Técnicas em Maneabilidade de Salvamento Aquático (70h);

Técnicas em Maneabilidade de Salvamento em Altura (70h); Técnicas em Maneabilidade de Salvamento Terrestre (70h); Instrução Militar (70h); Natação Utilitária (50h); Treinamento Físico Militar (70h); Viatura e Equipamentos Motomecanizados (20h); além do Estágio Supervisionado, que é definido pelo planejamento dos Centros de Formação de Associação de Escolas (Cfae).

Essas instruções têm o objetivo de preparar o bombeiro para atuar nas emergências de incêndios florestais, urbanos, salvamentos terrestres, em altura, meio aquático e atendimento pré-hospitalar, bem como adestrar o servidor na disciplina militar, como verificado na matriz curricular do CFP.

Quadro 3– Projeto Pedagógico do curso de formação de praças 2023

ÁREA DE ENSINO	R D	DISCIPLINA	/H
Ciências Humanas		História do CBMPA	0
	2	Ética e Cidadania	20
	3	Psicologia das Emergências e dos Desastres	20
Conhecimentos Jurídicos	4	Código de Ética e Disciplina do CBMPA	30
	5	Direito Administrativo	40
	6	Direito Ambiental	40
	7	Direito Constitucional	40
	8	8 Direito Humanos	20
	9	Direito Penal	40
	10	Direito Penal Militar	40
	11	Redação Oficial	30
	12	Legislação Básica Institucional	60
	13	Legislação de Trânsito	20
Inteligência Institucional	14	Atividade de inteligência e sua atuação no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar	20

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças (2023).

Quadro 4– Projeto Pedagógico do curso de formação de praças 2003

ÁREA DE ENSINO	OR D	DISCIPLINA	C/H
Segurança Contra Incêndios e Emergências	15	Introdução a Investigação de Incêndios se preservação de do Local da Ocorrência	20
	16	Noções de Engenharia Aplicada à Segurança Contra Incêndios e Emergências	60
Comunicação, Informação e Tecnologia em segurança Pública	17	Telecomunicações Aplicadas	20
	18	Armamento Munição e Tiro Defensivo	40
	19	Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos	40
	20	Atendimento Pré-Hospitalar	150
	21	Fundamentos de Combate a Incêndio Florestal	40
	22	Combate a Incêndios em Aglomerados Urbanos	100
	23	Técnica em Maneabilidade de Salvamento Aquático	70
	24	Técnica em Maneabilidade de Salvamento em Altura	70
	25	Técnica em Maneabilidade de Salvamento Terrestre	70
	26	Instrução Militar	40
	27	Natação Utilitária	50
	28	Treinamento Físico	70
	29	Viaturas e Equipamentos Motomecanizados	20
	30	Estágio Supervisionado	**
Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	31	Defesa Pessoal e Imobilização Bombeiro Militar	30
	32	Defesa Civil	50
	33	Sistema de Comando de Incidentes	40
Conhecimento Complementares	34	Palestras	20
	16	Segurança No Trabalho	20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CFP			1460

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Formação de Praças (2023).

Ao analisar a matriz curricular do CFP, verificamos que em nenhuma das oito áreas de ensino foi disponibilizado o conteúdo de Contabilidade, principalmente Contabilidade Pública e Custos.

b) Curso de Graduação de Sargento (CGS)

O curso de Graduação de Sargento é um direito de ascensão profissional por tempo de serviço para os militares da ativa que cumprem as exigências legais (Pará, 2020).

As promoções no Corpo de Bombeiros são seguidas de novas responsabilidades e atribuições, e as dificuldades exigem aprimoramento técnico para atender às demandas da nova graduação (Pará, 2020).

O objetivo é aprimorar o militar que foi promovido a 3º Sargento para as atividades operacionais e administrativas de sua nova atribuição profissional. Isso visa capacitá-lo para executar funções administrativas nas unidades de bombeiros e contribuir com o comando para manter o planejamento e a ordem (Pará, 2020).

A matriz curricular do CGS foi dividida em sete áreas de ensino, em que estão incluídas: Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em segurança pública; Cultura e Conhecimento Jurídico; Valorização do Profissional e Saúde do Trabalhador; Comunicação, Informática e Tecnologia da Informação; Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos; e Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública (Pará, 2020).

Cada área de ensino é dividida em disciplinas, oferecidas em Educação a Distância (EAD) ou presencial, totalizando 340h (Pará, 2020). Na área "Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública", encontram-se três disciplinas: Fundamentos da Gestão de Unidade Bombeiro (presencial, 30h); Defesa Civil (EAD, 20h); e Organização e Legislação Bombeiro Militar (EAD, 20h) (Pará, 2020).

Na área "Cultura e Conhecimento Jurídico", há apenas uma disciplina: Conhecimento Jurídico Aplicado (EAD, 60h). Da mesma forma, na seção "Valorização do Profissional e Saúde do Trabalhador", há apenas a matéria "Treinamento Físico Militar" (EAD, 20h) (Pará, 2020).

O campo de matéria "Comunicação, Informática e Tecnologia da Informação" é composto apenas pela disciplina "Didática e Técnica de Ensino" (EAD, 20h) (Pará, 2020). Quanto à área "Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos", é composta pela matéria "Sistema de Gerenciamento em Situações Críticas e de Crise" (presencial, 20h) (Pará, 2020).

Por fim, o bloco de disciplinas da seção "Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública" é dividido em cinco disciplinas: Emergência e socorro de Urgência (EAD, 30h); Instrução Militar (EAD, 20h); Procedimento Operacional (presencial, 60h);

Armamento, Munição e Tiro defensivo (presencial, 20h) e Palestra Motivacional (presencial, 20h) (Pará, 2020).

Essa é a Matriz Curricular conforme as disciplinas do curso de formação de Sargentos Bombeiros Militar de 2020.

Quadro 5– Projeto pedagógico do curso de graduação de sargento 2020

ÁREA DE ENSINO	Nº	DISCIPLINA	CO D	SIGL A	C/ H
Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	1	Fundamentos da Gestão de Unidade Bombeiro Militar		FGUB M	30
	2	Defesa Civil (EAD)	268	DEC	20
	3	Organização e Legislação Bombeiro Militar (EAD)	421	OLBM	20
Cultura e Conhecimentos Jurídicos	4	Conhecimentos Jurídicos Aplicados	261	CJA	60
Valorização do Profissional e Saúde do Trabalhador	5	Treinamento Militar (EAD)	549	TFM	20
Comunicação, Informática e Tecnologia da Informação	6	Didática e Técnica de Ensino	278	STE	20
Modalidades de Gestão de Conflito e eventos Críticos	7	Sistema de Gerenciamento em Situações Críticas e de Crises	505	SGSC C	20
Instrução Militar	8	Emergências e Socorro de Urgência (EAD)	302	ESUr	30
	9	Defesa Civil (EAD)	355	IM	20
	10	Procedimentos Operacionais	73	PO	60
	11	Armamento, Munição e Tiro Defensivo	238	AMT	20
	12	Palestras Motivacionais	422	-	20
TOTAL DE HORAS-AULA DO CURSO					340

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Sargentos (2020).

Examinando a matriz curricular do CGS 2020, notamos a ausência de áreas voltadas à gestão pública e, principalmente, à área de Contabilidade Pública e Custos. Na ascensão de Cabo para Sargento, ocorre uma mudança na função, passando de execução para auxiliar os oficiais e trabalhar na gestão das unidades e diretorias.

c) Cursos de formação de oficiais (CFO)

O oficial é capacitado ao longo de sua trajetória para a atividade de Comando, Chefia e da Direção das Organizações Bombeiros Militares (Pará, 2021). A carreira do Oficial

Combatente será constituída por oficiais que fizeram o CFO (Pará, lei n. 5731,

1992b).

A carreira do oficial combatente foi constituída por oficiais que fizeram o CFO (Pará, Constituição, Lei n. 5731, 1992b).

A carreira do oficial inicia-se como Praça Especial, na qual ele tem sua formação durante três anos, até se tornar Aspirante a Oficial (Pará, 2015).

O Aspirante é a prerrogativa de quem se formou no CFO e espera ser promovido a 2º Tenente, devendo possuir vocação para a carreira militar e satisfazer os requisitos conforme o art. 34 da Lei 8.388, de 22 de setembro de 2016.

Art. 34. O Aspirante a Oficial, para a promoção ao posto de 2º Tenente, deverá satisfazer as condições exigidas nesta Lei, no que for pertinente, de acordo com o regulamento desta Lei, até a data prevista para o encerramento das alterações, além de:

I - possuir Curso de Formação de Oficiais;

II - possuir comprovada vocação para a carreira, verificada durante estágio probatório em unidade operacional, o qual será objeto de minucioso relatório do Comandante da unidade em que ocorrer o Estágio do Aspirante à Oficial, que remetê-lo-á para a Comissão de Promoção de Oficiais; III - não estar submetido a Conselho de Disciplina.

Parágrafo único. O Aspirante a Oficial que não satisfizer a condição do inciso II deste artigo, será submetido a Conselho de Disciplina (Pará, lei n. 8.388, 2016, paginado).

O CFO promove a formação do aluno Oficial (cadete) para a carreira de Bombeiro Militar, preparando-o com conhecimentos, técnicas, capacidades gerais e específicas para o desempenho de atividades de Gerenciamento de Riscos Coletivos, com o intuito de colaborar com a segurança da sociedade paraense (Pará, 2015).

O objetivo é capacitar os alunos para o planejamento e tomada de decisão em ações de prevenção e intervenção de sinistros e de defesa Civil, visando a segurança da vida e do patrimônio público e privado.

O CFO tem duração de três anos, composto por três anos letivos, conforme tabela abaixo do projeto pedagógico do "Cursos de Formação de Praças e Oficiais" (2023, 2023, p. 17).

Quadro 6– Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais 2016

REGIME ANUAL	
1º Ano Letivo	10 (dez) meses em curso
	01 (um) mês em férias
	01(um) mês á disposição do Comando CBMPA
2º ano Letivo	10 (dez) meses em curso
	01 (um) mês em férias
	01 (um) mês á disposição do Comando CBMPA
3º Ano Letivo	10(dez) meses em curso
	01 (um) mês á disposição do Comando CBMPA
REGIME ANUAL	
	01 (um) mês á disposição do Comando CBMPA
Obs.: Totalizando 36 (trinta e seis) meses ou 03 (três) anos do curso	

Fonte: Projeto Pedagógico do Curso de Graduação de Oficiais (2016).

As malhas curriculares são estruturadas por habilidades, áreas de ensino e disciplinas, visando à aprendizagem do conteúdo programático ao longo dos três anos de formação, ou seja, 1º, 2º e 3º ano (Pará, 2015).

A malha curricular do 1º ano tem um total de 1600h, dividida em: Violência, Crimes e Controle Social; Conhecimento Jurídico, Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador; Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva; Comunicação, Informática e Tecnologia em Segurança Pública; e Funções Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública. Conforme o projeto pedagógico (Cursos de formação de Praças e Oficiais, 2023, p. 33).

Quadro 7– Primeiro ano letivo do curso de formação de oficiais 2016

Nº	Classificação por Habilidades	Áreas de Ensino	Nomenclatura /Código	DISCIPLINAS	CH	Nº de VC	
1	Técnicas Procedimentais	I - Conhecimentos Jurídicos	DC	Direito Constitucional	50	2	
2			TGD	Teoria Geral do Direito	50	2	
3			DPM I	Direito Penal Militar I	50	2	
4			DPPM I	Direito Processual Penal Militar I	50	2	
5			TGP	Teoria Geral do Processo	50	2	
6			DCA	Direito e Crimes Ambientais	50	2	
7		II - Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	GC	Gerenciamento de Crises (EAD)	60	2	
8		III- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	CRSI	Comunicações e Relações Sociais-Interpessoais	50	2	
9		TFM II	Treinamento Físico Militar II	70	3		
10		IV - Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública	MEA	Metodologia do Ensino e da Aprendizagem	50	2	
11			MPC II	Metodologia da Pesquisa Científica II	50	2	
12			EEPC	Elementos Estruturais e Patologia das Construções	60	2	
13			HA I	Hidráulica Aplicada I	50	2	
14			FA II	Física Aplicada II	60	2	
15			EA I	Eleticidade Aplicada I	50	2	
16			MA II	Matemática Aplicada II	60	2	
17			QA II	Química Aplicada II	60	2	
18			TTSI	Telecomunicações e Tecnologia dos Sistemas Informatizados	50	2	
19			EASP	Estatística Aplicada a Segurança Pública	50	2	
20			V – Cultura, Cotidiano e Prática de Segurança Pública	IM II	Instrução Militar II	50	2
21			VI- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	TCI	Tecnologia de Combate a incêndio	70	3
22				TSAq	Tecnologia de Salvamento Aquático	70	3
23		TSAI		Tecnologia de Salvamento em Altura	70	3	
24		TST		Tecnologia de Salvamento Terrestre	70	3	
25		OBMAS		Operações Bombeiro Militar em Área de Selva	90	4	
26		VEM		Viaturas e Equipamentos Motomecanizados	50	2	
27		APhR I		Atendimento Pré – Hospitalar e Resgate I	70	3	
28		TPCR		Tecnologia de Prevenção e Controle em Riscos	50	2	
29		OAC		Orientação e Análise de Cartografia	50	2	
Total					1660		

Fonte: Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais (2016).

Analisando a grade curricular do 1º ano sob a ótica da Gestão Pública, com relação às áreas econômicas, orçamentárias, financeiras e contábeis, verificamos que há abordagem na área de ensino Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva, com as disciplinas Economia de Política Pública com 50h, Estado, Mercado, Sociedade e Diversidade Étnica com 50h e Teoria Geral do Estado e Ciência Política com 50h.

No entanto, não há nenhuma disciplina ligada a orçamento, finanças, contabilidade e custo. A grade curricular do 2º ano do CFO é composta por seis blocos de ensino, totalizando 1600h, com 29 disciplinas, de acordo com a ementa pedagógica (Cursos de formação de praças e oficiais, 2023, p. 105).

Quadro 8– Segundo ano letivo do curso de formação de oficiais 2016

Nº	Classificação por Habilidades	Áreas de Ensino	Nomenclatura /Código	DISCIPLINAS	CH	Nº de VC	
1	Técnicas Procedimentais	I - Conhecimentos Jurídicos	DC	Direito Constitucional	50	2	
2			TGD	Teoria Geral do Direito	50	2	
3			DPM I	Direito Penal Militar I	50	2	
4			DPPM I	Direito Processual Penal Militar I	50	2	
5			TGP	Teoria Geral do Processo	50	2	
6			DCA	Direito e Crimes Ambientais	50	2	
7		II - Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	GC	Gerenciamento de Crises (EAD)	60	2	
8		III- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	CRSI	Comunicações e Relações Sociais-Interpessoais	50	2	
9		TFM II	Treinamento Físico Militar II	70	3		
10		IV - Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública	MEA	Metodologia do Ensino e da Aprendizagem	50	2	
11			MPC II	Metodologia da Pesquisa Científica II	50	2	
12			EPEC	Elementos Estruturais e Patologia das Construções	60	2	
13			HA I	Hidráulica Aplicada I	50	2	
14			FA II	Física Aplicada II	60	2	
15			EA I	Eleticidade Aplicada I	50	2	
16			MA II	Matemática Aplicada II	60	2	
17			QA II	Química Aplicada II	60	2	
18			TTSI	Telecomunicações e Tecnologia dos Sistemas Informatizados	50	2	
19			EASP	Estatística Aplicada a Segurança Pública	50	2	
20			V - Cultura, Cotidiano e Prática de Segurança Pública	IM II	Instrução Militar II	50	2
21			VI- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	TCI	Tecnologia de Combate a Incêndio	70	3
22				TSAq	Tecnologia de Salvamento Aquático	70	3
23		TSAI		Tecnologia de Salvamento em Altura	70	3	
24		TST		Tecnologia de Salvamento Terrestre	70	3	
25		OBMAS		Operações Bombeiro Militar em Área de Selva	90	4	
26		VEM		Viaturas e Equipamentos Motomecanizados	50	2	
27		APhR I		Atendimento Pré - Hospitalar e Resgate I	70	3	
28		TPCR		Tecnologia de Prevenção e Controle em Riscos	50	2	
29		OAC		Orientação e Análise de Cartografia	50	2	
Total					1660		

Fonte: Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais (2016).

Avaliando a grade curricular, não verificamos nenhuma disciplina voltada a Orçamento, Finanças, Contabilidade e Custos.

A formação do Cadete do 3º ano é dividida em oito áreas de ensino, com vinte e cinco disciplinas, totalizando 1.340h de aulas. Essa informação foi verificada na grade curricular abaixo, presente no projeto pedagógico (Cursos de formação de praças e oficiais, 2023, p. 158).

Quadro 9– Formação de cadetes do curso de formação de oficiais 2016

Nº	Classificação por Habilidades	Áreas de Ensino	Nomenclatura / Código	DISCIPLINAS	CH	Nº de VC
1	Profissionais Atitudinais	I - Sistemas Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	FGP	Fundamentos da Gestão Pública	50	2
2			GAPM	Gestão e Administração Pública Militar	60	2
3			SDC	Sistema de Defesa Civil	50	2
4			SSP	Sistema de Segurança Pública	50	2
5			SCI	Sistema de Comando de Incidente	50	2
6		II - Violência, Crimes e Controle Social	UDF	Uso Diferenciado da Força (EAD)	60	2
7		III - Conhecimentos Jurídicos	DA	Direito Administrativo	50	2
8			DPM II	Direito Penal Militar II	50	2
9			DPPM II	Direito Processual Penal Militar II	50	2
10			PPAM	Processos e Procedimentos Administrativos Militar	50	2
11		IV - Modalidade de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	GPCR	Gestão de Prevenção e Controle em Riscos	50	2
12			ACR	Análise em Cenários de Riscos	50	2
13		V- Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	TFM III	Treinamento Físico Militar III	60	2
14		VI - Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública	DTA	Desenho Técnico Arquitetônico	70	3
15			CPMA	Ciência e Proteção do Meio Ambiente	50	2
16			EA II	Eleticidade Aplicada II	50	2
17			HA II	Hidráulica Aplicada II	50	2
18			RM	Resistência dos Materiais	50	2
19		VII - Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	CLPD	Chefia e Liderança com Processo Decisório	50	2
20			IM III	Instrução Militar III	50	2
21		VIII- Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	TIEPP	Tecnologia e Intervenção em Emergência com Produtos Perigosos	50	2
22			PCETS	Planejamento e Comando no Emprego Tático em Sinistros	70	3
23			LIS	Logística Integrada de Suprimentos	50	2
24			APhR II	Atendimento Pré - Hospitalar e Resgate II	70	3
25			FPS	Fundamentos das Perícias em Sinistros	50	2
Total					1.340	

Fonte: Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais (2016).

Analisando a grade curricular, encontramos na área de ensino "Sistema, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública" uma única disciplina chamada "Gestão e Administração Pública Militar", relacionada à gestão pública, com duração de 60 horas (Pará, 2015).

Conforme o projeto pedagógico, a disciplina "Gestão e Administração Pública Militar" tem o objetivo de proporcionar aos Cadetes o conhecimento do funcionamento da administração pública na esfera do CBMPA e viabilizar o exercício de instrumentos específicos da Gestão Pública (Pará, 2015).

O conteúdo programático dessa disciplina aborda seis pontos: princípios da administração pública, diferença entre administração pública e privada, processo de formulação e implementação de políticas públicas, planejamento no setor público, gestão financeira, contabilidade pública, gestão de pessoas, gestão patrimonial, licitações e contratos públicos, totalizando 60 horas de aulas (Pará, 2015).

Verificamos que 60 horas de aula para um conteúdo tão vasto tornam difícil aprofundar o conhecimento, e provavelmente não serão suficientes para qualificar o oficial na tomada de decisão referente às áreas financeira, orçamentária, contábil e de custos.

Do total de 3600 horas de aula no CFO 2016, apenas quatro disciplinas foram

disponibilizadas para o aprendizado de gestão pública. São elas: Economia de Políticas Públicas (50h), Estado, Mercado, Sociedade e Diversidade Étnica (50h), Teoria Geral do Estado e Ciência Política (50h), e Gestão e Administração Pública Militar, com 60 horas, totalizando 210 horas de aulas (Pará, 2015).

d) Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO)

O Cao é um curso de grau acadêmico ao nível de especialização, semipresencial, com carga horária de 425 horas, composto por cinco disciplinas online e nove disciplinas presenciais. Esse curso é destinado aos oficiais que buscam a promoção ao posto de Major. Para ascender a esse posto, é obrigatório ter o Cao, sendo uma etapa crucial na carreira dos oficiais, marcando a transição do ciclo de Capitão (Ciclo Intermediário de Oficiais) para o ciclo de Oficiais Superiores (Major, Tenente-Coronel e Coronel).

O objetivo do curso é capacitar os futuros Majores para a realização de operações administrativas e de defesa civil, permitindo que atuem com competência e habilidade para prevenir, preparar e agir em resposta aos impactos provocados por desastres.

O curso de Cao é dividido em dois blocos: o módulo EAD, com cinco disciplinas; e o módulo presencial, com nove disciplinas. O módulo EAD tem carga horária de 160 horas, sendo composto pelas disciplinas: Gestão de Processos (40h), Metodologia da Pesquisa (30h), Sistema de Controle de Incêndio (30h), Direitos Humanos (30h) e Gestão de Unidades Bombeiros Militares (Ubm's) (30h).

Quadro 10– Projeto pedagógico do curso EAD de aperfeiçoamento de oficiais 2019

	DISCIPLINAS	Modalidade	CÓDIGO	CH (H/A)	
01	Gestão de Processos	EAD (IESP)	GP	40	Março/ Abril 2019
02	Metodologia da Pesquisa Científica I	EAD (IESP)	MPC	30	Abril/Maio2019
03	Sistema Comando de Incidentes	EAD (IESP)	SCI	30	Abril/Maio2019
04	Direitos Humanos	EAD (IESP)	DH	30	Maio/ Junho 2019
05	Gestão de UBM's I	EAD (IESP)	GUB	30	Maio/ Junho 2019
	CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS			160	

Fonte: Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais (2019).

O módulo presencial do Cao tem carga horária de 265 horas-aula, com nove disciplinas que são: Gestão de UBM's II (30h), Metodologia da Pesquisa II (30h), Ordenamento territorial e ameaças naturais da Amazônia (30h), Gestão de operações de defesa civil (30h), Planejamento estratégico em cenários prospectivos (30h), Gasto e despesa

públicas (20h), Sistema nacional de proteção e defesa civil (30h), Gerenciamento de riscos e desastres (30h) e Orientação de trabalho de conclusão de curso (25h).

Quadro 11– Projeto pedagógico do curso presencial de aperfeiçoamento de oficiais 2019

DISCIPLINAS		Modalidade	CÓDIGO	CH (H/A)	
01	Gestão de UBM's II	Presencial	SNPDC	30	Ag/2019
02	Metodologia da Pesquisa Científica II	Presencial	MTCII	30	Ag/2019
03	Ordenamento Territorial e Ameaças Naturais da Amazônia	Presencial	OTANA	30	Set/2019
04	Gestão de Operações de Defesa Civil	Presencial	GDC	30	Set/2019
05	Planejamento Estratégico em cenários prospectivos	Presencial	PEA	30	Out/2019
06	Gastos e Despesas Públicas	Presencial	GDP	30	Out/2019
07	Sistema Nacional de proteção e Defesa Civil	Presencial	SNPDC	30	Nov/2019
08	Gerenciamento de Riscos e desastres	Presencial	GRD	30	Nov/2019
09	Orientação de trabalho de conclusão de curso	Presencial	TCC	25	Nov/2019
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS				265	
TOTAL CARGA HORÁRIA				425	

Fonte: Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais (2019).

É uma matriz curricular voltada para a atuação de gerenciamento e ações dos oficiais em prevenir, atuar e planejar situações de desastres, com foco na defesa civil. No entanto, em relação ao gerenciamento orçamentário, financeiro e contábil, há apenas uma disciplina destinada a esse tema, Gasto e Despesa Pública, com carga horária de 30 horas-aula. Essa disciplina representa aproximadamente 7,0% do total de 425 horas-aula do curso.

e) Curso Superior de Polícia e Bombeiros Militar (CSPBM)

O CSPBM é um curso de nível acadêmico de especialização (especialista), oferecido de forma semipresencial, com carga horária de 430 horas-aula. Ele é composto por treze disciplinas, totalizando 390 horas-aula de aulas teóricas e uma conclusão de curso com 40 horas-aula.

Esse curso é destinado a oficiais no posto de Tenente-Coronel que almejam chegar ao último posto da carreira, o de Coronel. É um pré-requisito para a ascensão profissional. Das treze disciplinas, duas são ministradas na modalidade EAD: Metodologia da Pesquisa Científica I e Direitos Humanos.

As outras onze disciplinas são presenciais e abordam temas como Gestão de Processos, Metodologia da Pesquisa Científica II, Geopolítica, Segurança Pública e Grandes Projetos na Amazônia, Gestão Estratégica em Defesa Social, Políticas Públicas de Segurança,

Uso de Informação na Gestão de Segurança Pública, Gestão, Proteção Ambiental e Segurança Pública, Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira do Pará, Gestão Estratégica de Operação Integrada, Gestão Estratégica de Logística e Materiais e Relações Internacionais e Segurança pública.

O CSPBM busca capacitar os oficiais para atuarem de forma estratégica na gestão da segurança pública, levando em conta diversos aspectos, como a geopolítica da Amazônia, a gestão orçamentária e financeira, a proteção ambiental, entre outros, visando prepará-los para a promoção ao posto de Coronel e para assumirem responsabilidades de alto nível na área de segurança.

Quadro 12– Projeto pedagógico do curso superior de polícia e bombeiros militares 2022

DISCIPLINAS		MODALIDADE	CÓD.	CH (H/A)
01	Gestão de Processos	Presencial	GP	30
02	Metodologia da Pesquisa Científica I	EAD	MPC	30
03	Direitos Humanos	EAD	DH	30
04	Metodologia da Pesquisa Científica II	Presencial	MPC	30
05	Geopolítica, Segurança Pública e Grandes Projetos na Amazônia	Presencial	GSPGP	30
06	Gestão Estratégica em Defesa Social	Presencial	GEDS	30
07	Políticas Públicas de Segurança	Presencial	PPSP	30
08	Uso de informação na Gestão de Segurança Pública	Presencial	UIGSP	30
09	Gestão, Proteção Ambiental e Segurança Pública.	Presencial	GPASP	30
10	Sistemas de Gestão Orçamentária e Financeira do Pará	Presencial	SGOFP	30
11	Gestão Estratégica de Operações Integradas	Presencial	GEOPI	30
12	Gestão Estratégica de Logística e Materiais	Presencial	GEL	30
13	Relações Internacionais e Segurança Pública	Presencial	SRIN	30
CARGA HORÁRIA DAS DISCIPLINAS				390
14	Trabalho de conclusão de curso	Presencial	TCC	40
TOTAL CARGA HORÁRIA				430

Fonte: Projeto pedagógico do curso superior de polícia e bombeiros militares (2022).

O curso é voltado para a gestão, com apenas uma disciplina voltada para a gestão orçamentária e financeira, a disciplina Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira do Pará (30 h/a), com apenas quase 7,0% do total de carga horária. Não há nenhuma referência à área contábil, principalmente contabilidade aplicada ao setor público, conforme a ementa (Curso

Superior de Polícia e Bombeiro Militar, 2022, p. 32).

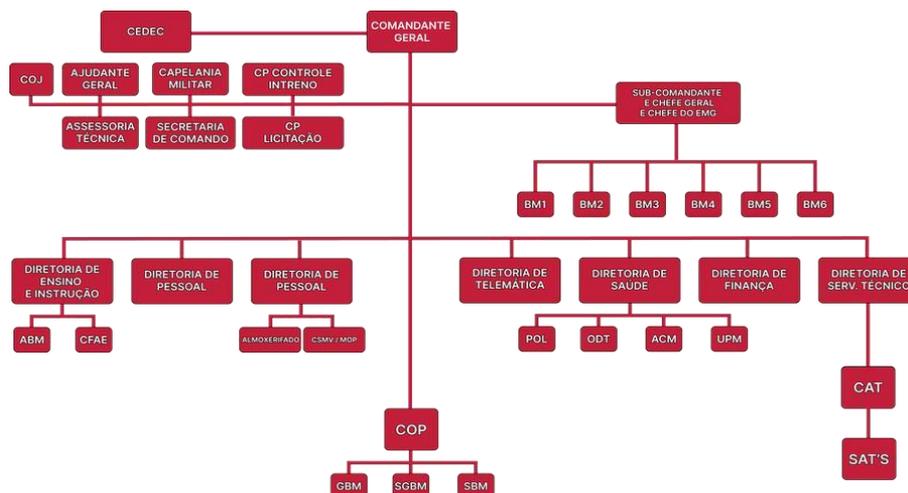
9. SISTEMAS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO PARÁ - 30 H/A EMENTA: Ao final da disciplina, o aluno será capaz de compreender a linguagem do orçamento público, com as classificações orçamentárias das receitas e despesas e sistemas de informações orçamentárias. Conhecerá as estruturas do Plano PlurianualPPA, da Lei das Diretrizes Orçamentárias-LDO e a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual-LOA. Estará apto a reconhecer os processos de trabalho de gestão orçamentária e financeira do Estado, a partir da análise de metodologia adotada no Pará e o planejamento, orçamento e execução de contratos. Saberá elaborar e acompanhar convênios e termos de parceria e compreenderá o funcionamento dos consórcios públicos.

2.2.3.4 Organização Básica do CBMPA

A Lei 5.731, de 15 de novembro de 1992, conhecida como Lei de Organização Básica do CBMPA (Lob), estabelece no seu art. 5º a divisão da estrutura organizacional da Corporação em quatro funções: Direção-Geral, Direção Setorial, de Apoio e de Execução. Os órgãos de Direção-Geral e Direção Setorial desempenham a função de comando e gestão da Corporação, sendo responsáveis pelo planejamento geral. Por meio de orientações e determinações, eles coordenam, controlam e fiscalizam os Órgãos de Apoio e Execução (Brasil, 1992b, Lei nº 5.731).

Para uma melhor compreensão da Organização Básica do CBMPA, foi disponibilizado um organograma da estrutura organizacional da instituição, com o intuito de visualizar as disposições dos Órgãos de Direção-Geral, Direção Setorial, Apoio e Execução.

Organograma 1– Organograma de Organização básica



Fonte: Organograma do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2022).

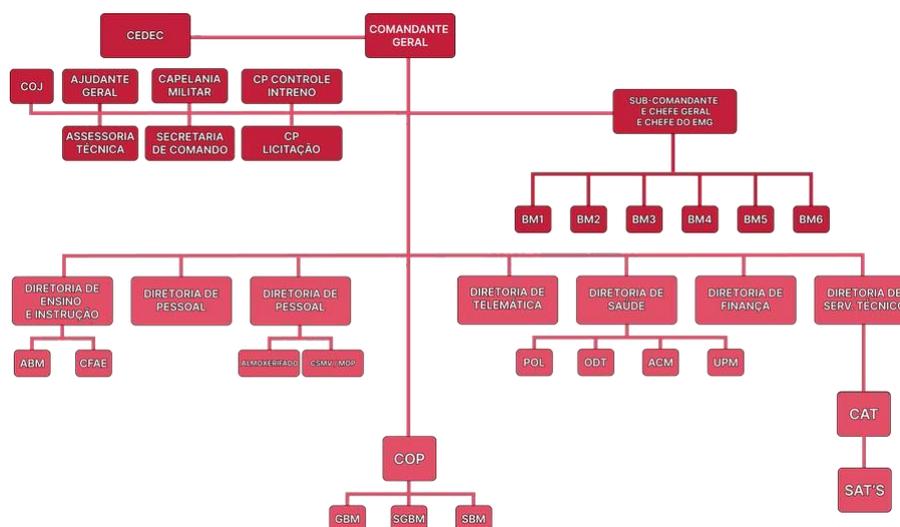
a) Órgãos de Direção-Geral

O Comando Geral do CBMPA é composto pelo Órgão de Direção-Geral (Pará, 1992b, art.º 9.º Lei 5.731):

Art. 9º - Os órgãos de direção compõem o Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, que compreende:
 2.2.3.3.1.1 - Comandante Geral (Cmt Geral);
 2.2.3.3.1.2 - Estado Maior Geral (EMG), como órgão de direção-geral; III - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), como órgão de direção-geral;
 V - Ajudância Geral (AJG);
 VI - Comissões;
 VII - Assessorias.

O organograma abaixo mostra a estrutura dos Órgãos de Direção.

Organograma 2– Organograma dos órgãos de direção



Fonte: Organograma do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2022).

b) Órgãos Setoriais

Os Órgãos Setoriais fazem parte da cadeia de Comando Geral do CBMPA e, juntamente com os órgãos de Direção, atuam fornecendo diretrizes, ordens, coordenando e fiscalizando os Órgãos de Apoio.

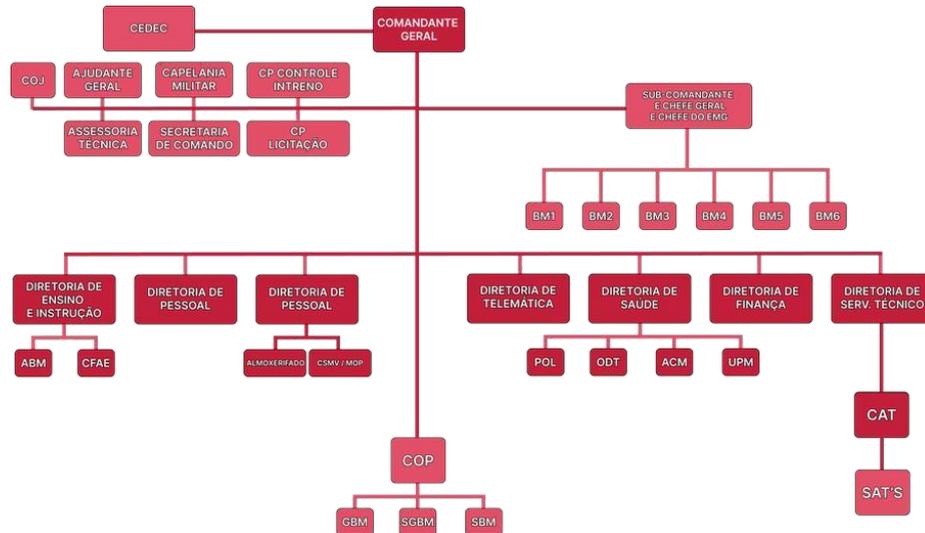
Os órgãos Setoriais estão estruturados de forma sistemática para atuarem na administração financeira, contabilidade, auditoria, logística, ensino, instrução e serviços técnicos, conforme o art.º 18 da Lob.

Art.18 - As Diretorias constituem os órgãos de direção setorial, organizados sob forma de sistemas, para as atividades de administração financeira, contabilidade, auditoria, logística, ensino, instrução e serviços técnicos, compreendendo:

I - Diretoria de Finanças (DF);

- II - Diretoria de Apoio Logístico (DAL)
- III - Diretoria de Ensino e Instrução (DEI);
- IV - Diretoria de Serviços Técnicos (DST) (Pará, 1992b, p. 3).

Organograma 3 – Organograma referente às disposições das diretorias



Fonte: Organograma Organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2022).

O art.19 da Lob trata da Diretoria de Finanças, sendo um Órgão Setorial que faz parte do planejamento e Comando institucional, com a função de realizar a organização dos recursos orçamentários conforme a programação determinada, dividida em sete seções:

Art. 19 - A Diretoria de Finanças, órgão de direção setorial do Sistema Financeiro, compete realizar as atividades financeiras dos órgãos da Corporação e a distribuição de recursos orçamentários e, de acordo com o planejamento estabelecido, será assim organizado:

- I - Diretor;
- II - Seção de Expediente (DF/1);
- III - Seção de Administração Financeira (DF/2);
- IV - Seção de Contabilidade;
- V - Seção de Auditoria (DF/4);
- VI - Pagadoria dos Inativos (DF/5);
- VII - Tesouraria Geral (DF/6) (Pará, Constituição, lei n. 5.731, 1992, p. 3).

Notamos que o art. 19, que trata da Diretoria de Finanças, está defasado em relação aos incisos VI e VII, pois no ano de 1992 ainda se fazia pagamento no próprio Órgão. No entanto, houve um erro de elaboração em relação ao inciso V, pois colocou a seção de Auditoria dentro da Diretoria de Finanças.

As Normas Profissionais do Auditor Interno (NBC PI 01) estabelecem que o Contador na função de auditor interno deve manter o seu nível de competência e conhecimento atualizado, e quanto à sua autonomia profissional, ela deve ser preservada.

c) Órgão de Apoio

Os órgãos de Apoio auxiliam nas demandas de pessoal e material da instituição, desempenhando atividades-meio e subordinando-se aos Órgãos de Direção, conforme o art. 26 da LOB:

Art. 26 - Os órgãos de apoio compreendem:

2.2.3.3.1.3 Centro de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização (Cfae);

2.2.3.3.1.4 Centro de Suprimento e Manutenção de Viaturas e Material Operacional (CSMV/Mop);

2.2.3.3.1.5 - Policlínica (PBM);

VI- Almoxarifado Geral (Almx. G) (Pará, lei n. 5.731, 1992).

Os órgãos de Apoio estão subordinados a um Órgão de Direção Setorial, que são as Diretorias. O Cfae está ligado à Diretoria de Ensino (Dei), o CSMV/Mop subordina-se à Diretoria de Apoio Logístico (Dal) e a Policlínica está inserida na Diretoria de Saúde.

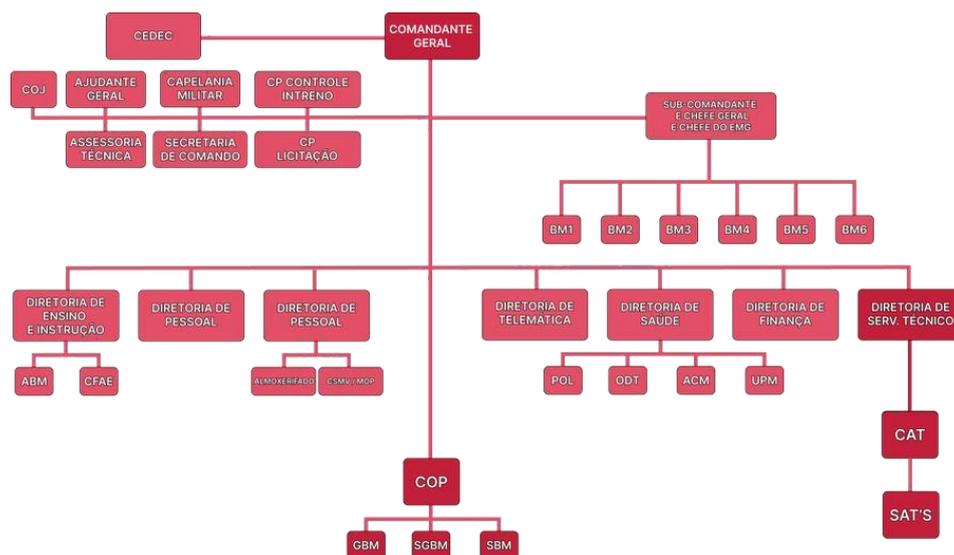
Abaixo está o organograma representando os órgãos de Apoio.

d) Órgãos de Execução

A atividade-fim do CBMPA é realizada pelos Órgãos de Execução, nos quais a Corporação foi constituída em sua missão. Esses órgãos incluem as Unidades Operacionais (grupamentos de Bombeiros) e o Centro de Atividade Técnica (Cat), que fiscalizam obras e empreendimentos. Atualmente, o Centro de Operações Bombeiros Militar (Cobom) é o Comando Operacional (Pará, lei n. 5731, 1992).

Organograma dos Órgãos de Execução:

Organograma 4– Organograma dos órgãos de execução



Fonte: Organograma Organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2022).

2.2.3.5 Expansão do CBMPA no Estado do Pará

A missão institucional do CBMPA envolve o desenvolvimento do próprio sistema amazônico e sua evolução como sistema de relações sociais, econômicas e culturais (Vidal e Silva, 2015). A instituição dos Bombeiros no Pará surgiu devido às transformações sociais e econômicas causadas pela borracha, que demandam uma estrutura organizada para combater incêndios no município de Belém (Menezes, 2007).

O CBMPA se adaptou às mudanças sociais e econômicas ao longo do tempo, começando como uma organização estadual que atuava na província de Belém e evoluindo para uma instituição municipal, civil e, posteriormente, militar. Ao longo dessas transformações, a característica de prevenção e combate a incêndios e desastres foi preservada (Menezes, 2007).

As mudanças na sociedade e nas relações econômicas e sociais levaram as instituições a se adaptarem ao ambiente, tornando-se parte de um mesmo sistema com características diferentes (Vidal; Silva, 2015). Por exemplo, a exploração mineral e agropecuária a partir dos anos 1970 trouxe impactos para a região, levando o CBMPA a expandir suas unidades para o interior da Amazônia devido ao crescimento populacional e econômico (Menezes, 2007).

A expansão das unidades do CBMPA continuou nas décadas seguintes, principalmente no início do novo milênio, com a inauguração de várias unidades no interior do estado (Menezes, 2007). Isso se deveu ao crescimento econômico e populacional de regiões minerais e à necessidade de combater incidentes e desastres que afetam os municípios mais populosos (Amazonas, 2015).

Desde 2000, foram inauguradas diversas unidades do CBMPA em diferentes municípios, como o 6º GBM em Barcarena, o 7º GBM em Itaituba, o 8º GBM em Tucuruí, o 9º GBM em Altamira, entre outros (Menezes, 2007).

Com isso, o CBMPA continua a desempenhar sua atividade-fim, atuando em prevenção e combate a incêndios e desastres, e se expandindo para diversas regiões do estado para melhor atender às necessidades da população.

2.2.3.6 As Unidades de Bombeiros nos Municípios do Pará e as Regiões Integradas de Segurança Pública (RIB)

O CBMPA é composto por 31 grupamentos distribuídos em 26 municípios no

Estado do Pará. Entre os anos de 2019 e 2022, a corporação atendeu mais de 220.000 ocorrências (salvamento, incêndio, atendimento pré-hospitalar entre outros), o que representa cerca de 211 ocorrências por dia (Pará, Plano Estratégico 2022-2023, 2023).

Em 05 de julho 2024, o CBMPA inaugurou mais uma unidade no interior do Pará, no município de São Felix do Xingu, o 31º GBM, localizado no 14ª RISP, que já contava com 10º GBM (Redenção), sendo que o CBMPA aumentou para 27 municípios que possuem unidades do CBMPA.

Devido à extensão territorial do Estado, nem todos os municípios possuem unidades do CBMPA. Portanto, os Grupamentos Bombeiros Militares, especialmente no interior, precisam atuar em vários municípios vizinhos para garantir a cobertura de atendimento.

O Pará é um estado com dimensões comparáveis a muitos países, possuindo 144 municípios, dos quais apenas 27 têm unidades da Corporação. Essa distribuição limitada causa dificuldades no atendimento e prejudica a população em regiões de difícil acesso ou com grandes distâncias até as UBM.

Para melhor distribuir os serviços do CBMPA no Estado, foi promulgado o decreto nº

1.052 em 23 de setembro de 2020, criando as Regiões Integradas de Bombeiros (RIB). Essas regiões têm atuação administrativa, preventiva e operacional, considerando a Região Integrada de Segurança, conforme previsto no art. 10 desta lei. O objetivo é otimizar o atendimento e a cobertura em todo o Estado, conforme o decreto nº 2.129, que incluiu o município de Oeiras do Pará, que pertencia à região integrada do Tocantins, a região integrada do Marajó.

Art. 10. As Regiões Integradas de Bombeiro (RIB), para efeito da atuação operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, ficam assim divididas.

I - área da 1ª Região da Capital composta por:

- a) 1º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os bairros da Cremação, Condor, Jurunas, Batista Campos, Guamá e Terra Firme;
- b) 1º Grupamento de Busca e Salvamento (GBS): tem circunscrição sobre os bairros do Barreiro, Miramar e Telégrafo;
- c) 27º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os bairros do Mangueirão, Benguí, Castanheira, Marambaia, Cabanagem, Parque Verde e Una;
- 30º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os bairros de Val - De-Cans, Pratinha, Pedreira, Sacramenta, Souza, Marco, Curió Utinga e Maracangalha;
- d) 2º Grupamento de Busca e Salvamento (GBS)/Grupamento de Socorros de Emergência (GSE): tem circunscrição no Estado do Pará, sob a coordenação do Comando Operacional ou Regional;
- e) 26º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os bairros de São Clemente, Tapanã, Agulha, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Maracacuera, Paracuri, Ponta Grossa, Águas Negras, Parque Guajarará, Tenoné, Água Boa, Brasília, Itaiteua e São João do Outeiro; e
- f) 21º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os bairros de

Canudos, Fátima, Nazaré, São Brás, Campina, Cidade Velha, Reduto e Umarizal. II - área da 2ª Região da Capital composta por:

- a) 3º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre o município de Ananindeua;
- b) 25º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Marituba, Benevides, distrito de Benfica e Santa Bárbara;
- c) 20º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre o distrito de Mosqueiro, atendendo os bairros do Aeroporto, Ariramba, Chapéu Virado, Farol, Mangueiras, Maracajá, Murubira, Natal do Murubira, Praia Grande, Porto Arthur, Vila, Baía do Sol, Bonfim, Carananduba, Caruara, Maraú, Paraíso, São Francisco, Sucurijuquara.

III - área da 3ª Região do Guamá composta por: 2º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Castanhal, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, Terra Alta e Vila do Apeú; 12º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Santa Izabel do Pará e Santo Antônio do Tauá, Bujaru, Concórdia do Pará e Tomé-Açu; 17º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Vigia, São Caetano de Odivelas, Colares e São João da Ponta; e 28º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre

IV - Os municípios de São Miguel do Guamá, Santa Maria do Pará, Mãe do Rio e Irituia.

V - área da 4ª Região do Tocantins composta por:

- 6º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Barcarena e Acará;
- 22º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Cametá, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Baião;
- 15º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Abaetetuba, Igarapé-Miri;
- 29º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre o município de Moju.

VI - área da 5ª Região do Marajó Oriental composta por:

- a) 18º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

VII - área da 6ª Região do Caeté composta por:

- 13º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Salinas, Santarém Novo e São João de Pirabas;
- 19º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Capanema, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Ourém, Nova Esperança do Piriá, Cachoeira do Piriá, Bonito, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru e Santa Luzia do Pará;
- 24º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Bragança, Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu.

VII - área da 7ª Região do Capim composta por:

- a) 1º Grupamento de Proteção Ambiental Bombeiro Militar (GPA/BM): tem circunscrição sobre os municípios de Paragominas, Aurora do Pará, Dom Eliseu, Ipixuna do Pará e Ulianópolis.

VIII - área da 8ª Região do Marajó Ocidental composta por:

- a) 11º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Breves, Afuá, Anajás, Bagre, Chaves, Currálinho, Gurupá, Melgaço, Portel e São João da Boa Vista.

IX - área da 9ª Região do Lago de Tucuruí composta por:

- a) 8º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento e Pacajá; e
- b) 14º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Tailândia, Goianésia do Pará e Jacundá.

X - área da 10ª Região de Carajás composta por:

- a) 5º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Marabá, Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia,

Itupiranga, Nova Ipixuna, Palestina, São Domingos do Araguaia, Rondon do Pará, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia;

b) 23º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Parauapebas, Curionópolis;

c) 16º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Piçarra.

XI - área da 11ª Região do Xingu composta por:

a) 9º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

XII- área da 12ª Região do Baixo Amazonas compostas por: a) 4º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Santarém, Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Mojuí dos Campos e Terra Santa.

XIII - área da 13ª Região do Araguaia composta por:

a) 10º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Redenção, Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Floresta do Araguaia, Pau D'Arco, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia.

XIV - área da 14ª Região do Alto Xingu composta por: a) 10º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Água Azul do Norte, Bannach, Ourilândia do Norte, Rio Maria, Sapucaia, São Félix do Xingu, Tucumã e Xinguara.

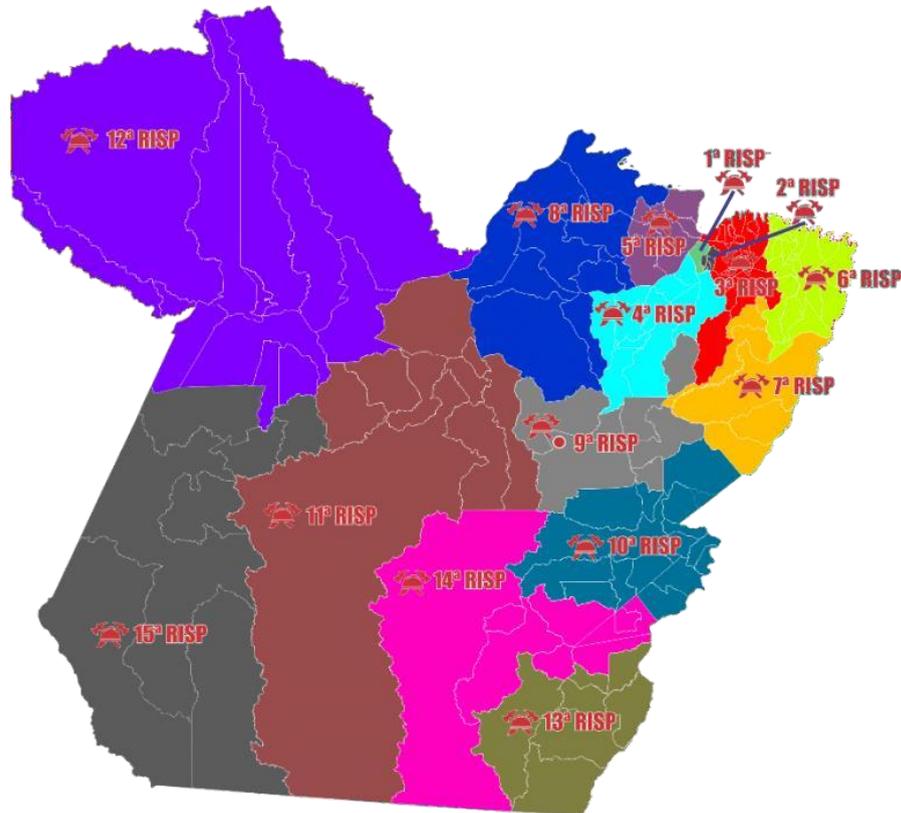
XV - Área da 15ª Região do Tapajós composta por: a) 7º Grupamento Bombeiro Militar (GBM): tem circunscrição sobre os municípios de Itaituba, Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Placas, Rurópolis, Trairão e Castelo dos Sonhos.

§ 1º As circunscrições das Unidades Bombeiro Militar localizadas nas regiões definidas nos itens I às XV do presente artigo poderão sofrer alterações quando da criação ou implantação de novos quartéis Bombeiro militar nos municípios.

§ 2º As limitações das Unidades Bombeiro Militar que fazem parte das regionais não impedem que os quartéis atendam ocorrências fora de sua região ou circunscrição, desde que autorizados dentro da cadeia de comando.

§ 3º No interior do Estado as Regiões Integradas Metropolitanas ou áreas urbanas dos Municípios comporão Áreas Operacionais e Administrativas únicas e distintas (Pará, 2020, Decreto, n. 1.052, p. 1).

Figura 1– Regiões de integração de Segurança Pública (RISP)



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2020).

2.3 Sistema de Informação de Custos

O sistema de informação de custos é uma interligação dos fluxos de informações captadas pela entidade através de meios tecnológicos de uma rede informacional. A informação deve ser vista como um recurso institucional, ao mesmo tempo em que requer um sistema tecnológico que permita armazená-la, processá-la e disponibilizá-la aos usuários.

O SIC depende da cultura da informação como um instrumento essencial para informações gerenciais e controle. No entanto, exige um aparato informacional para tratar as informações.

As entidades que reconhecem a importância da informação como parte da cultura organizacional conseguem desenvolver sistemas de custos que estão em constante aperfeiçoamento, como é o caso do governo federal e das instituições militares, como Exército, Marinha e Aeronáutica.

As informações em um sistema de custos dependem do entendimento do conceito de custos na ciência contábil, que possui qualificação e respaldo legal, fazendo parte de sua estrutura científica e sendo objeto de estudo. Portanto, a implementação do Sic requer

compreensão da contabilidade de custos, suas definições e qualificações.

Sem esse entendimento, é provável que o SIC não funcione de forma adequada e não esteja em conformidade com as legislações contábeis e constitucionais federais. O SIC deve estar em conformidade com todos os dispositivos informacionais institucionais da empresa para gerenciamento, incluindo os aspectos contábeis, orçamentários, financeiros e tecnológicos.

No CBMPA, os recursos orçamentários são divididos em três unidades orçamentárias, CBMPA (31101), Defesa Civil (31102) e o Fundo Especial do Bombeiro (Febom) (31104), mesmo, o CBMPA tendo três unidades orçamentárias, com a exceção da defesa civil, que tem sua autonomia orçamentária e de gestão, porém limitada. A gestão orçamentária e financeira é centralizada, e quem define sobre a manutenção e investimentos nas unidades bombeiro é o Comandante Geral, com o suporte dos Órgãos Setoriais, Apoio e de Execução. Assim, torna-se fundamental entender esse funcionamento, para adequar orçamento, finanças e contabilidade para um SIC.

2.3.1 Sistema de Informação

Na atualidade, vivemos em um mundo pós-industrial e economicamente globalizado, onde a informação tornou-se um capital valioso, equiparando-se aos meios de produção, materiais e monetários. A transformação essencial reside no significado que a informação pode alcançar em um mundo interconectado, tornando-a não apenas um instrumento, mas sim um instrumento fundamental (Moresi, 2000).

As entidades frequentemente recorrem à informação como elemento estruturante e um sistema de gestão. Portanto, a governança de uma instituição exige o entendimento objetivo da utilidade da informação e do sistema de informação (Moresi, 2000).

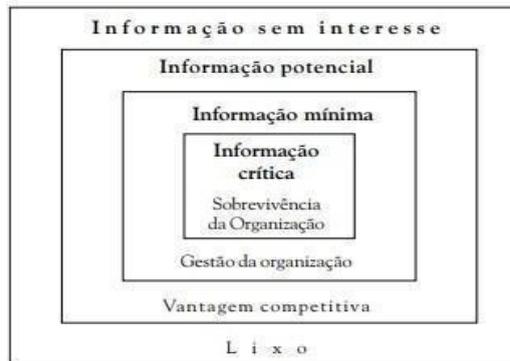
Para Laudon (2014), as informações que integram os sistemas de informações são tão necessárias na atualidade que têm seis finalidades institucionais primordiais: excelência operacional, desenvolvimento de novos produtos, serviços e padrões de negócio, relacionamento mais próximo com clientes e fornecedores, melhoria na tomada de decisões, vantagem competitiva e sobrevivência.

A busca pela excelência nas informações leva as organizações a aprimorar a eficiência de suas operações para obter maiores lucros, sendo os sistemas de informações uma das ferramentas mais importantes para alcançar esse objetivo de eficiência e produtividade nas operações (Laudon, 2014).

Essencialmente, para Moresi (2000), a informação possui dois propósitos:

compreender os ambientes internos e os externos de uma entidade. A função dessa compreensão é fornecer dados para gerenciar o funcionamento de uma organização, distinguindo a informação em níveis: crítico, mínimo, potencial e sem interesse, conforme figura.

Figura 2– Classificação da informação segundo a sua finalidade para uma organização



Fonte: Delineando o valor do sistema de informação de uma organização (2000, p. 15).

A separação da informação em níveis propõe atender às exigências de organização. A informação em níveis deve atender aos diferentes níveis hierárquicos da organização, respeitando suas peculiaridades. Nesse contexto, a arquitetura de informação de uma organização é composta pelas funções operacionais, intermediárias e institucionais, conforme:

operacional relacionado com os problemas de desempenho eficaz e dirigido para as exigências impostas pela natureza da tarefa técnica; intermediário ou gerencial gerência particularmente as atividades do nível operacional, mediando as fronteiras ambientais e administrando as tarefas técnicas que devem ser desempenhadas, escala de operações etc.; institucional constitui-se na fonte do significado e da legitimação que possibilita a consecução dos objetivos organizacionais (Moresi, 2000, p. 15).

Outro ponto que Moresi (2000) chama atenção é admitir que a informação possua valor, podendo ser negativo, como sobrecarga de informação, ou positivo, como valor de uso (o que se fará com a informação), valor de troca ou valor de mercado (o usuário pode pagar pela informação), valor de propriedade (custo de um bem) e valor de restrição (uso restrito).

Para Padoveze (2019), o propósito de informações adequadas são: conteúdo, precisão, atualidade, frequência, adequação à decisão, entre outros. E o valor da informação está associado à redução de incertezas na tomada de decisão, relação custo-benefício e aumento da qualidade das decisões.

2.3.2 Sistema de Informação Gerenciais

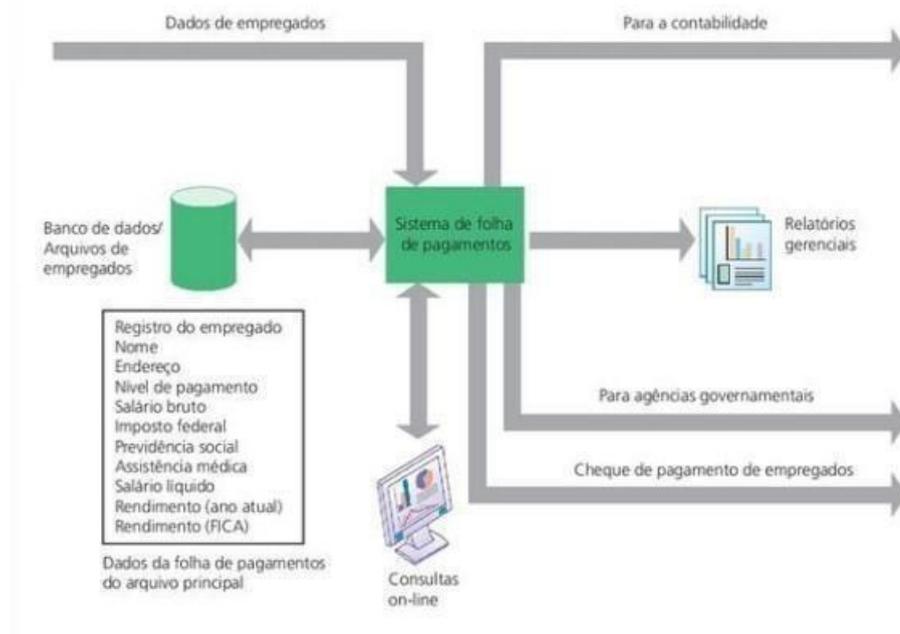
Um sistema é constituído de dois elementos: uma coleção de objetos e uma relação lógica entre eles. Esses elementos físicos e o sistema lógico fazem com que o sistema se comporte como um organismo (Mattos, 2017).

De acordo com Laudon (2014), um sistema de informação é definido tecnicamente como uma série de elementos interconectados que coleta, processa, armazena e distribui informações dedicadas a apoiar a tomada de decisões e o controle de uma instituição. Ele auxilia gestores e empregados a examinar problemas, observar assuntos difíceis e desenvolver produtos.

Uma organização possui sistemas de suporte para a tomada de decisões em distintos níveis. Os sistemas que os ajudam na tomada de decisão são: o Sistema de Processamento de Transações (SPT), Sistema de Inteligência Empresarial (BI) ou Sistema de Informação Gerencial (SIG) e o Sistema de Apoio à Decisão (SADs) (Laudon, 2014).

O Sistema de Processamento de Transações (SPT) monitora as transações e a execução básica da instituição, como vendas, recebimentos, pagamento de funcionários, movimentação de materiais, entre outros. É um sistema que registra as operações diárias e necessárias, como ilustrado na figura, para a folha de pagamento (Laudon, 2014, p. 43).

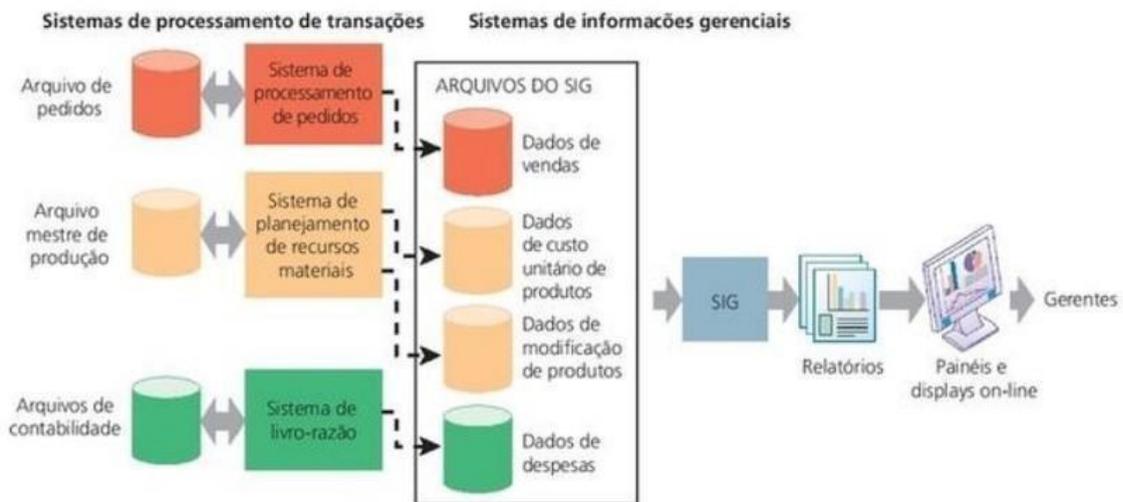
Figura 3– Exemplo de SPT de Folha de Pagamento



Fonte: Sistema de informação gerenciais (2014, p 43).

O Sistema de Inteligência Empresarial (BI) ou Sistema de Informação Gerencial (Sig) é o conjunto de sistemas que fundamentam as decisões gerenciais. Por meio da análise de dados, eles auxiliam os gerentes a tomar decisões embasadas em análises e monitoram as atividades administrativas (Laudon, 2014, p. 44).

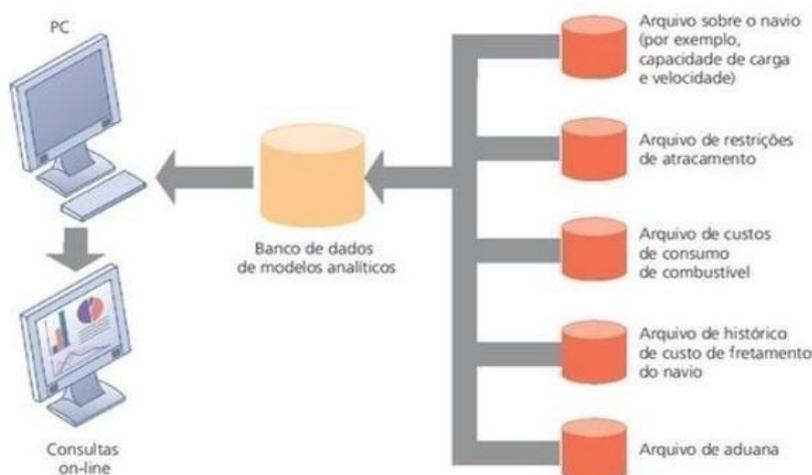
Figura 4– Como o sistema de informação gerencial adquire seus dados do SPT da empresa



Fonte: Sistema de informações gerenciais (2014, p. 44).

Existe outro sistema de informação gerencial, o Sistema de Apoio à Decisão (Sad), que se concentra em problemas pontuais e que se modifica rapidamente. Embora utilize informações do Sistema de Processamento de Transações (SPT) e Sig, ele geralmente incorpora fontes externas para análise de valor corrente, ações, entre outros aspectos (Laudon, 2014, p. 45).

Figura 5– Sistema de apoio à decisão para cálculo de transporte



Fonte: Sistema de informação gerenciais (2014, p. 45).

Figura 2.8 Sistema de apoio à decisão para cálculo de transporte

Esse SAD opera em PCs de grande capacidade. É usado diariamente pelos gerentes que precisam desenvolver propostas para contratos de fretamento de navios.

2.3.3 O Sistema de Informação de Custo como Ferramenta Gerencial

O sistema de custo gerencial tem o objetivo de apurar os custos e serviços produzidos por uma instituição, permitindo a formação de preços para venda, custo unitário e custo por atividade. Esse sistema é organizado para produzir e fornecer dados e relatórios contendo uma ampla gama de informações de custos, tornando-se uma valiosa fonte para a tomada de decisões (Padoveze, 2019).

Por muito tempo, a contabilidade de custos serviu apenas para fornecer informações sobre estoque, almoxarifado e produção. No entanto, com a globalização e a competitividade crescente no mundo atual, a contabilidade de custos tornou-se uma ferramenta útil para auxiliar os gestores na tomada de decisão, administração e planejamento estratégico.

A importância dos custos no processo decisório das instituições tem aumentado, revelando-se como uma ferramenta essencial para o processo de tomada de decisões. No cenário globalizado, os gestores precisam de informações precisas para tomadas de decisão que visam diminuir custos, maximizar lucros e otimizar as operações e produtos (Laudon, 2014).

O sistema de informação de custos é uma das fontes fundamentais para a tomada de decisão em instituições privadas e públicas. Ele fornece informações essenciais aos gestores para aprimorar os processos das organizações (Souza; Bezerra, 2021). O SIC desempenha um papel crucial ao conectar as tomadas de decisão dos administradores com os processos de produção e/ou serviços, resultando em produtos benéficos para a organização. Essa relação relaciona diretamente os serviços dos gerentes com a lucratividade da entidade, permitindo avaliar o caminho a ser seguido em decisões futuras (Padoveze, 2019).

A integração do SIC com os sistemas gerenciais para a tomada de decisão é feita em conjunto com o sistema contábil, garantindo informações gerenciais para o processo de gestão. É fundamental possuir um sistema de custo capaz de mensurar de forma precisa o processo produtivo ou de prestação de serviços para obter informações mais assertivas sobre produtos ou serviços.

De acordo com Padoveze (2019), os sistemas de informações são compostos pelo Sistema de Informação de Apoio às Operações e pelo Sistema de Apoio à Gestão. O primeiro é utilizado para planejamento e controle dos diversos setores operacionais da empresa, enquanto o segundo é conectado às atividades econômico-financeiras da organização, atendendo às demandas de desempenho dos gestores. O Sistema de Apoio à Gestão é utilizado pelos mais altos gestores das áreas administrativas e financeiras para

planejamento, controle financeiro e análise de desempenho das atividades, incluindo o sistema de informação contábil, orçamento e gestão de caixa, e o sistema de custos (Padoveze, 2019).

A estrutura dos sistemas de informações é essencial para direcionar o fluxo de informações dentro da entidade e oferecer suporte aos níveis mais elevados da gestão, servindo como um sistema de apoio para o planejamento. Sendo um Sistema de Apoio à Gestão, o SIC requer regularmente dados qualitativos e quantitativos retirados dos Sistemas de Apoio às Operações, como informações sobre o número de trabalhadores, horas trabalhadas, quantidade vendida, desperdícios, entre outras (Padoveze, 2019).

A interpretação das informações é de extrema importância para o sistema de informação de custos, pois elas são compartilhadas com a gestão e com todos os setores que as utilizam (Padoveze, 2019). No processo de gestão, que envolve o planejamento, a execução e o controle, a contabilidade desempenha um papel essencial na análise, pois é uma ciência de controle, o que implica que o próprio planejamento tem função de controle (Padoveze, 2019).

O propósito de um sistema gerencial de custos é mensurar os custos unitários dos serviços e produtos produzidos pela organização para a composição de preço e venda (Martins; Rocha, 2003).

O sistema de custo gerencial, conhecido como SICc, deve estar sempre pronto para fornecer dados e relatórios para examinar os custos. Sua finalidade é fornecer informações para a tomada de decisões sobre: custo unitário dos produtos e atividades, custo por ordem de trabalho, custo para formação de preço e venda, análise de custos, análise de rentabilidade de produtos e lista de preços (Padoveze, 2019).

É fundamental que o SIC seja ágil e ajustável para compor os dados de custos para tomada de decisão. Para isso, deve estar integrado com outros sistemas que compõem a formação de produto ou serviço, como compras, engenharia e faturamento (Padoveze, 2019).

Todas as ações das organizações, nos setores de produção, finanças e comercialização, devem levar a lucros. A ciência contábil é a especialista em mensurar a empresa e seus resultados econômicos, sendo responsável por fazer com que todas as informações venham a convergir para o Sistema de Informação Contábil. Além da apuração do custo unitário, é possível usar outras formas de apuração, conhecidas como objetos de custos, que incluem custo por ordem de trabalho, custo por lote de fabricação, custos por parte de peças, custos por processos, custo por departamento, entre outros (Padoveze, 2019).

Em resumo, o propósito básico do sistema de informação de custos é fornecer informações detalhadas sobre os custos da organização para auxiliar na tomada de decisão e

na gestão eficiente dos recursos. Esse sistema tem como objetivos, entre outros:

- a) apurar o custo unitário de uma unidade de cada produto ou serviço da empresa, para formação do preço de venda e análise de rentabilidade;
- b) mensurar o custo unitário com valores atuais em nível de reposição, ou com valores orçados ou padronizados;
- c) permitir trabalhar com simulações de forma prospectiva e não reativa (Padoveze, 2019, p. 282).

2.3.4 Contabilidade de Custos

A contabilidade de custos teve sua origem no período mercantilista, no século XVII, utilizando a contabilidade geral e financeira como fonte de informação (Martins; Rocha, 2003). No entanto, com a revolução industrial, percebeu-se que a contabilidade geral e financeira não era suficiente para mensurar as operações de custos no processo produtivo, devido à agregação de matérias-primas, mão de obra e a geração de novos produtos (Frezatti; Aguiar; Guerreiro, 2007).

Assim, a contabilidade de custos passou a contabilizar e expressar informações financeiras e não financeiras relacionadas à compra e consumo de recursos pelas entidades (Santos, 2018). Ribeiro (1996) destaca que a contabilidade de custos é uma área da contabilidade geral, ou financeira, utilizada nas organizações industriais.

Por abranger informações para a contabilidade gerencial e financeira, a contabilidade de custos coleta dados tanto para procedimentos diários quanto para processos estratégicos dentro de uma instituição (Leone, 2000). Nesse contexto, os conceitos de contabilidade de custos têm como finalidade aprimorar a gestão das organizações, fornecendo informações rotineiras e estratégicas para beneficiar a instituição como um todo.

2.3.5 Conceitos Relevantes de Custos

Para obter um entendimento sólido sobre custos, gestão de custos e sistemas de informação de custos, é fundamental compreender as principais terminologias utilizadas (Martins; Rocha, 2003).

As entidades estão em constante modificação de seus patrimônios, sendo essas variações tanto qualitativas quanto quantitativas. As variações qualitativas afetam o patrimônio líquido, enquanto as quantitativas implicam na permuta do patrimônio (Mota, 2006).

Esses conceitos fundamentais da contabilidade de custos são essenciais para a compreensão do uso dos custos e suas implicações nas entidades. Eles serão apresentados na

tabela conforme o manual de custo, baseado na NBT 16.11 (Martins; Rocha, 2003).

Figura 6– Custos na NBCT 16.11 na doutrina

TERMO	NBCT 16.11	ELISEU MARTINS
Gasto	é o dispêndio de um ativo ou criação de um passivo para obtenção de um produto ou serviço.	compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade (desembolso), sacrifício esse representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro).
Desembolso	é o pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.	pagamento resultante da aquisição do bem ou serviço.
Investimento	corresponde ao gasto levado para o Ativo em função de sua vida útil. São todos os bens e direitos adquiridos e registrados no ativo.	gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro (s) período (s).
Custo (s)	são gastos com bens ou serviços utilizados para a produção de outros bens ou serviços.	gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.
Despesa (s)	não define.	bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.
Perda (s)	correspondem a reduções do patrimônio que não estão associadas a qualquer recebimento compensatório ou geração de produtos ou serviços, que ocorrem de forma anormal e involuntária.	bem ou serviço consumidos de forma anormal e involuntária.

Fonte: Manual de informação de custos do Governo Federal (2018, p. 12).

O próprio Manual de Informações de Custos (MIC) traz uma análise da tabela acima, simplificando bastante o entendimento dos conceitos. O ciclo do desembolso tem o gasto como ponto inicial. Se o objeto for logo incorporado ao patrimônio, será considerado custo. Caso o gasto seja um investimento, só se tornará custo quando for utilizado na produção, conforme ilustrado na figura (Brasil, Manual de Custos do Governo Federal, 2018).

Figura 7– Fases do ciclo de gasto, desembolso, investimento e despesas



Fonte: Manual de informação de custos do Governo Federal (2018, p. 13).

2.3.5.1 Custos em Relação ao Objeto (Custos Diretos e Indiretos).

A categorização de custos em diretos ou indiretos tem a finalidade de apropriar os objetos de custeio em relação à efetivação do diagnóstico de lucratividade, controle de gastos, entre outros. O custo direto é aquele que pode ser identificado imediatamente e mensurado de forma direta em relação ao objeto de custo. Já os custos indiretos são alocados por meio de rateio estabelecido pela organização, pois não podem ser atribuídos diretamente a um único objeto de custo (Martins; Rocha, 2003).

2.3.5.2 Custos em Relação ao Volume de Atividade (Custos Fixos e Variáveis).

Os custos podem ser classificados de acordo com sua variação em relação ao nível produtivo, sendo categorizados como custos fixos ou variáveis. Os custos fixos são aqueles que permanecem estáveis, independentemente do nível da capacidade de produção, ou seja, não variam conforme a produção aumenta ou diminui. Já os custos variáveis possuem uma relação direta com o nível de produção, ou seja, se a produção aumentar, o custo variável também aumenta, e se a produção diminuir, o custo variável também diminui (Martins; Rocha, 2003).

2.3.5.3 Sistema de Custeio dos Custos

O sistema de custeio representa os métodos e técnicas utilizados para alocar os custos aos diferentes objetos de custeio dentro de uma organização. Ele é responsável por mensurar os custos relacionados aos produtos, serviços ou atividades realizadas, e é um conjunto de processos adotados para apurar o patrimônio e os serviços prestados pela organização. Em suma, o sistema de custeio é fundamental para o gerenciamento e controle dos custos na empresa, permitindo uma melhor compreensão e análise dos seus resultados financeiros.

a) Custeio Variável

O custeio variável relaciona os custos em função do volume de fabricação em custos variáveis, que alteram conforme o volume da atividade, e os custos fixos, que são constantes no decorrer da produção. Sempre há um critério de rateio, e o valor do custo fixo depende do volume de produção (Martins; Rocha, 2003).

b) Custeio por Absorção

É um procedimento de custeio que apropria todos os custos aos produtos e serviços, independentemente de serem fixos ou variáveis, diretos ou indiretos. Conseqüentemente, os estoques são mensurados sempre com um valor superior ao método de custeio variável, devido ao fato de que no produto fabricado sempre haverá uma parcela do custo fixo (Santos, 2018). Conforme Santos (2018), apresenta-se abaixo um quadro comparativo entre o custeio por Absorção e o Variável:

Quadro 13– Comparativo entre dois métodos de custeio

	Por absorção	Variável
Argumento	Custos fixos devem ser ativados porque estes custos são tão necessários na geração dos produtos quanto os variáveis. Não importa se o custo é fixo ou variável, todos os custos de produção devem ser apropriados aos produtos fabricados.	Custos fixos não devem ser ativados porque ativar estes custos não evita que sejam gastos novamente. Devem ser ativados somente gastos que não precisariam ser repetidos.
Características	<ul style="list-style-type: none"> Apropria todos os custos (fixos e variáveis) à produção do período. Gastos não fabris são excluídos. Distingue custos de despesas: despesas diretamente ao resultado; custos são relativos ao produto. 	<ul style="list-style-type: none"> Custos fixos são considerados custos periódicos e imediatamente transferidos para Despesa. O ponto mais destacado na DRE é a margem de contribuição (excesso de Vendas sobre custos variáveis) que serve para identificar os produtos que estão oferecendo maior rentabilidade
Vantagens	<ul style="list-style-type: none"> Embasa melhor os parâmetros para formação de preço, já que todos os custos são apropriados. Possibilita a confrontação da receita com os custos necessários à sua obtenção por competência O valor dos estoques no Balanço estão menos distantes da realidade tendo em vista que incluem todos os custos Permite uma melhor avaliação dos resultados a longo prazo 	<ul style="list-style-type: none"> Lucro líquido acompanha a evolução das Vendas e do volume vendido. Custo do produto é mais claro e evidente porque não encerra rateios de custos É mais fácil entender o Custo do produto, porque os dados são próximos da fábrica, o que possibilita a correta avaliação do desempenho. Impede que aumentos de produção que não correspondem à aumentos de Vendas distorçam o resultado. As rendas de um período são comparadas com todos os custos do período, independentemente de as instalações serem ou não utilizadas

Fonte: Livro Contabilidade de Custos (2018, p. 66).

Quadro 14– Comparativo entre dois métodos de custeio

	Por absorção	Variável
Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> Aumentos de produção que não correspondem à aumentos de vendas distorcem o resultado Subjetividade inerente ao critério de alocação dos CIF pode distorcer os custos unitários. Dificulta a avaliação da relação custo x volume x lucro 	<ul style="list-style-type: none"> Diminui a representatividade do valor apropriado aos estoques (porque somente se atribuem os custos variáveis) como expressão da potencialidade deste ativo. Não integra aos produtos (e por consequência aos estoques) o valor dos custos fixos, o que fere os princípios contábeis e altera o resultado do período. Sobrecarrega o resultado do período em que foram produzidas mais unidades e vendidas poucas
Comentários	É mais representativo para usuários externos	É mais relevante para finalidades gerenciais a curto prazo
	A principal diferença impactada no resultado entre um critério e outro está sempre localizada nos custos do estoque final, os quais, no custeio por absorção, incluem os custos fixos a ele aplicável, e no custeio variável, não.	

Fonte: Livro Contabilidade de Custos (2018, p. 66).

c)Custeio por Atividade ou Custeio ABC

Método de custeio ABC tem como fundamento essencial converter a maior quantidade de custos possível em custos diretos, por intermédio de custos específicos (cost drivers). O ABC tenta rastrear as atividades que estão absorvendo de forma mais relevante os recursos, distribuindo os custos de produção entre as diversas atividades e, logo, alocando esses custos de atividades aos recursos e serviços obtidos de cada fornecedor (Santos, 2018).

Para Martins e Rocha (2003), o ABC pode ser instalado sem intervir no sistema contábil de uma instituição, ou seja, pode coexistir com o sistema atual, podendo ser usado periodicamente, dependendo de fatores como: mudança de produto, tecnologia, entre outras.

O ABC é uma ferramenta essencialmente gerencial, que pode abranger conceitos econômicos, custo de oportunidade, reposição, entre outros.

2.3.6 Sistema de Custos no Setor Público Federal

O SICSP está inserido em um processo evolutivo do setor público brasileiro para melhorar a cultura organizacional de apuração dos custos na administração pública. Esse processo perpassa pela sistemática da apuração, mensuração e análise das finanças públicas. O desenvolvimento dos métodos de accountability nos órgãos governamentais aperfeiçoou os instrumentos a serviço dos agentes públicos para contribuir nas suas decisões (Pigatto *et al.*, 2010).

O papel do setor público no Brasil e no mundo é preponderante devido ser regulador na estabilidade econômica, e é o ator principal nas ações de políticas governamentais. Assim, criou-se uma correlação entre os países, ampliando o anseio de um sistema de informação global (Wiemar; Ribeiro, 2004).

A inquietação com o fornecimento de dados a respeito do custo efetivo das funções exercidas pelo setor público conquistou estímulo e disposição na busca de aperfeiçoamento do desempenho da governança pública. Essas mudanças dependiam da contabilidade aplicada ao setor público para aprimorar as decisões dos usos dos recursos públicos pelo princípio da competência (Rezende; Cunha; Bevilacqua, 2010).

Partindo do entendimento, não é suficiente saber o total que o Estado gasta em suas atividades, mas sim o resultado alcançado por esses recursos empregados com custos menores para o cidadão (Rezende; Cunha; Bevilacqua, 2010).

A inserção de um novo comportamento da administração pública, que privilegie a apuração dos custos na gestão pública, compreendeu como estágio fundamental para uma transição ao modelo atual de Estado impulsionador e com recursos financeiros limitados. Conseqüentemente, é preciso suprir os gestores de dados gerenciais para satisfazer os princípios da eficiência, eficácia e efetividade das atividades governamentais, que responsabiliza e contribui nas decisões e comparações dos serviços prestados (Machado; Holanda, 2010).

Essa conjuntura de um SIC permite que dados essenciais a respeito dos bens patrimoniais e dos custos das atividades públicas tragam uma estrutura mínima de concepções e práticas nas organizações públicas (Alonso, 1999). O papel fundamental foi a convergência das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público Ipsas e o alinhamento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), pretendendo a comparatividade da conjuntura econômica de várias nações ou organizações governamentais nacionais e estrangeiras (Brasil, manual de custos do governo federal, 2018).

Os dados gerados pela contabilidade no setor público dão ênfase ao fluxo de caixa, não concebendo dados para se mensurar os custos, com destaque para características dos gastos que atendam às necessidades públicas (Rezende; Cunha; Bevilacqua, 2010).

A informação de custos possui essa mudança de paradigma, como a de filtrar as informações para abastecer os gestores, além de ter como característica a comparabilidade alcançada com recursos de padrão de registros operacionais uniformes. Isso propicia reflexões entre diversas entidades com particularidades comuns e quando não for exequível, as informações podem ser analisadas pela temporalidade (Machado; Holanda, 2010).

O accountability e transparência são materializados pelo processo da geração de informação de custos, possibilitando à população entender com maior compreensão o emprego das receitas públicas. Destaca-se que a análise e a gestão possibilitam o reconhecimento de melhorias, servindo para evitar ou atenuar desperdícios de receitas (Alonso, 1999b).

O SIC é a união de dois sistemas, o sistema de informação e o sistema contábil, em que, unidos, geram informações gerenciais, contábeis, orçamentárias e financeiras, e com o devido tratamento às informações de custos.

O Sicsp está inserido em um processo evolutivo do setor público brasileiro para melhorar a cultura organizacional de apuração dos custos na administração pública. Esse processo perpassa pela sistemática da apuração, mensuração e análise das finanças públicas. O desenvolvimento dos métodos de accountability nos órgãos governamentais aperfeiçoou os

instrumentos a serviço dos agentes públicos para contribuir em suas decisões (Brasil, manual de custos do governo federal, 2018).

2.3.7 A Adoção do Sistema de Informação de Custos Pelas Entidades Militares

O sistema de informação de custos no setor público tem sua base no regime militar de 1964, com a lei 4320, que estabeleceu em seu art. 99 a obrigatoriedade de os serviços industriais no setor público possuírem uma contabilidade de custos. O decreto-lei n.º 200 de 1967 também ressalta a importância do sistema de custos na tomada de decisão de gestão e na avaliação governamental.

Essas duas leis deram início à implementação de um sistema de custos no setor público brasileiro. As forças armadas brasileiras, incluindo o Exército, Marinha e Aeronáutica, foram algumas das primeiras instituições públicas a adotarem um sistema de mensuração de custos no Brasil. Além disso, outras instituições, como o laboratório nacional do CNPq, sesu-Mec, Banco Central do Brasil, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e Embrapa, também seguiram esse caminho (Albuquerque; Oliveira, 2017).

Conforme Albuquerque e Oliveira (2017), o Exército possui instrumentos de sistema de custos desde 2007, com um método de custeio por atividade. A Marinha possui um sistema de custeio desde 1994, utilizando o método de custeio por absorção e custeio direto. Já a aeronáutica iniciou um sistema de custos em 1972, utilizando o método de custeio direto.

Quadro 15– Sistema de custos em órgãos das Forças Armadas

Sistema de Custos	Marinha	Exército	Força Aérea
Início da adoção do sistema	1994	2007	1972
Nome do sistema	OMPS e SIC	Siscustos	SIC
Método de custeio adotado	Custeio por absorção e custeio direto	Custeio por atividades	Custeio direto

Fonte: Sistemas de custos: Um diagnóstico da implantação das forças armadas brasileiras (1972, p. 5).

Atualmente, com a evolução da tecnologia da informação e a cultura já adquirida de mensuração de custos, tanto a Aeronáutica como a Marinha começaram a determinar seus custos por atividades. Diante disso, vamos verificar os sistemas de custos das três forças armadas do Brasil, para ter uma base de seus sistemas de informação de custos.

2.3.7.1 Sistema de Informação de Custos do Exército Brasileiro

O setor contábil do Exército é a Diretoria de Contabilidade (D Cont), que está inserida na Secretaria de Economia e Finanças, e teve a missão de desenvolver um sistema de custos para o Exército brasileiro. Para isso, buscou um enfoque gerencial, compatibilizando a contabilidade pública com os sistemas institucionais utilizados pelo Exército (Carneiro Junior; Rocha, 2012).

Os objetivos determinados para o Sistema de SIC foram conforme as diretrizes estabelecidas, considerando as necessidades institucionais para identificar os custos das atribuições do Comando. Isso possibilitou fornecer informações gerenciais para a tomada de decisões, conforme seus níveis hierárquicos, e acompanhar o gerenciamento das Organizações Militares (OM) (Carneiro Junior; Rocha, 2012).

O Sic no Exército é designado por Sistema de Custos do Exército (Siscustos) e foi integralmente desenvolvido pela D Cont, estando em conformidade com as normas de contabilidade do setor público. Ele possui informações das depreciações conforme o princípio da competência, e as depreciações são mensuradas de acordo com o uso. O processo de informação de custos do Exército começou antes do CFC e STN, servindo como uma das referências no debate sobre custos no setor público (Brasil, 2015).

O Siscustos é um sistema informacional interligado a vários sistemas do próprio Exército, assim como da administração geral do Governo Federal. As informações de custos são apropriadas dos seguintes sistemas: Siafi através do Sic; do Sistema de Controle Físico (Siscofis), que faz parte do Sistema de Material do Exército (Simatex) e que deprecia material permanente e tem também inserido os insumos de materiais; o Sistema Automático de

Pagamentos de Pessoal (Siappes), o Sistema Integrado de Recursos Humanos (Siape) e o Sistema de Retribuição no Exterior (SRE), em que se tem os valores das remunerações, com intuito de propiciar dados de gestão aos diversos níveis de comando do Exército (Brasil, 2015).

Figura 8– Sistema de informação de custos do Exército Brasileiro

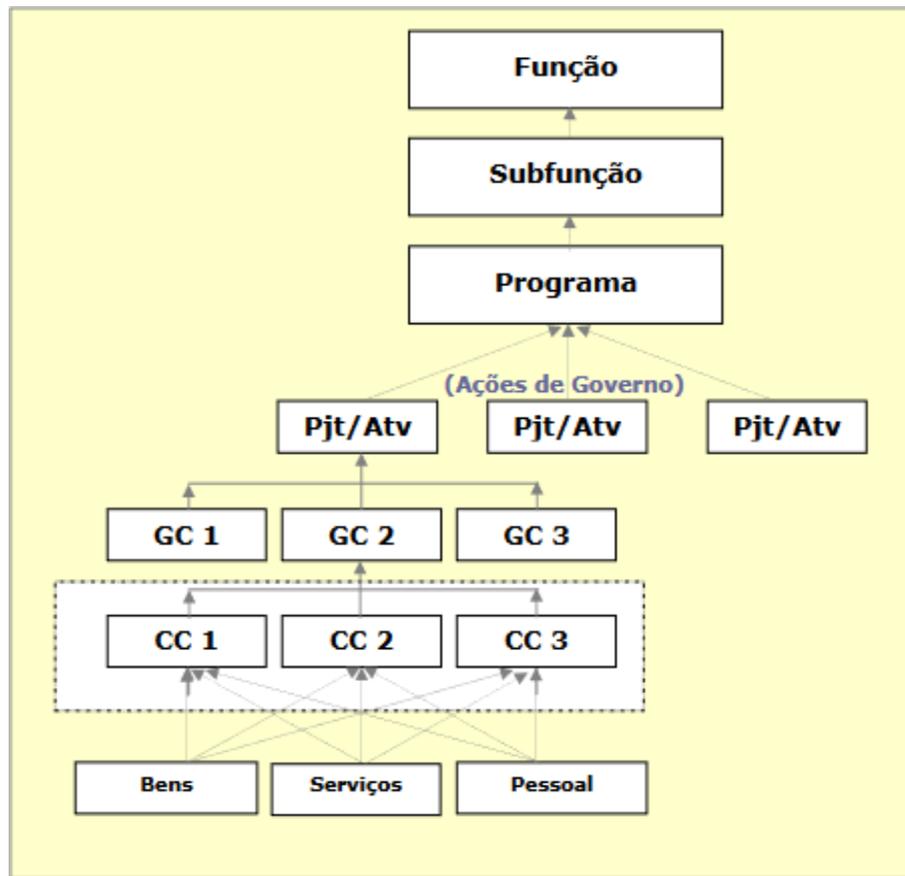


Fonte: SISCUSTOS Exército Brasileiro (2015, p. 7).

O gerenciamento dos custos está presente em todas as unidades, verificando os gastos com materiais de consumo, diárias, depreciação de material permanente, pessoal, ajuda de custos e outros serviços. Cada (OM) possui um responsável pelas informações de custos, geralmente denominado gerente ou gestor de custos, que fiscaliza, coordena e orienta essas atividades, acumulando também a função de fiscal administrativo, o operador de custos é o responsável por fazer os lançamentos das informações de custos no sistema (Brasil, 2015).

O Siscustos tem sua base na legislação federal, de onde extrai informações dos programas e atividades, permitindo chegar até a função da programação orçamentária. Os projetos e atividades estão relacionados aos Grupos de Custos (GC), que são a junção das menores unidades, chamadas Centros de Custos (CC). Os Centros de Custos recebem insumos com as mesmas características e finalidades (Brasil, 2015).

Figura 9– Sistema de informação de custos do Exército Brasileiro



GC – Grupo de Custos

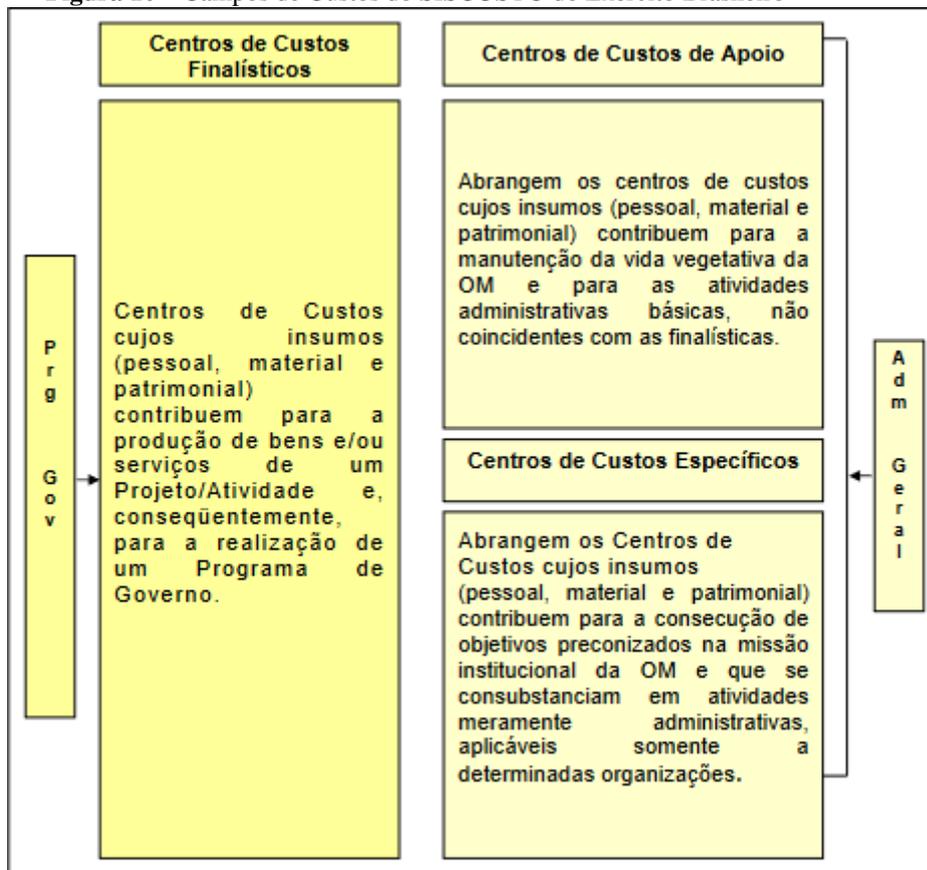
FONTE: Seção de Custos / D Cont

CC – Centro de Custos

Fonte: Siscusto, Exército Brasileiro (2015, p. 10).

Os CC são divididos em três campos, conforme a figura a seguir (Brasil, 2015, p.11 - Sistema de Informação de Custos do Exército).

Figura 10 – Campos de Custos do SISCUSTO do Exército Brasileiro



FONTE: Seção de Custos / D Cont

Fonte: Seção de Custos / D Cont. (2015).

Como o Siscustos adota o método de custeio ABC, as informações são extraídas de vários sistemas, sendo utilizado o método de rateio para alguns gastos, como a alocação de energia elétrica, água, telefone e outros serviços. Conforme Brasil (2015, p. 12), o rateio desses itens ocorre da seguinte forma:

Energia Elétrica – é verificada no SIAFI a sua apropriação. Esse valor é rateado pela potência elétrica cadastrada em cada CC no SISCUSTOS da OM; -Água – também é verificada no SIAFI a sua apropriação. Esse valor é rateado pela quantidade de pessoas vinculadas em cada CC no SISCUSTOS da OM; -Telefone – o valor do telefone é lançado manualmente no SISCUSTOS pelo usuário; -Contratos de Limpeza, Outros Serviços Rateáveis e Ajuda de Custo e Indenização Bagagem/Passagem – esses valores, também trazidos do SIAFI, são rateados pela quantidade de pessoas vinculadas em cada CC no SISCUSTOS.

No Siscustos, a depreciação desempenha um papel importante, sendo considerada como custo de acordo com o princípio da competência. Os materiais permanentes são depreciados mensalmente, tornando-se custos com suas apropriações mensais. Por outro lado, os materiais de consumo são inseridos como custos quando são distribuídos para consumo

(Brasil, 2015).

Figura 11—Sistema de informação de custos do Exército Brasileiro com relação ao tratamento da depreciação



Fonte: SISCUSTO Exército Brasileiro (2015, p.18).

Para o Exército, o Siscustos representou uma ferramenta eficaz de avaliação do desempenho dos serviços e produtos nas demandas institucionais. Consolidando as informações de custos como uma cultura institucional, busca-se obter melhores resultados através de indicadores de desempenho, subsidiando as tomadas de decisões dos gestores para o planejamento organizacional (Brasil, 2015).

2.3.7.2 Sistema de Custos da Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil (MB), devido às dificuldades orçamentárias e financeiras e à mudança de paradigma da gestão pública federal, que passou de burocrática para gerencial, criou um sistema de gestão para suas Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS) (Silva; Baptista, 2010).

A OMPS foi implantada em 1994 com o intuito de solucionar os problemas relacionados às mensurações de custos nas organizações militares industriais e prestadoras de serviços, isso ocorreu devido aos déficits financeiros e à necessidade de um sistema que permitisse o conhecimento dos gastos efetivos dessas organizações, separando os gastos de produção dos serviços administrativos, e buscando o conhecimento sobre as disponibilidades financeiras, estoques e do patrimônio. Para esse fim, desenvolveu-se um sistema de custos com o método de custeio por Absorção (Silva; Baptista, 2010).

A OMPS é uma organização militar prestadora de serviços para outras OM da Marinha, e ocasionalmente também para outras instituições externas à MB. As OMPS dividem-se em cinco campos: industrial, pesquisa e desenvolvimento, ciência e tecnologia, hospitalar e abastecimento/serviços especiais. A figura apresenta os cinco tipos de OMPS e suas características (Oliveira, 2016).

Quadro 16– Tipos de OMPS

Tipo	Características
OMPS Industrial (OMPS-I)	Tem como atividade principal a prestação de serviços industriais a outras OM e, eventualmente, a clientes extra Marinha.
OMPS de Ciência e Tecnologia (OMPS-C)	Tem como atividade principal a pesquisa e o desenvolvimento de ciência e tecnologia, destacando-se: serviços prestados provenientes de suas pesquisas, fabricação e comercialização de produtos, apoio técnico, adiestramento e consultoria técnica em sua área de atuação para a MB e, eventualmente, a clientes extra Marinha.
OMPS de Abastecimento (OMPS-A)	Presta serviço do tipo Abastecimento, cujas atividades visam a agilizar e flexibilizar o recebimento e aplicação dos recursos destinados à obtenção do material necessário, maior giro de estoques, com a manutenção dos índices de atendimento em níveis adequados ao fluxo de abastecimento, e o acompanhamento do seu desempenho financeiro.
OMPS Hospitalar (OMPS-H)	Tem como atividade principal a prestação de serviços hospitalares para a MB e, eventualmente, a clientes extra Marinha.
OMPS Especial (OMPS-E)	Presta serviços especiais não enquadrados nas categorias anteriormente citadas, tanto para OM da MB, quanto para clientes extra Marinha, seja esta sua atividade-fim ou não.

Fonte: Adaptado de SGM-304 (2008).

Fonte: Indicadores de desempenho econômico – financeiro em uma OMPS da Marinha do Brasil (2016, p. 5).

O método de custeio adotado pela OMPS, é o custeio por absorção, em que todos os custos de serviços e produção são absorvidos na apuração de custos, sendo distribuídos para todos os serviços feitos ou em andamentos, produto concluído em andamento, como mostra a figura (Oliveira, 2016).

Quadro 17– Procedimentos da Contabilidade de Custos

Etapa	Procedimentos
1 Separação dos gastos incorridos pela OMPS entre custos e despesas administrativas (pré-rateio)	As despesas administrativas devem ser apropriadas no SIAFI diretamente às contas contábeis específicas destinadas a registrar os acúmulos anuais desses gastos.
2 Apropriação dos custos diretos às OS/OP	Apropriação direta, por medição de consumo.
3 Apropriação dos custos indiretos aos setores de produção (PROD) ou de apoio à produção (APP)	Tais custos podem ser vinculados, agrupando, à parte, os custos indiretos comuns (aqueles que não foram vinculados a nenhum setor PROD ou APP).
4 Rateio dos custos indiretos comuns aos setores de produção (PROD) e de apoio à produção (APP)	Realizado de acordo com critérios escolhidos pela OMPS.
5 Rateio dos custos acumulados nos setores de apoio à produção (APP) aos setores produtivos (PROD)	Realizado de acordo com sequência e critérios escolhidos pela OMPS.
6 Rateio dos custos indiretos, que se encontram nos setores de produção (PROD), às OS/OP	Segundo critérios de rateio fixados nas normas internas da Marinha.

Fonte: Indicadores de desempenho econômico – financeiro em uma OMPS da Marinha do Brasil (2016, p. 6).

A Diretoria de Finanças da Marinha (DFM), em 2017, iniciou uma reestruturação do sistema de custos das OMPS, que tinha onze OM industriais, quatro de ciência e tecnologia, dez de atividades hospitalares, uma de abastecimento e quinze especiais. O objetivo era implementar, em 2018, um Sistema de Custos da Marinha (SCM) como um sistema estruturado e sistêmico que aprimorasse a produção e o gerenciamento das informações em todas as OM, tendo como órgão central o DFM (Santana, 2022).

No SCM, as informações são retiradas diretamente do Sistema de Informação de Sic, sendo uma estrutura basilar que organiza informações de custos das OM a partir dos diferentes

sistemas corporativos da MB, tais como: consumo de material (Sisbens), consumo de gênero alimentício (Quaestor), pagamento de pessoal (Sispag) e o Siafi, que contrata materiais e serviços, sendo a principal fonte de informação (Santana, 2022).

Para Santana (2022, p. 56), as melhorias trazidas pelo SCM são:

- a) Conhecer o custo das atividades e das operações desenvolvidas no âmbito das Forças;
- b) conhecer o custo de cada OM da MB;
- c) conhecer o custo de cada produto produzido pela MB;
- d) conhecer o custo efetivo de operação de uma OMPS, na forma mais real possível;
- e) facilitar a gerência dos créditos constantes do Orçamento da MB (Brasil, 2020b).

O SCM adota o método de custeio ABC. Ao nível de unidade é custo direto, mas, ao nível de atividade desenvolvida pelas organizações tem custos indiretos, que passam por direcionadores de custos (Filgueiras, 2019).

2.3.7.3 Sistema de Custos da Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira (FAB) começou seu estudo de um sistema de custos em 1972, após um aviso ministerial que determinou à Diretoria de Intendência da Aeronáutica (Dirent) a elaboração de uma proposta de custos. Em 1973, foi aprovado um plano de contas para as organizações militares. Nos anos de 1979, 1984, 1985, 1987 e 1993, houve reformulações dos planos de contas, e nesses períodos, os planos de contas eram apresentados em relatórios de papel e depois em disquetes. Em 2001, as informações de custos começaram a ser retiradas do siafi (Lucca, 2014).

Na atualidade, o método adotado no sistema de custos é o ABC, que busca mensurar os custos em função das atividades da FAB, com centros de custos que absorvem as áreas de recursos humanos, materiais e outras com a mesma finalidade. Os subcentros representam os custos que permitem maior detalhamento dos dados, representando atividades específicas (Lucca, 2014).

O Sistema de Custos da Fab é dividido em três campos: atividade-fim, atividades administrativas, apoio e atividades assistenciais, conforme tabela abaixo (Lucca, 2014, p. 29).

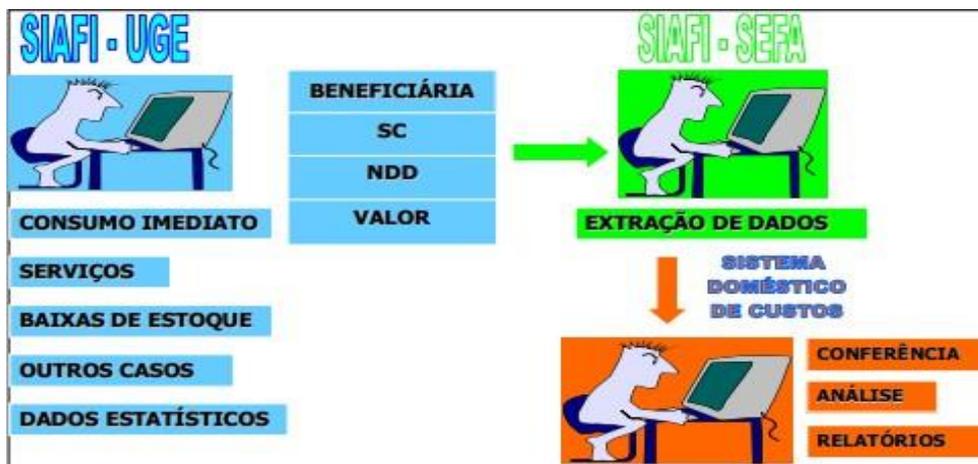
Quadro 18 – Plano de custo por área

ÁREA	CENTRO DE CUSTOS
ATIVIDADES FIM	01.00 – Operação de aeronaves 02.00 – Suprimento e manutenção de aeronaves 03.00 – Aquisição, revitalização e modernização de aeronaves 04.00 – Segurança e proteção do tráfego aéreo 05.00 – Desenvolvimento e manutenção da rede aeroportuária 06.00 – Desenvolvimento da aviação civil 07.00 – Pesquisa e desenvolvimento 08.00 – Ensino e treinamento 09.00 – Atividades de saúde 10.00 – Atividades operacionais complementares 11.00 – Operações específicas
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DE APOIO	30.00 – Comando (chefia ou direção), fiscalização e controle 31.00 – Administração e intendência 32.00 – Informações e segurança interna 33.00 – Infraestrutura 34.00 – Atividades especiais 35.00 – Atividades agroindustriais 36.00 – Atividades de informática
ATIVIDADES ASSISTENCIAIS	60.00 – Atividade de apoio habitacional 61.00 – Inativos, pensionistas e aposentados 62.00 – Assistência social

Fonte: Gestão de custos e disponibilização da informação: uma realidade necessária na Força Aérea Brasileira (2014, p. 19).

O sistema de custos da Fab depende da extração de dados no final de mês do Siafi, e a Divisão de Contabilidade Gerencial da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (Sefa) extrai os dados de custos e estatísticas das unidades gestoras executoras do orçamento. O sistema importa automaticamente os dados, os trata e os transforma em relatórios em planilhas do *Excel* (Lucca, 2014).

Figura 12– Síntese do funcionamento do sistema de custos da Força Aérea Brasileira



Fonte: Gestão de custos e disponibilização da informação: uma realidade necessária na força área brasileira. (2014, p. 23).

A Sefa busca consolidar a importância da contabilidade para o processo de decisão gerencial para controle das atividades das unidades executoras, consolidando a ideia de custos, com intuito refletir uma melhor eficiência no emprego dos gastos públicos para o sucesso da realização da missão institucional (Brasil, 2014).

2.4 Planejamento, gestão, Orçamento Público, Sistema de Informação de Custo e Sustentabilidade na Amazônia Paraense

É indiscutível para qualquer organização, seja ela familiar, artística, desportiva, corporativa ou pública, a importância do planejamento. Dessa forma, o planejamento governamental é uma determinação constitucional para todos os entes federativos. Se a autoridade competente não o exercer, comete crime de responsabilidade (Brasil, Constituição, 1988).

A CF possui três ferramentas de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Esses três instrumentos de planejamento estão intrinsecamente ligados ao desejo da população, expresso pelo voto secreto em urna eletrônica, ao escolher seus representantes políticos.

O PPA, a LDO e a LOA determinam as diretrizes governamentais dos Entes estatais, porém, muitas vezes, essas diretrizes são viciadas por interesses pessoais e pela lentidão da gestão pública, o que pode prejudicar o processo de gestão (Jacobi, 2003).

As estruturas dos processos estatais definem a distribuição das políticas públicas e do orçamento dentro das práticas institucionais brasileiras e do aparato administrativo.

Infelizmente, muitas vezes, esse processo é corrompido por interesses pessoais e pela morosidade da administração, corroborado por uma cultura patrimonialista (Jacobi, 2003, não paginado).

A análise dos processos existentes está permeada pelos condicionantes da cultura política, tanto no Brasil como no resto dos países da América latina, marcados por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas, portanto, por padrões de relações clientelistas, meritocráticas e de interesse criado entre sociedade e Estado.

As práticas que podem ser modificadas pelas organizações como o CBMPA buscam melhorar a cultura institucional e a execução de seus serviços, atuando em favor da sociedade e do meio ambiente, combatendo incêndios, fiscalizando e salvando. O relatório de gestão 2022 – 2031 trouxe a percepção do melhoramento da Corporação através de uma governança que promova o alinhamento das ações gerenciais, preventivas e operacionais dentro de uma integração horizontal, com maior aproveitamento orçamentário com avaliação, direcionamento e ações, com prognósticos das metas estabelecidas (Pará, 2022).

Sobre as Metas, elas buscam um sistema de governança para o aprimoramento da administração organizacional até a metade de 2027, com indicadores de índice Geral de Governança (avalia o índice geral de governança consolidado na gestão) e o índice de implementação de Determinações (mensura a porcentagem de implantação das decisões monitoradas pela comissão de administração) (Pará, 2022). Corroborando com um mecanismo de um sistema avaliativo institucional, favorece um SIC, que se relaciona com o controle e meta, contribuindo para o relatório de gestão da administração.

Atualmente, em instituições com gestão em resultados e metas, o planejamento passa fundamentalmente pelo SIC. Segundo Luque *et al.* (2008), o SIC é essencial para a análise e equilíbrio na gestão orçamentária e apuração de custos no Setor Público. Os custos são indispensáveis para obter a capacidade operacional e a eficiência alocativa do sistema orçamentário.

O SIC possibilita gerar relatórios de gestão, além de demonstrar os impactos de atuação, garantindo transparência à comunidade que se beneficia do serviço da instituição. Isso mostra os impactos positivos do SIC na corporação e contribui para a tomada de decisão, especialmente em relação à sustentabilidade amazônica.

O município de Paragominas é um exemplo de como mecanismos de sustentabilidade podem ser inseridos em uma instituição pública por meio de uma gestão voltada para o meio ambiente, e buscando a interdisciplinaridade de vários níveis de conhecimento e conscientizando a população sobre a importância da sustentabilidade através

da educação, o município diminui os impactos sobre a própria gestão municipal e, simultaneamente, se consagra como um mecanismo de desenvolvimento.

aí resulta o verdadeiro papel da gestão ambiental pública na região, priorizando um processo ininterrupto de alianças coerentes e comprometidas entre seus atores políticos e sociais, direcionadas e com novos significados para fazer frente às crises ambientais e econômicas, legitimando, assim, a própria gestão governamental na Amazônia, tanto na elaboração de políticas públicas, quanto na execução de seus projetos (Souza *et al.*, 2013, não paginado).

O CBMPA está inserido no sistema amazônico, em que se prevalecer a harmonia entre os agentes econômicos, instituições públicas, ribeirinhos e povos originários, possibilitando a diminuição dos problemas ambientais e reduzindo as ações institucionais da Corporação e seu orçamento, que podem ser empregados em outras atividades.

Essa harmonia impacta diretamente no Custo Operacional, com a diminuição do desgaste de equipamentos, menor consumo de combustíveis, diárias com deslocamento de tropa, alimentação e estadia. Além disso, ameniza as mazelas que afligem o bombeiro, causadas por intoxicação de fumaças e produtos tóxicos, entre outras situações.

O sistema de proteção do Estado do Pará decorre de processos simultâneos em dois campos de atuação: prevenção e intervenção, em que a Lei 5.731 de 1991 define as competências da organização.

O sistema de prevenção é constituído por fiscalizações dos agentes econômicos (empresas, companhias, estabelecimentos comerciais etc.) e prédios residenciais no sentido da infraestrutura contra incêndios, visando a segurança da população. O CBMPA é a instituição responsável por tudo que se relaciona com a estrutura e equipamentos de combate a incêndios, assim como outras atribuições definidas no art. 52º e 53º e parágrafo único da Lei 5.731 de 1991.

Art. 52º - Competirá, exclusivamente, ao Corpo de Bombeiros Militar fiscalizar, emitir normas, laudos de exigências e aprovação de medidas preventivas contra incêndio e pânico em todo o Estado do Pará, com base na legislação específica.

Art. 53 - A rede de abastecimento d'água do Estado fica à disposição do Corpo de Bombeiros Militar para os serviços de extinção de incêndios e os hidrantes somente poderão ser utilizados pela Corporação e pela concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto da localidade.

Parágrafo único - Quando houver necessidade poderão ser utilizados, além dos hidrantes de incêndio, quaisquer outras fontes disponíveis ou depósitos de água, públicos e particulares (Pará, Constituição [...], 1991, não paginado).

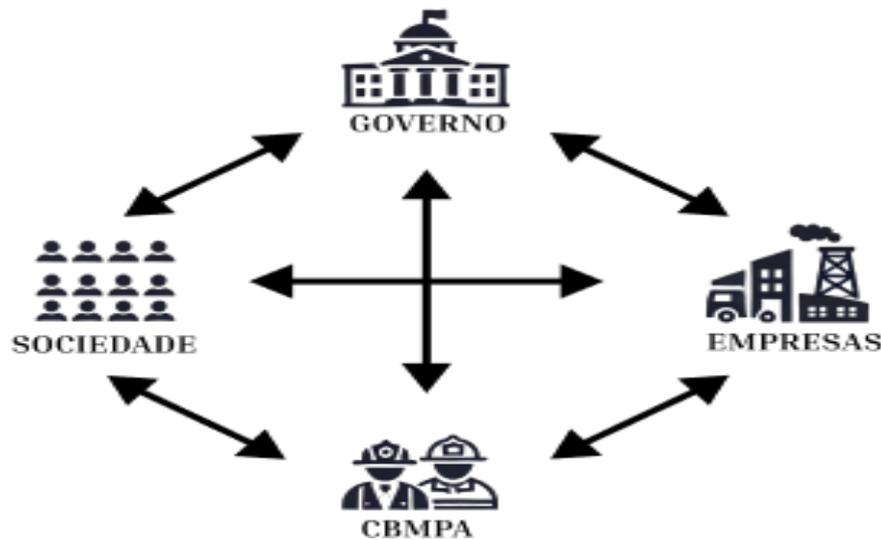
O sistema de intervenção é o ciclo de atuação da Corporação, no qual os sistemas de prevenção não detectaram ou previram a situação de perigo, ocorrendo a atividade

operacional. Conforme a lei 5.731 de 1991, essas atividades incluem combate a incêndios urbanos, florestais, marítimos, busca e salvamento, atendimento emergencial e socorros e defesa civil.

Justificando o aspecto sistêmico do CBMPA, sua atuação abrange várias áreas no Estado do Pará, destinando-se a atender as demandas sociais, empresariais e governamentais. Isso proporciona segurança e estabilidade, garantindo que a sociedade esteja protegida para o seu progresso.

Portanto, o CBMPA tem uma importância fundamental na colaboração para o desenvolvimento no território paraense. O SIC desempenha um papel crucial no Sistema Amazônico paraense, analisando os inputs e outputs e fornecendo feedback, transformando-os em informações que podem maximizar as ações da corporação e gerar relatórios de gestão.

Esquema 1 – Esquema sistêmico das instituições na amazônia



Fonte: Elaborado pelo autor.

A ilustração aponta as várias relações das partes do sistema paraense: governo, empresas e o CBMPA. Nesse sistema referencial e autopoietico, todas as ações das partes influenciam o sistema para melhorá-lo ou piorá-lo.

As ações políticas podem influenciar a região, dependendo da proposta de combater ou não crimes ambientais. As empresas têm políticas de sustentabilidade ou podem contribuir para a degradação ambiental. A sociedade também tem consciência sobre o meio ambiente e as consequências que sua destruição pode causar, bem como seus impactos.

Assim, entende-se que um Sistema de Informação de Custos que estruture o

planejamento institucional para ações de fiscalização e intervenção é primordial. O SIC interliga os sistemas orçamentário, financeiro e contábil, analisando os impactos das decisões tomadas anteriormente.

Buscar a sustentabilidade está acima da Corporação, sendo um procedimento que deve ser implementado em conjunto com a população, para alcançar a harmonia entre a comunidade, economia e ecossistema. Procurar uma gestão participativa é fundamental para mudar a lógica da degradação ambiental (Jacobi, 2003).

Compreender a sociedade paraense inserida na região amazônica é aprimorar a gestão, promovendo mudanças no entendimento institucional para alcançar a harmonia sustentável. O CBMPA deve se posicionar como um agente em equilíbrio com os outros integrantes da região.

2.4.1 A Visão Sistêmica do SIC no CBMPA

A finalidade de mostrar o Sistema de Informação de Custos no CBMPA é fundamentada pelos conceitos da ciência contábil como sistêmica, assim como o Sistema político-administrativo institucional do CBMPA como um sistema autorreferencial.

A concepção de empregar uma visão sistêmica é para buscar as relações e interações, suas causas e consequências, entre o sistema e o ambiente. Isso permite compreender que as instituições estão relacionadas em um ambiente competitivo, no qual suas ações modificam o ambiente e influenciam outros sistemas, e também são influenciadas por outros sistemas. Um exemplo é o sistema amazônico, que é o ambiente para o sistema CBMPA, Vale, Albras, empresas agropecuaristas e outras instituições públicas. O processo de tomada de decisão influencia o ambiente e, por sua vez, o ambiente influencia a atuação do CBMPA.

Por exemplo, o aumento de queimadas nos últimos anos, conforme o Inpe, desencadeou operações da Corporação para atuar nos incêndios florestais. Da mesma forma, o aumento de barragens de resíduos da mineração, que podem romper e causar desastres como os ocorridos em Mariana e Brumadinho, influencia todo o sistema amazônico e a atuação da instituição. Assim como o ambiente tem ações sobre o CBMPA, a Corporação, através do aprendizado de si, sua autoapoiese, influencia o meio, conscientizando-se de suas ações, fiscalizando e intervindo, pois é um sistema político autorreferencial, onde está ligado à sustentabilidade, economia e política.

A Teoria Geral do Sistema está sendo empregada para criar uma perspectiva geral

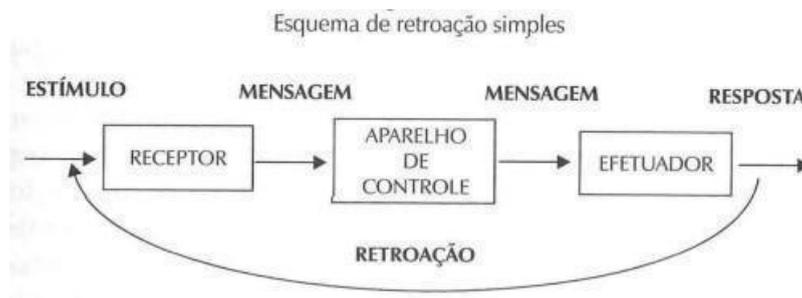
da vida social; nesse caso, sua aplicação está sendo direcionada aos Sistemas de Informação Gerencial com enfoque na contabilidade e seus subsistemas. A concepção de Sistema baseia-se na Teoria Geral dos Sistemas, que tem vertentes como Bertalanffy, Maturana e Luhmann, entre outros, que a utilizam para resolver problemas dos mais variados tipos. Principalmente, por analisar a concepção geral, através das partes integradas que compõem o todo do sistema.

Sistematizando suas relações no ambiente em que estão inseridas, chega-se às causas e consequências, transformações e inserção de informações para ocorrerem transformações nas partes que influenciam o todo. Para Bertalanffy, o sistema ou complexidade organizada pode ser determinado pela presença de fortes interações. Assim, para o autor, é compreensível aprender o mundo diante do sistema, conforme texto abaixo:

Teoria é moldada em uma filosofia que adota a premissa de que a única maneira inteligível de estudar uma organização é estudá-la como sistema, uma vez que a análise dos sistemas trata “a organização como um sistema de variáveis mutuamente dependentes” (Bertalanffy, 2010, p. 28).

Para Vasconcelos, na Teoria Geral dos Sistemas (autopoiese) de Maturana, o sistema é a unidade composta pelas conexões operacionais de seus integrantes. Nessa mesma linha sistêmica, Padovese (2019) considera o sistema como um conjunto de partes complementares e relacionadas que formam um todo relacionado à finalidade de determinada função. Para entender um sistema, não basta estudar suas partes isoladamente; é necessário compreender as interações entre as partes.

Esquema 2– Bertalanffy. Esquema de retração simples



Fonte: Teoria Geral dos Sistemas (2010, p. 69).

Essas relações de interações entre a entrada das informações; o processamento de informações e saída. Na atualidade, tornou-se um capital valioso, equivalente-se aos meios de produção, materiais e monetários.

2.4.2 Sistemas de Informação de Custos no CBMPA

O CBMPA dialoga com a sociedade amazônica paraense por meio de suas ações. A Corporação é um sistema que, através da arrecadação de tributos e do planejamento do PPA, LDO e LOA do Estado, recebe recursos para efetuar seus serviços de fiscalização e intervenção.

Dessa forma, podemos considerar o CBMPA um sistema devido à sua interação com a coletividade e o ecossistema amazônico, que produz influência nos municípios onde atua, pois é um sistema de segurança pública do Estado do Pará, com a missão de salvar e preservar a vida e o patrimônio da sociedade.

Assim, a visão institucional da Corporação é semelhante à de uma empresa privada, mudando apenas a perspectiva de sua missão, que é potencializar e corresponder às demandas da sociedade.

Portanto, podemos estabelecer uma relação conforme a seguinte abordagem:

Assim, podemos dizer que toda empresa tem uma missão em relação à sociedade e que a missão das empresas corresponde aos seus objetivos permanentes, que consistem em otimizar a satisfação das necessidades humanas (Padoveze, 2019, p. 11).

O CBMPA, como um sistema, recebe inputs, processa-os e gera outputs. A Corporação recebe recursos orçamentários do governo, os quais são transformados em serviços, como fiscalização das empresas para avaliar os sistemas contra incêndios e incidentes, prevenção em balneários com serviço de guarda-vidas, busca e salvamento, atuação em incêndios urbanos e florestais, e atuação em desastres com o serviço de defesa civil, entre outros.

Essa Instituição é um sistema de interação com o meio externo, sendo indispensável o planejamento estratégico como balizador do processo de gestão, que determina políticas, diretrizes e objetivos. Para se ter estabilidade nas relações entre a Corporação e os fatores externos, no caso, os municípios paraenses, podemos aplicar o pensamento de Chiavenato (2004, p. 7):

O planejamento Estratégico é um processo essencial dentro da organização porque traça as diretrizes para o estabelecimento dos planos que resultarão em vantagens competitivas. Ele identifica recursos potenciais, reconhece fraquezas e estabelece um conjunto de medidas integradas a serem assegurando o sucesso dos resultados planejados

O CBMPA precisa fortalecer o desenvolvimento da população do Estado do Pará. Para isso, a Corporação deve melhorar a eficiência de seus serviços (outputs), considerando que o estado possui dimensões gigantescas, com 144 municípios, dos quais a instituição está presente em apenas 26. Além disso, devido à divisão da Região Integrada de Segurança Pública (Risp), cada unidade deve atuar nos vários municípios vizinhos.

Um contraponto é a não conformidade entre o Risp e as Regiões Integradas(Ri); esta tem o objetivo de estabelecer regiões que possuem correlações, ocupação, social e econômica, com intuito de definir locais que possam se agregar de forma a serem associados no desenvolvimento da diminuição do desequilíbrio social. O RI, no entanto, está diretamente ligado ao planejamento da Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), que elabora o PPA regionalizado para as doze regiões integradas.

As RI são definidas, conforme o decreto nº 1.066, de 19 de julho de 2008, em: Metropolitana, Guamá, Rio Caeté, Araguaia, Carajás, Tocantins, Baixo amazonas, Lago do Tucuruí, Rio Capim, Xingu, Marajó e Tapajós, sendo que houve uma mudança conforme o decreto nº 2.129 que incluiu o município de Oeiras do Pará, que pertencia à região integrada do Tocantins, a região integrada do Marajó.

Figura 13 – Regiões de integração do Estado do Pará



Fonte: NavegaPará (2023).

Como a distribuição das UBM e o vasto território do Estado do Pará é baseado no Risp e Ri, a eficiência dos recursos é um fator primordial para atender às demandas da população, mas não traz uma convergência entre planejamento de Segurança Pública e o Planejamento Orçamentário-financeiro. A eficiência do CBMPA é a relação entre o orçamento empregado e os serviços prestados, sendo que a eficiência é um princípio constitucional, conforme o caput do art. 37 da Constituição Federal.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...] (Brasil, redação dada pela emenda constitucional, 1998, não paginado).

Em uma visão sistêmica, um sistema é formado por várias partes e seus subsistemas, e a eficiência influenciará a qualidade do sistema. O CBMPA, por ter características similares a uma empresa, é composto por vários subsistemas, que são: subsistema institucional, de gestão, formal, de informação, social e físico-operacional.

De acordo com Padoveze (2019), o Sistema Institucional é a matriz de todos os subsistemas compostos em uma organização, abrangendo princípios, missão, crenças e valores. No caso do CBMPA, a missão é proteger e salvar vidas e patrimônios, e a crença é pautada na disciplina e hierarquia.

Assim, a estrutura dos sistemas de informações de custos é fundamental para evidenciar o fluxo de informações dentro da Corporação, sendo que a informação é simultânea em diversos níveis de tomada de decisão, funcionando como um sistema de suporte.

Um Sistema de Informação de Custos no CBMPA registrará, processará e evidenciará os custos de bens, serviços e demais objetos de custos, bem como os serviços entregues à sociedade pela Corporação. Nessa perspectiva, o objetivo do SIC, de avaliar os bens e serviços, será conforme a NBC T 16.11.

- (a) mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;
- (b) apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades;
- (c) apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;
- (d) apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados;

(e) apoiar programas de controle de custos e de melhoria da qualidade do gasto. (Sistema de informação de custo, 2011, não paginado).

Os objetivos de custo da Corporação são produzir uma visão institucional, funcional, institucional e programática, com atuação inter-relacionada dos órgãos de direção-geral e direção, principalmente a diretoria de finanças, que engloba a contabilidade da instituição.

O SIC trará objetivos adequados para dar tratamento adequado a conceitos e abordagens tecnológicas pertinentes, possibilitando agir em várias circunstâncias, transitórias, contábeis e institucionais. Isso permitirá análises históricas de custos com foco nas atividades finalísticas da Corporação.

Para apurar os custos de forma gerencial, é fundamental utilizar meios que permitam o acesso rápido às informações de banco de dados, interligados aos vários setores da instituição (Laudon, 2014).

Os objetos de custos do CBMPA serão identificados a partir de dados do sistema orçamentário e patrimonial. As informações do sistema orçamentário envolvem produtos, serviços, função, atividades, projetos e programas reconhecidos e mensurados desde o início do planejamento (Brasil, Constituição Federal, 2016).

No sistema patrimonial, identifica-se a proporção dos serviços prestados, estimado com base em transações quantitativas e qualitativas que impactam o patrimônio do CBMPA (Brasil, Constituição Federal, 2016).

O SIC é integrado por um Sistema de Acumulação, Sistema de Custeio e Método de Custeio, o que facilitará a instituição a sistematizar o mecanismo de apuração para mensurar seus custos de serviços prestados à população.

Os custos de prestação de serviços são os custos frequentes nos procedimentos de aquisição de bens e serviços que equivalem ao conjunto dos itens de custos, conectados aos serviços prestados (Brasil, Constituição Federal, 2016). Considerando os objetivos institucionais a serem alcançados, o planejamento para decisão ocorre através da informação de custos. Essas informações serão utilizadas por diferentes usuários para transparência e controle social.

O custo é um processo sistêmico de análise, avaliação e comprovação da credibilidade dos dados gerados pela Corporação em todos os seus níveis. Dessa forma, há uma integração institucional de informações do comando com as diretorias, em que a responsabilidade pelas informações geradas é de cada setor que as gerou, contudo, a incumbência pelas informações contábeis e de custos do sistema de custos é do profissional

de contabilidade (Brasil, Constituição Federal, 2016). Dentro da responsabilidade do SIC, é imprescindível a capacidade de contribuir com a elaboração de relatório de custo, assim como na Demonstração do Resultado Econômico (DRE). Essa demonstração divulga o resultado econômico das ações do setor público (Brasil, Constituição Federal, 2016).

Assim, o sistema de custos está ligado à DRE e tem na forma dedutiva a seguinte estrutura: receita econômica dos serviços prestados, dos bens e serviços fornecidos; custos e despesas identificadas com as ações do serviço público; e resultado econômico apurado (Brasil, Constituição Federal, 2016).

Isso evidencia que o sistema de custos atua em vários aspectos da gestão institucional. Da mesma forma, pode auxiliar na análise da eficiência e economia dos entes públicos (Martins; Silva, 2011).

Para Martins e Silva (2011), a realização de um SIC na perspectiva de processos proporcionará vislumbrar se a necessidade da gestão está focada nas atividades-meio ou nas atividades-fim, como bens e serviços.

Esquema 3– Visão do Processo



Fonte: Diretrizes para elaboração de indicadores de custos no Governo Federal (2011, p. 68).

Logo, nas entidades, a ligação entre os componentes que produzem os custos das atividades ou do processo proporciona a observação do resultado em dois enfoques: visão do custeio (vertical) e a visão do processo (horizontal), conforme esquema (Martins; Silva, 2011).

Esquema 4—Visão de processos em um sistema de custos

Fonte: Diretrizes para elaboração de indicadores de custos no Governo Federal (2011, p. 69).

A visão vertical corresponde a três indagações essenciais: o que foi o gasto, como afetou o gasto e para que foi feito o gasto. Já a visão do processo é a ligação horizontal entre os aspectos que constituem a formação dos bens ou serviços feitos por uma instituição. Em virtude disso, os dados fornecidos na visão dos processos são geralmente de caráter financeiro (Martins; Silva, 2011).

O sistema de custos já se tornou uma política de Estado, com uma concepção de uma gestão gerencial pública, com preocupação com a eficiência, eficácia dos dispêndios e do papel do serviço público para a sociedade. Essas são transformações que, sem um SIC, não ocorrerão, assim como no CBMPA. Portanto, para o CBMPA alcançar o gerencialismo em sua gestão, é imprescindível um sistema de custos que possa avaliar, mensurar e planejar as ações da Corporação, que protegem a população contra os mais variados desastres, além de estar presente fiscalizando e prevenindo nos momentos de grandes festas do povo paraense, como o Círio, festas natalinas, do final de ano e veraneio.

O papel da Corporação é fundamental para a sustentabilidade do Estado do Pará, por ser um sistema de fiscalização, controle e atuação de sinistros, que pode ser melhorado com a adoção de um Sistema de Informação de Custos.

2.5 Os Possíveis Impactos Socioambientais e Econômicos Pela Ausência de Adoção do SIC pelo CBMPA

As instituições públicas têm muitas vezes a preocupação em receber orçamento e aumentar suas despesas públicas para abranger seus serviços prestados. Esse entendimento

revelou-se falho devido à capacidade do Estado de captar receitas, e o aumento da complexidade dos serviços prestados fez com que as instituições procurassem formas de maximizar seus orçamentos limitados (Bresser-Pereira, 2000).

A questão ambiental está em foco na dinâmica dos debates de muitas esferas da sociedade, tanto em âmbito nacional como internacional, envolvendo organizações públicas e privadas. Esses debates indicam uma consciência ambiental em vários níveis sociais ao redor do mundo, enfocando a questão da degradação do meio ambiente (Leonardo; Abras; Bulla, 2013).

No Estado do Pará, os dados do Inpe corroboram para a discussão da questão ambiental, destacando o aumento dos focos de queimadas na região de 2019 para 2020. Isso influenciou diretamente na atividade institucional do CBMPA, que teve de realizar três grandes operações de combate a incêndios florestais, divididas em três fases, conforme a figura abaixo.

Quadro 19– Operação FÊNIX 2020

Quadro 1: OPERAÇÃO FENIX 2020

Fases	Período	Destino	Custo
I	10 a 25.08.20	Parauapebas, Itaituba, Redenção, Marabá e Altamira	214.878,47
II	24 a 09.09.20 a 14.09.20	Parauapebas, Itaituba, Redenção, Marabá e Altamira	255.145,47 75.486,47
III	13 a 29.10.2020	Parauapebas, Altamira e Novo Progresso, Marabá, Canaã dos Carajás, Altamira – Serra do Cachimbo e São Felix do Xingu	203.420,40
Total			R\$ 748.930,81

Fonte: (IOEPA, 2021)

Os impactos do aumento das queimadas impactaram diretamente o CBMPA, que além das operações Fênix, Curupira e Amazônia Viva para combater os focos de incêndio na Amazônia paraense, promoveu o Curso de Combate a Incêndio Florestal (Ccifa) em 2020, para capacitar os bombeiros nesse tipo de combate.

Os cursos operacionais do CBMPA, como o Ccifa, têm um elevado custo para a Corporação, devido à grande logística envolvida, que inclui salas, dormitórios, materiais de combate a incêndio, viaturas, ônibus, combustíveis, pagamento de instrutores, diárias, entre outros.

O CBMPA está diretamente influenciado pelos problemas da Amazônia, e o aumento das queimadas impactou diretamente na atuação da instituição, que teve que responder à sociedade paraense para diminuir os impactos socioambientais na região com as operações Fênix, que tiveram três fases, e que continuam conjuntamente com a operação Curupira e

Amazônia Viva (2023).

Faz-se necessário no CBMPA um gerenciamento voltado para a sustentabilidade devido à influência do sistema amazônico na instituição, que deve racionalizar o processo interno de práticas sustentáveis. Além disso, é importante conscientizar a população, que ela faz parte do processo de sustentabilidade e que suas ações influenciam na atuação das instituições (Jacobi, 2003).

Essa consciência participativa de gerenciar vários grupos sociais, entidades públicas e privadas tem exemplos na Amazônia, como os povos da floresta do Acre, que através da consciência sustentável conseguiram melhorar a vida da população com articulações locais e externas em níveis regionais e internacionais, implementando práticas sustentáveis no desenvolvimento local (Simonian, 2018).

Podemos citar o município de Paragominas, que mudou as práticas tradicionais de gestão para uma gestão voltada para a sustentabilidade, valorizando toda a cadeia de gestão administrativa para alcançar uma gestão sustentável que influenciou a cadeia produtiva local e as instituições públicas e privadas a adotarem práticas de gestão ambiental. Como consequência dessas ações, obteve parcerias com Ongs internacionais, como o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e The Nature Conservancy Brasil (TNC), que auxiliam no monitoramento de áreas de preservação, produção e capacitam agentes públicos (Souza, 2013). Os povos da floresta do Acre e o município de Paragominas são exemplos de que é possível desenvolver uma gestão voltada para a sustentabilidade, em que os interesses públicos e privados, grandes e pequenos produtores, desenvolvimento e sustentabilidade podem caminhar em harmonia.

O CBMPA, como parte atuante no sistema ambiental, é beneficiado nos locais onde as ações antrópicas estão em equilíbrio com o meio ambiente, pois há menos problemas ambientais, o que resulta em uma diminuição das ocorrências atendidas pela Corporação. Isso reduz o custo institucional, uma vez que há menos demanda para combater incêndios, enchentes, acidentes de trânsito e fluviais, bem como realizações de operações de salvamento. Como consequência, há uma redução dos gastos orçamentários, com diárias, hospedagem, alimentação, combustíveis e depreciação de equipamentos devido ao uso.

O objetivo de buscar a sustentabilidade vai além do âmbito da Corporação; trata-se de uma dinâmica social, com o equilíbrio entre população, natureza e economia. O gerenciamento sustentável implica na capacidade de educar instituições, população, políticos e agentes econômicos sobre os desastres ambientais que podem ocorrer devido às suas ações, visando criar uma mudança participativa em prol da sustentabilidade amazônica (Jacobi,

2003).

Essa mudança de paradigma depende muito das características institucionais, e o fato

de o CBMPA ser uma instituição militar não impede a busca por novas práticas gerenciais, embora haja rigidez regulamentar e processos de renovação mais lentos devido à burocracia. Podemos citar exemplos do Exército, Marinha e Aeronáutica, que buscaram melhorar seus mecanismos de gestão através de novas práticas gerenciais.

Não basta compreender o sistema amazônico; para uma atuação institucional eficaz, é preciso aumentar a capacidade gerencial, implementando mudanças no entendimento organizacional para melhorar a atuação na região. A dificuldade orçamentária é uma realidade institucional, e novas práticas gerenciais e avaliação dos gastos são necessárias, tanto para instituições públicas como privadas.

O Estado do Pará possui uma área extensa de 1.248.042 km², representando 16,66% do território nacional, sendo o segundo maior Estado do Brasil, com unidades de bombeiros em apenas 26 dos 144 municípios, abrigando uma população de 8.602.865 milhões de pessoas (IBGE, 2019). Apesar de o CBMPA estar presente em apenas 18% dos municípios paraenses, isso não impede sua atuação em todo o território do Estado.

Por ser um órgão de proteção e prevenção inserido no maior sistema florestal, aquífero e de biodiversidade do mundo, a questão ambiental torna-se uma meta obrigatória, com a internalização de modelos internacionais de qualidade ambiental, como os estabelecidos pela International Organization for Standardization (Iso).

Nessas circunstâncias, as corporações terão que considerar a variável ambiental como uma característica essencial em seus processos de tomada de decisões, a fim de adotar uma conduta respeitosa à sustentabilidade. É necessário um planejamento correto e sistemático em todos os processos para a internalização da questão ambiental em uma instituição, visando obter vantagens competitivas (Kramer, 2001).

A ciência contábil é um sistema de informação oficial e estruturado, cuja finalidade é informar, controlar e avaliar o patrimônio para a tomada de decisões. Atualmente, a contabilidade está sendo influenciada por um objeto que não fazia parte de sua análise anteriormente, que é a questão ambiental e sua sustentabilidade (Kramer, 2001).

O CBMPA, ao contrário de uma empresa privada que utiliza o meio ambiente para gerar lucro, é uma instituição afetada pelos impactos negativos causados por empresas que não têm a sustentabilidade como meta empresarial. Esses impactos variam desde incidentes simples até catástrofes, como ocorreu nos municípios de Brumadinho e Mariana.

Nesses dois desastres, centenas de pessoas e animais perderam a vida, além de grandes danos ao patrimônio. O município de Mariana ainda enfrenta sérias consequências, com pessoas aguardando até hoje para encontrar seus entes queridos e esperando por indenizações. Muitos bombeiros de Minas Gerais e de outros estados do Brasil atuaram nessas catástrofes causadas pelos rejeitos da empresa Vale, e não sabemos se esses rejeitos causaram problemas para todos aqueles que participaram do salvamento das vítimas.

Esse cenário serve como um alerta para o Estado do Pará, que possui uma grande quantidade de barragens de rejeitos minerais das empresas que atuam nos municípios paraenses, especialmente para o CBMPA, que está diretamente envolvido nesse tipo de ocorrência, com preparação da tropa, logística e equipamentos.

A responsabilidade de fornecer dados para enfrentar esse novo desafio recai sobre a contabilidade, que deve informar aos cidadãos sobre a atuação da organização em relação ao meio ambiente, contribuindo para a tomada de decisões. A contabilidade, como ciência, estuda o patrimônio e a performance econômica e financeira das organizações, e dispõe de dispositivos necessários para contribuir no reconhecimento das obrigações sociais dos operadores econômicos (Kramer, 2001).

A contabilidade de custos enfrenta dificuldades na obtenção de dados sobre os custos de operação de uma indústria, e isso se torna ainda mais significativo com a introdução da contabilidade ambiental de custos, pois mesmo diante dessas dificuldades, os sistemas de custeio podem colaborar na identificação e mensuração dos custos ambientais (Clemente; Souza; Nobre, 1997).

A inexistência de um sistema de custos impossibilita que a gestão possa analisar a aplicação dos recursos destinados aos operadores e os resultados alcançados por eles. A ausência de contabilidade de custos prejudica o estabelecimento de medidas de desempenho, dificultando o processo de organização como um todo (Wiemar; Ribeiro, 2004).

O SIC pode ser útil na gestão pública no processo de tomada de decisão, tanto na alocação de recursos públicos como na contenção de recursos das unidades administrativas, conforme o desempenho ou necessidade. Com base nas medidas do sistema de mensuração e comparação, são criadas informações importantes para a tomada de decisão no decorrer do orçamento (Wiemar; Ribeiro, 2004). Os custos, como elemento estratégico, modificam o processo e o comportamento estratégico da instituição, indicando que a boa gestão de custos tem o objetivo de maximizar a eficiência (Pompermayer; Lima, 2002).

No governo federal, o modelo de gerenciamento de custos tem as seguintes fases: estabelecimento de diretrizes de gerenciamento, mensuração de custos, divulgação das

informações, controle dos custos e avaliação do gerenciamento dos custos, conforme a figura abaixo. (Brasil, p. 6. 1. Gerenciamento de custos. 2. Avaliação de custos. 3. Desempenho institucional.).

Esquema 5 – Processo gerenciar custos do Governo Federal



Fonte: Manual do processo gerenciar custo do Governo Federal (2022, p. 6).

Dentro dessa perspectiva, o sistema o público tem de medir os seus resultados, que ainda é feita muitas vezes de forma não sistemática ou inadequada, e com relação aos custos a dificuldade é ainda maior devido à falta de tradição na mensuração de custos na atividade pública e indagações básicas, ainda não possam ser respondidas, segundo Alonso (1999, p. 43).

Uma aula?
 Quanto custa um determinado serviço de saúde? Quanto custa a gestão de pessoal?
 Quanto custa a gestão de compras?
 Quanto custam as auditorias governamentais? Quanto custam os serviços jurídicos?
 Quanto custa a gestão de políticas públicas?
 Quanto custam os processos de trabalho no governo?
 Quanto custa atender cada cliente de uma organização governamental? Quais atividades agregam valor aos processos de trabalho governamentais?
 Qual é o impacto em termos de custos nas mudanças organizacionais propostas ou implementadas?
 Qual é a eficiência de cada organização do governo?

Essas perguntas podem ser levantadas em relação ao CBMPA quanto ao valor dos custos de suas funcionalidades e de seus serviços à população paraense. A Lei 5.731, de 1992, estrutura a sistematização interna e a organização externa para atender às demandas da população.

O sistema do CBMPA possui uma estrutura organizacional geral, dividida em órgãos de direção-geral, setoriais, de apoio e de execução, que representa as relações internas e

externas institucionais.

A relação da Corporação com o meio externo (ambiente) é feita principalmente pelos órgãos de execução. Esses órgãos são as unidades de resposta, fiscalização e atuação institucionais que estão presentes em 26 municípios do Estado com 31 GBM ao todo.

A atuação do CBMPA está condicionada a atender as demandas sociais, buscando trazer normalidade para a população para desenvolver suas atividades após alguma perturbação no sistema, como incêndios urbanos, florestais, marítimos, emergências e socorros, buscas e salvamentos. As demandas de emergências ligadas ao CBMPA estão diretamente relacionadas às empresas que exploram economicamente a região. No caso de falha nos mecanismos de proteção dos sistemas de contenção, o CBMPA tem a obrigação de atuar para conter esses desastres.

Para a atuação cotidiana e eventos anormais, o CBMPA necessita de um SIC, pela combinação de informações que o sistema proporciona. O SIC possibilita a mensuração dos custos auferidos dos serviços, traz informações de depreciação de máquinas, equipamentos e de que forma estão condicionados os custos dos serviços, transforma os dados em relatórios de gestão e, por consequência, possibilita o levantamento de indicadores de custos. A administração das contas públicas compreende os aspectos fiscais, orçamentários e dos custos públicos. Os aspectos orçamentários e fiscais apontam o planejamento e controle para o equilíbrio das receitas e despesas (Brasil, relatório foco em custos, 2022, 2023).

As informações de custos no setor público dirigem-se à aplicação dos recursos, que se difere do fluxo de execução da despesa orçamentária (empenho, liquidação e pagamento). É a determinação dos bens e serviços fornecidos à população como consumo de recursos, precisando apresentar o que foi gasto à população (Brasil, relatório foco em custos, 2022, 2023). Entretanto, as atividades de planejamento, orçamento, financeira, contabilidade e controle não possuem a devida interligação entre os programas de governo (finalísticos e gestão) e os processos (finalísticos, gerenciais e suporte) efetuados pelo setor público na realização de bens e serviços à coletividade, conforme a figura (Brasil, relatório foco em custos, 2022, p. 8).

Esquema 6– Dimensões da gestão das contas públicas



Fonte: Relatório foco em custos (2022; 2023, p. 8).

Organizar dispositivos e desenvolver ferramentas qualificadas para fornecer dados corretos de custos à população é uma dificuldade a ser vencida pelos administradores públicos. Isso ocorre porque o SIC envolve elementos que vão além da execução orçamentária (empenho, liquidação e pagamento), tratando-se de informações sobre os recursos empregados em determinado bem ou serviço (Brasil, relatório foco em custos 2022, 2023).

O desenvolvimento da mensuração no setor público é resultado do encadeamento de transformações de insumos aplicados no setor governamental por meio de bens e serviços, resultando nos benefícios gerados para a sociedade. Esse encadeamento ocorre no ambiente de produção, e os insumos são convertidos em produtos por meio dos processos e atividades nas unidades administrativas (Brasil, relatório foco em custos, 2022, 2023).

Figura 14– Processo de Transformação dos Recursos

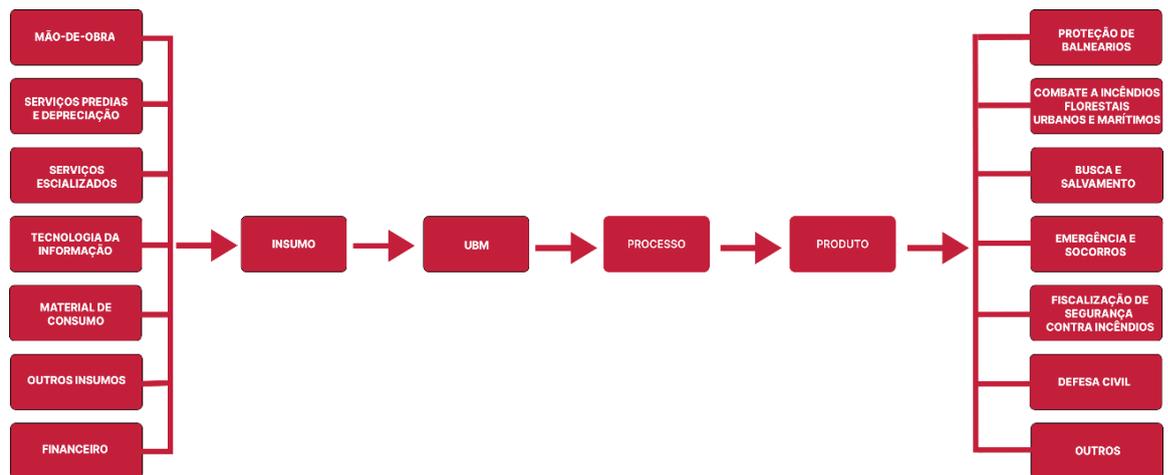


Fonte: Relatório foco em custos (2022; 2023, p. 9).

Podemos nos guiar por essas lógicas de produção no setor público para organizar a prestação de serviços realizados pelo CBMPA, buscando a sustentabilidade do território paraense. Através do recebimento de recursos, a instituição efetua o pagamento de mão de obra, depreciação, serviços especializados, tecnologia da informação, materiais de consumo e outros insumos financeiros.

Esses insumos são direcionados para as UBM, que os processam e transformam em serviços prestados à população, tais como combate a incêndios florestais e urbanos, prevenção balneária, busca e salvamento, fiscalização de segurança contra incêndios em prédios, comércios e empresas, atendimentos de emergência e socorro, além de ações relacionadas à defesa civil, entre outras atividades.

Figura 15 – Processo de transformação dos recursos no CBMPA



Fonte: Baseado no relatório foco em custos (2022; 2023, p. 9).

As UBM, localizadas nos municípios paraenses, são a estrutura do Estado para atuação nas respectivas regiões, além de fornecer apoio a outros municípios que possam necessitar ou não possuem unidades da Corporação. Dentro dessa prestação de serviços diversificada, os Bombeiros se especializam para melhor atender as necessidades da população.

As especializações dos Bombeiros são diversas e variadas, atendendo às demandas impostas pelo Estado para servir a população da melhor maneira possível. Alguns dos cursos oferecidos pela instituição, de acordo com o boletim geral do CBMPA, incluem: Curso de Mergulho Autônomo (Cmaut), Curso de Guarda Vidas (CGV), Ccifa, Curso de Salvamento em Altura (Csal), Curso de Vistoria Técnica (CVT), Curso de Perícia (CPI), Curso de Análise de Projetos (Cap), Curso de Especialização em Socorro e Urgência (Cesur), Curso de Atendimento Pré-Hospitalar, Suporte Básico de Vida (APH), Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (Brec), Curso de Especialização de Salvamento Terrestre (Cest), Curso de Busca e Resgate em Área de Selva (Cbras), Curso de Combate Incêndio Urbano (Cciu), entre outros.

Essa capacitação em várias áreas de qualificação permitiu que a Corporação atuasse em mais de 220.000 ocorrências (salvamento, incêndio, atendimento de primeiros socorros entre outras) no período de 2019 a novembro de 2022, o que representa cerca de 210 ocorrências por dia, incluindo vinte e cinco grandes operações por ano, como o Círio, Carnaval, Corpus Christi, Operação Fênix, entre outras.

Podemos concluir que o CBMPA contribui para a sustentabilidade Amazônica por meio de sua missão institucional de "Vidas Alheias e Riquezas Salvar", que abrange tanto a biodiversidade da população quanto a riqueza natural da região amazônica. O SIC, no atual momento da administração pública, é uma ferramenta fundamental para qualquer instituição, pois permite mensurar os serviços prestados e as necessidades institucionais, além de implementar indicadores de custos que mapeiam a organização e seus resultados.

Dessa forma, a ausência de um SIC contribui negativamente para a sustentabilidade da Amazônia, pois impossibilita a análise institucional do CBMPA sobre seus custos, o que pode resultar em alocações financeiras inadequadas para serviços ou áreas não prioritárias, comprometendo o funcionamento organizacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Campo de Pesquisa

O CBMPA é uma instituição fundada em 24 de novembro de 1882, durante o período imperial do Brasil, com o objetivo inicial de combater incêndios na cidade de Belém, que estava em seu apogeu econômico devido à exploração da borracha, período conhecido como "Belle Époque" (Menezes, 2007).

Atualmente, o Estado do Pará possui 144 municípios, dos quais vinte e seis possuem UBM. O CBMPA conta com trinta e um Grupamentos de Bombeiros Militares (GBM), sendo vinte e cinco em municípios e seis na capital, Belém.

Os municípios com GBM, além de Belém, são: Castanhal (2°GBM), Santarém (4°GBM), Ananindeua (3°GBM), Marabá (5°), Barcarena (6°GBM), Itaituba (7°GBM), Tucuruí (8°GBM), Altamira (9°GBM), Redenção (10°GBM), Breves (11°GBM), Santa Isabel (12°GBM), Salinópolis (13°GBM), Tailândia (14°GBM), Abaetetuba (15°GBM), Canaã dos Carajás (16°GBM), Vigia de Nazaré (17°GBM), Salvaterra (18°GBM), Capanema (19°GBM), Cametá (22°GBM), Parauapebas (23°GBM), Bragança (24°GBM), Marituba (25°GBM), São Miguel do Guamá (28°GBM) e Moju (29°GBM), além do 1° Grupamento de Proteção Ambiental (GPA) em Paragominas e 31° GBM São Felix do Xingu (Inaugurado em 2024).

Em Belém, os Grupamentos são divididos em: 1°GBM (Cremação), 20°GBM (Mosqueiro), 21°GBM (Comércio), 26°GBM (Icoaraci), 1°Grupamento de Busca e Salvamento (1°GBS - Telégrafo) e 1° Grupamento Marítimo Fluvial (GMAF - Telégrafo).

O CBMPA possui dois GBM especializados: o 1°GBS, que realiza buscas e salvamentos, atuando tanto em situações cotidianas quanto em situações críticas, como salvamentos em prédios e estruturas colapsadas; e o GMAF, especializado em resgates marítimos, guarda-vidas nas praias e mergulho.

Além desses GBM, o Corpo de Bombeiros possui Seções Bombeiros Militares (SBM) em alguns aeroportos do Estado, através de um convênio com a Infraero, sendo especializados em atuar em acidentes aeronáuticos. As SBMs estão localizadas em Belém, Marabá, Altamira e Santarém.

Como estrutura de apoio, o CBMPA possui o Centro de Formação Aperfeiçoamento e Especialização (Cfae), responsável pela formação e especialização de praças, e a Academia de Bombeiros Militar (ABM), que forma e especializa os oficiais. Além disso, há o Centro de

Suprimentos e Manutenção de Viaturas e Materiais Operacionais, responsável pelos reparos nas viaturas e equipamentos da instituição, e o Centro de Atividades Técnicas (Cat), que inspeciona, fiscaliza e autua comércios, empresas e obras em relação às normas de segurança contra incêndio e emergência.

No período de 2019 a 2022, o CBMPA atendeu a mais de 220.000 ocorrências em todo o Estado, com uma média de mais de 221 ocorrências por dia, contando com um efetivo de cerca de 2.220 militares, dos quais 163 são mulheres.

O CBMPA desenvolveu um planejamento estratégico para o período de 2022 a 2030, no qual analisou o ambiente interno e identificou cinco forças e seis fraquezas institucionais. As forças incluem a diversidade de serviços oferecidos, a aceitação da sociedade, um efetivo comprometido e disciplinado, a realização dos procedimentos administrativos solicitados e o atendimento exigido dos socorros e emergências. As fraquezas internas referem-se à falta de efetivo, a deficiência de capacitação contínua, o expediente de trabalho excessivo, o déficit de comunicação social, os problemas logísticos e a pouca produção e publicação de estudos científicos.

A análise do ambiente externo da Corporação concluiu que existem seis oportunidades: realização de operações preventivas e ostensivas com outros órgãos, parcerias que disponibilizam espaços físicos, parcerias que auxiliam na atuação nas Regiões Integradas de Segurança Pública (Risp), colaboração para a realização de projetos de captação de recursos e aperfeiçoamento, e conexão com a população (Pará, plano estratégico 2022 - 2023, 2022).

Por outro lado, foram identificadas seis ameaças no ambiente externo, que são: carência de recursos provenientes das despesas correntes, escassez de recursos humanos, desequilíbrio e falta de perspicácia entre os líderes políticos, dificuldade na aquisição de equipamentos, insuficiência de estudos científicos e déficit de comunicação com outras instituições (Pará, plano estratégico 2022 - 2023, 2022).

Os pontos levantados sobre o ambiente interno (forças e fraquezas) e o ambiente externo (oportunidades e ameaças) são de extrema importância para a melhoria do desempenho institucional. No entanto, um ponto que merece atenção, sendo uma das ameaças externas, é a falta de recursos correntes para as despesas, o que reforça a importância do SIC para a instituição, como uma ferramenta de gestão para melhorar a aplicação dos recursos públicos.

Diante dessas situações, o CBMPA enfrenta o grande desafio de buscar a excelência institucional para melhor atender a população paraense, especialmente em um contexto

amazônico de exploração e aumento da complexidade social, com limitações financeiras.

Nesse cenário, fica evidente a importância do SIC para a evidência de custos, com o intuito de promover um maior controle patrimonial, gerencial e de despesas, com o objetivo de aumentar a capacidade da Corporação de gerir seu orçamento e, assim, melhor servir a população do Estado do Pará.

3.2 Tipo de Pesquisa

Foi realizado um estudo com pesquisa exploratória descritiva com coleta de dados por meio bibliográfico, documental e levantamento estatístico junto a 15 servidores do CBMPA, para delimitar o fenômeno e torná-lo menos abstrato, possibilitando uma abordagem sólida em relação a esse fenômeno, limitando-o a um campo específico (Marconi; Lakatos, 2020).

Segundo Gil (2008), o estudo de caso tem como finalidade fornecer aos pesquisadores recursos técnicos para a precisão e objetividade dos fatos sociais. A pesquisa realizada é do tipo exploratória, buscando aprimorar, esclarecer e mudar conceitos e concepções, formulando problemas com maior precisão ou hipóteses de pesquisa. O estudo pode ser considerado exploratório descritivo, pois realiza análises empíricas e teóricas (Gil, 2008).

A técnica de pesquisa utilizada é a de documentação, tanto direta quanto indireta, com o intuito de coletar dados relacionados ao projeto. Foram utilizadas pesquisas bibliográficas, documentos e questionários (Marconi; Lakatos, 2020).

Isso significa que a pesquisa bibliográfica foi constituída por livros e artigos científicos para o desenvolvimento desta dissertação. A principal vantagem foi a possibilidade de investigar vários assuntos relacionados ao tema. Além disso, foi realizada pesquisa documental, que se assemelha à pesquisa bibliográfica, diferindo apenas na fonte e natureza da pesquisa (Gil, 2008).

3.3 Especificação do Problema

A pesquisa adota uma abordagem que se classifica como qualitativa e quantitativa. A abordagem metodológica é qualitativa, uma vez que não há uma determinação pré-definida para a abordagem da pesquisa, e os dados dependem da perspectiva do pesquisador. E é

também quantitativa, pois há a possibilidade de mensurar e transformar fatos considerados qualitativos em dados quantitativos (Gil, 2008).

As informações sobre o CBMPA são levantadas através de fontes primárias (documentos, publicações científicas, estatísticas etc.) e secundárias (relatórios de pesquisa e pesquisas estatísticas). Por meio desses documentos, será realizada a análise das gestões orçamentárias, financeiras e contábeis, buscando compreender o reflexo dessas ações na gestão da corporação (Marconi; Lakatos, 2020).

Portanto, a abordagem da pesquisa é do tipo qualitativa e quantitativa, com o objetivo de possibilitar uma compreensão abrangente do funcionamento institucional. A pesquisa será conduzida através da observação sistêmica ou estruturada. Na observação sistêmica, o observador possui conhecimento do que busca e do que é importante em determinada situação, tendo como objetivo reconhecer elementos que possam levar a erros e corrigi-los para não influenciar o objeto de estudo (Marconi; Lakatos, 2020, 2020).

3.4 Modelo Analítico de Pesquisa

O objeto de estudo é o CBMPA, uma instituição centenária que atualmente é um órgão militar estadual. Sua atuação abrange todo o Estado do Pará, com unidades em 26 municípios, que servem como base para atuar em todo o território paraense. A finalidade do CBMPA é atuar na fiscalização, prevenção e atuação em sinistros, bem como garantir a segurança de grandes eventos que ocorrem no Estado, como o Círio, o veraneio, entre outros.

Devido à extensão territorial do Estado, que possui uma área de 1.247.954,32 km², o CBMPA precisa contar com equipamentos, logística e recursos humanos para cumprir sua missão. Desde sua criação, em 1882, com a função de apagar incêndios na cidade de Belém, sua atuação foi ampliada com a Constituição de 1988, passando a abranger incêndios florestais e urbanos, busca e salvamento, prevenção em balneários, fiscalização contra incêndio em prédios e comércios, além de atuação em defesa civil.

Para maximizar suas ações e lidar com possíveis restrições orçamentárias, é imprescindível a adoção de um SIC que reflita a estrutura econômica, orçamentária, financeira e contábil da Corporação. O SIC, como a interligação de vários sistemas e diretorias, buscará consolidar as informações para a tomada de decisão da gestão, identificando necessidades e possíveis desperdícios, permitindo a melhor alocação de recursos em caso de contingenciamento. Além disso, contribuirá para a prestação de contas à população por meio do portal da transparência. Coleta de Dados

A coleta de dados, são técnicas de pesquisa ou processos, que balizam a ciência para se obter um propósito, que se divide em documentação indireta, que são o levantamento de material, no qual, recolhe informações prévias (livros, artigos etc.), e a documentação direta, que consiste em levantamento de informações no local em que o fenômeno ocorre (Marconi; Lakatos, 2020).

O intuito da pesquisa era proporcionar a realidade dos setores que trabalham diretamente na estrutura de execução financeira e contábil, por ser a engrenagem principal das contas públicas. O setor contábil tem a função de manipulação das receitas e despesas, e a qualidade desse setor reflete o estágio de evolução da instituição, que retratam na qualidade e aprimoramento gerencial institucional.

Como o CBMPA tem uma organização dividida em órgão de Direção-Geral, Setorial, Apoio e de Execução, o intuito é pesquisar efetivamente as diretorias que lidam com contabilidade de alguma forma e os servidores que estão inseridos nesse processo, pois demonstrará efetivamente a realidade administrativa, financeira, contábil da gestão institucional. Essa foi uma medida que foi tomada pela própria análise das grades curriculares de formação e especialização de Praças e de Oficiais da Corporação, que não oferta uma quantidade satisfatória para preparar um servidor para atuar em áreas muito complexas como o setor financeiro e contábil. Sua abrangência para os militares das UBM's não retratam capacidade e o grau de conhecimento dos servidores que atuam diretamente nas áreas ligadas à contabilidade e geraria deformidades.

Por esse motivo, foram selecionados servidores que estão diretamente ligados aos processos, planejamento, orçamentário, financeiro, contábil e educacional.

3.4.1 Levantamento Bibliográfico e Documental

A pesquisa bibliográfica, ou secundária, contém todos os materiais tornados públicos em relação ao assunto, documentos, jornal boletim, fita magnética etc. Com o objetivo de pesquisador ter o conhecimento de tudo que foi escrito sobre o assunto (Marconi; Lakatos, 2020).

Nesse sentido, a pesquisa sobre o SIC no CBMPA se dará, em parte, pelo levantamento de livros e artigos e documentos, que estejam relacionados com objeto de estudo.

3.4.2 Questionário Estruturado.

Conforme Marconi e Lakatos (2020), o levantamento de informações por meio de questionário é uma forma direta de obter informações no local no qual se observa o objeto da pesquisa. O questionário pode ser utilizado para coletar dados de opinião, atitude e informações técnicas, como é comum em pesquisas de mercado.

Nesse caso, será aplicado um questionário estruturado aos servidores do CBMPA que trabalham na área de planejamento e orçamento. As questões do questionário serão referentes ao objeto de estudo, buscando obter informações precisas e relevantes para a pesquisa. O questionário estruturado permite uma padronização das respostas e facilita a análise dos dados coletados.

3.4.3 Tratamento e Análise de Dados

Como técnica de observação, ela se configura como um componente essencial para a investigação, abrangendo desde a formulação do problema e a coleta de dados até a interpretação desses dados. Além disso, a observação pode estar presente em outras fases da pesquisa, podendo até mesmo ser considerada um método de investigação por si só (Gil, 2008).

A observação serve como um meio de adquirir informações necessárias para o procedimento científico, pois permite que o pesquisador utilize os sentidos para obter dados relevantes. Ela desempenha um papel importante em diversos propósitos da pesquisa, incluindo o planejamento, verificação e controle de validade das informações obtidas (Gil, 2008).

3.5 Observação Participante

Nesta etapa da pesquisa, busca-se uma compreensão mais profunda e real do objeto de estudo através da presença ativa do observador no local da pesquisa, o que caracteriza a observação participante (Gil, 2008). A observação participante apresenta vantagens em relação a outras modalidades, pois permite ao pesquisador acesso rápido a informações cotidianas no local da observação ou participação em grupos; oferece a possibilidade de obter informações valiosas da comunidade estudada; e proporciona maior clareza sobre o comportamento dos observados (Gil, 2008).

3.6 Procedimento para Tratamento de Dados

A pesquisa gera uma grande quantidade de material produzido, e a análise se desenvolve em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados. Na pré-análise, realizam-se os primeiros contatos com os documentos, formulação de hipóteses, preparação e análise do material (Gil, 2008).

A exploração de materiais é normalmente a etapa mais longa, com o objetivo de sistematizar as decisões da fase pré-análise, codificando, enumerando e classificando os dados. Já a fase de tratamento de dados envolve a interpretação, buscando tornar os dados válidos e relevantes. Para isso, são utilizados procedimentos estatísticos e técnicas apropriadas (Gil, 2008).

3.6.1 Análise dos Dados dos Questionários Estruturados

A análise de questionário estruturado é uma técnica de investigação que consiste em várias questões submetidas a pessoas com a intenção de obter conhecimento. A codificação é o método pelo qual as informações brutas são transformadas em símbolos para serem tabulados. Essa codificação será realizada nos questionários fechados que foram utilizados para o objetivo da pesquisa. A tabulação é feita para agrupar e mensurar as várias categorias de análise, ou seja, é o processo de organizar e contar as respostas obtidas em cada categoria das questões fechadas para facilitar a análise dos dados coletados.

3.6.2 Análise de Dados Semiestruturados

As técnicas de coleta de informações de fontes documentais são utilizadas para fornecer ao pesquisador dados suficientes e relevantes, evitando desperdício de tempo. Essas fontes documentais podem incluir documentos escritos, áudios, fitas, entre outros (Gil, 2008).

Os registros estáticos presentes em documentos institucionais são fontes importantes de informações institucionais, cujo objetivo é coletar e organizar os dados de forma a facilitar o entendimento e a análise posterior. Teoricamente, a coleta de dados com base em registros estatísticos é mais simples do que outros métodos diretos.

É fundamental ressaltar que a utilização de fontes documentais como técnica de coleta de dados requer cuidado na seleção dos documentos, garantindo sua confiabilidade e relevância para a pesquisa. Além disso, é importante analisar criticamente as informações

contidas nos documentos, buscando uma compreensão e uma interpretação adequadas dos dados para a pesquisa em questão.

4 OBSERVAÇÃO EMPÍRICA DO CBMPA

A pesquisa foi realizada no CBMPA, que é uma organização militar do Estado do Pará, subordinada ao Governador, que tem a função de defesa do território paraense, através da prevenção e na atuação de sinistros, no segundo maior ente federativo, com 1.248.042 km² de área, e com 144 municípios, e com duas fronteiras internacionais (Guiana e Suriname) e com cinco Estados nacionais (Amapá, Amazonas, Maranhão, Tocantins e Roraima) (Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas, 2021).

A região está integrada ao sistema internacional e nacional, é subdesenvolvida e produtora de commodities agrícolas, minerais e energia elétrica (Melo; Costa, 2019), com desenvolvimento imposto pelos grandes projetos nacionais minerais, principalmente a partir da década de 1970, que trouxe e continua trazendo impacto ao estado do Pará (Vidal; Silva, 2015).

Para Elias (2019), um fator que favorece os impactos negativos na região, é a fragilidade das contas do Estado e dos municípios com desequilíbrio fiscal, aumento de gastos públicos e insuficiência de arrecadação. A ausência de informações de Custos favorece o cenário de desequilíbrio municipal e estadual, de informações gerenciais que poderiam auxiliar os administradores na tomada de decisão e na transparência pública.

4.1 O CBMPA e Suas Especificidades

O Corpo de Bombeiro do Estado do Pará foi fundado em 24 de novembro de 1882, como solução para os problemas de incêndios que estavam ocorrendo em Belém no auge do primeiro ciclo da borracha, devido à incapacidade de a Marinha do Brasil e a Polícia Militar combaterem com os incêndios na capital paraense (Menezes, 2007).

Com a constituição do Estado do Pará de 1989, o CBMPA aumentou seu leque de atribuições para contribuir com a segurança pública da população que está no Estado. Dentro desses atributos, um está ganhando destaque nos últimos anos, que é o combate a incêndios florestais, além de: busca e salvamento em floresta, rios e mares; combate a incêndios urbanos; prevenção e atuação em grandes eventos, defesa civil; guarda vidas; fiscalização, aprovação de projetos de incêndios etc.

A corporação tem na atualidade 31 grupamentos em 26 municípios dos 144 existentes no Estado do Pará, no qual sua distribuição está dividida em Regiões de Segurança Pública (Risp) ou Regiões Integradas de Bombeiros (Rib) que dividem o Estado

em 15 regiões. Essas regiões delimitam a priori a atuação municipal e regional de cada UBM, não impedindo de atuar em municípios e regiões diferentes da sua, conforme ordem superior (Pará, 2020, Decreto, n. 1052).

Cabe destacar que o CBMPA tem uma estrutura organizacional em órgãos, diretorias e UBM, em que os órgãos são: Direção-Geral, Setoriais, Apoio e Execução. As diretorias são a diretoria de ensino, finanças, logística, pessoal, saúde e serviços técnicos, e as UBM são compostas pelas seções especializadas administrativas e operacionais, e inclui os Grupamentos Bombeiros Militares (GBM).

4.2 Análise e Discussões

As informações obtidas pela pesquisa foram através de um questionário delineado para análise do Sistema de Informação de Custos no CBMPA. A pesquisa foi realizada através de um questionário no Google Forms, e enviado aos participantes através de Whatsapp, de quatorze militares, de quatro diretorias (Dal, DF, DP e Dei) e um militar da UBM Cop, totalizando quinze militares na pesquisa.

O intuito da pesquisa era proporcionar a realidade dos setores que trabalham diretamente na estrutura de execução financeira e contábil, por ser a engrenagem principal das contas públicas. O setor contábil tem a função de manipulação das receitas e despesas, e a qualidade desse setor reflete o estágio de evolução da instituição, que retratam na qualidade e aprimoramento gerencial institucional.

Com intuito de abranger o grau de amadurecimento institucional, obedece à lógica sistêmica que o todo é composto pelas partes, mas a soma das partes não reflete o todo. Algumas diretorias que têm conexão com setor contábil, como a Dal e DP, foram escolhidas, e com relação à inserção da Dei, se justificar por ser a diretoria que planeja o conhecimento institucional da Corporação, motivada pela falta de planejamento educacional institucional de contabilidade, refletida em todos os níveis de formação das formações de Praças a Oficiais, verificadas nas grades curriculares, demonstrando que a própria Lei desconhece o que a contabilidade representa para uma instituição privada e pública; e Cop, por gerir todas as UBM's da Corporação, no qual teriam que estar conectado ao processo financeiro e contábil. Como a pesquisa que busca o núcleo da gestão do CBMPA, a abrangência para as UBM's refletirá o grau de amadurecimento institucional na área contábil, referendada pela própria formação institucional, já que não oferece esse conhecimento? Por esse motivo, foi centralizado em poucos servidores ligados diretamente

esse processo de planejamento, ensino e contabilidade, que representará o estágio gerencial institucional.

Essas Diretorias estão inseridas no Órgão Setorial, que é o órgão responsável pela estrutura administrativa que gera as informações de gestão para os Órgãos de Direção-Geral, e são responsáveis pelos setores de: planejamento; orçamento- finanças; pessoal; instrução e formação. O Cop, por ser a UBM responsável pelo planejamento operacional macro da Corporação que engloba todas os GBM e seções responsáveis pela atividade finalística do Bombeiro conforme atuação operacional que tem função de: distribuição e avaliação do efetivo dentro dos GBM, planejamento e operacionalização de pequeno, médios e grandes eventos externos que precisam de Bombeiros (eventos esportivos e culturais, palestras, veraneio, festas de final de ano, Círio etc.).

4.3 Descrição da Pesquisa

A primeira parte do questionário traça um perfil geral do entrevistado. Está relacionada ao setor de lotação, a sua colocação dentro da estrutura hierárquica institucional [patente (Oficiais), que são: 2º tenente, 1º tenente, capitão, major, tenente – coronel e coronel ou graduação (praças) que são: soldado, cabo, 3º sargento, 2º sargento, 1º sargento e subtenente] ou civil, função, vínculo institucional, área de atuação, sua função administrativa e o conhecimento da área contábil, financeira e orçamentária, e o setor de trabalho. A segunda parte de pesquisa está relacionada à implantação do setor do SIC no CBMPA, e busca informações pelo setor responsável por custos, desde quando adota, como são levantadas as informações, se atende a todos os setores, qual departamento, se o militar utiliza algum sistema de custos e qual.

A terceira seção do questionário se refere ao processo decisório do CBMPA e os custos. Se são emitidos relatórios com informações e custos para a tomada de decisão, quais as informações são utilizadas para a tomada de decisão, como as informações de custos podem auxiliar a gestão e se esses dados permitem avaliar o que na tomada de decisão.

A quarta seção são os desafios enfrentados para a implantação de um SIC. E a parte final está relacionada ao SIC e à Sustentabilidade, se um Sic pode ajudar na atuação do CBMPA na sustentabilidade da Amazônia, como pode ajudar a Corporação administrativamente e operacionalmente e se as operações são baseadas em informações de custos.

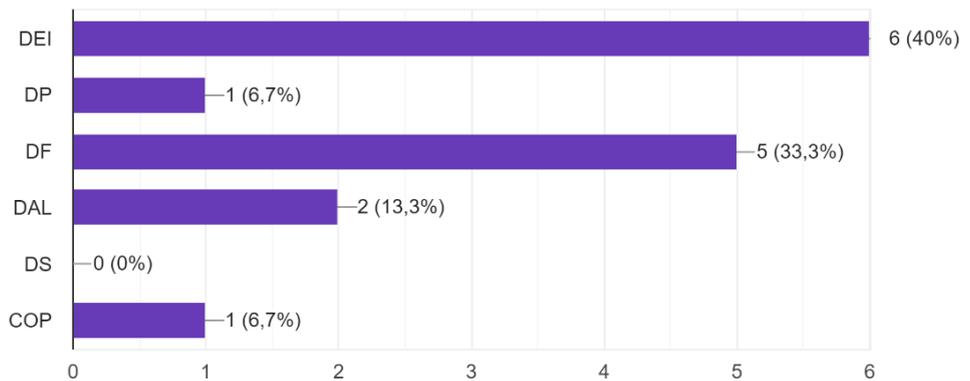
4.4 Perfil Geral dos Participantes

Dos quinze participantes que responderam de qual unidade ou diretoria fazia parte, 40% eram da Diretoria de Ensino (Dei), 33% da Diretoria de Finanças (DF), 13,3% da Diretoria de Apoio Logístico (Dal), 6,7% do Departamento de Pessoal (DP), 6,7% do Centro de Operações (Cop), e não foi respondido por ninguém da Diretoria de Saúde (DS).

Gráfico 1– Qual a sua unidade ou diretoria?

QUAL A SUA UNIDADE OU DIRETORIA ?

15 respostas



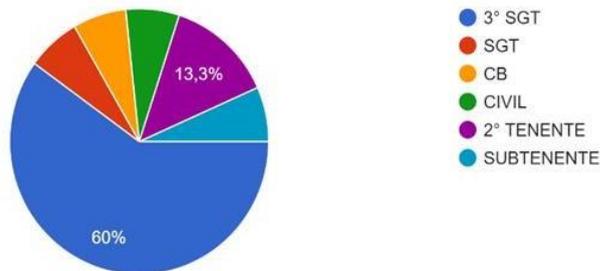
Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à patente ou graduação: 60% dos respondentes são 3º sargento; 13,3% são subtenentes; 6,7% colocou como sargento, podendo ser 3º sargento ou 2º sargento ou 1º sargento; 6,7% cabo; 6,7% 2º tenente e 6,7% civil. E 86,6% dos que responderam o questionário eram praças, 6,7% eram oficiais e 6,7 civil.

Gráfico 2– Qual a sua patente ou graduação?

QUAL SUA PATENTE OU GRADUAÇÃO ?

15 respostas



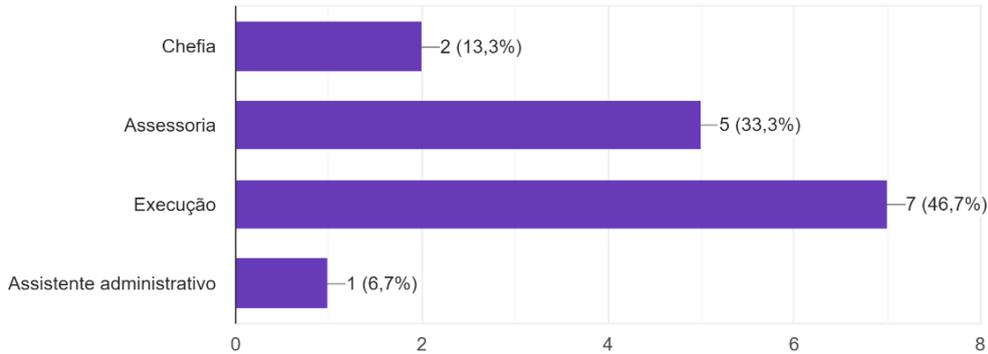
Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à função que exercem na Corporação: 13% têm o cargo de chefia; 33,3% têm função de assessoria; 46,7% de execução; e 6,7% de assistente administrativo.

Gráfico 3– Qual a sua função?

QUAL A SUA FUNÇÃO ?

15 respostas



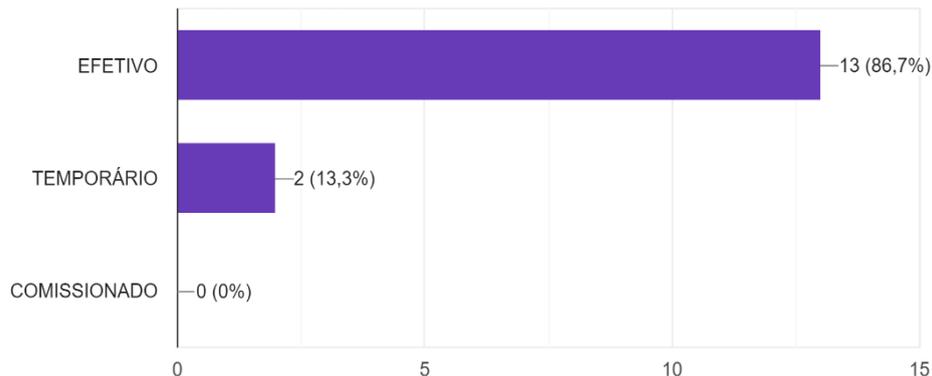
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificamos que em relação ao vínculo empregatício, dos que estão trabalhando nas diretorias, são servidores efetivos, com 86,7%, e 13,3% são temporários. Esse é um ponto positivo devido à continuidade do servidor na Corporação, possibilitando a perspectiva de qualificação e continuidade na instituição.

Gráfico 4– Qual seu vínculo empregatício?

QUAL SEU VÍNCULO EMPREGATÍCIO ?

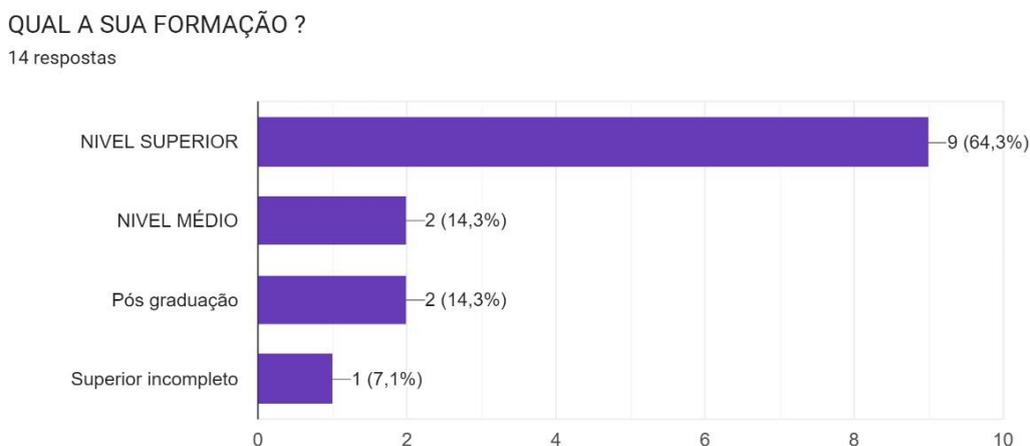
15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

No quesito grau de instrução, dos quinze que iniciaram o preenchimento do questionário, quatorze informaram o seu grau de formação: 64,3% têm nível superior; 14,3% têm pós-graduação; 14,3% têm o nível médio; e 7,1% o nível superior incompleto. Esse é um ponto positivo para a administração, devido ter qualidade com relação ao grau de instrução individual, que muitas das vezes não condizem com o que a função necessita.

Gráfico 5– Qual a sua formação?



Fonte: Elaborado pelo autor.

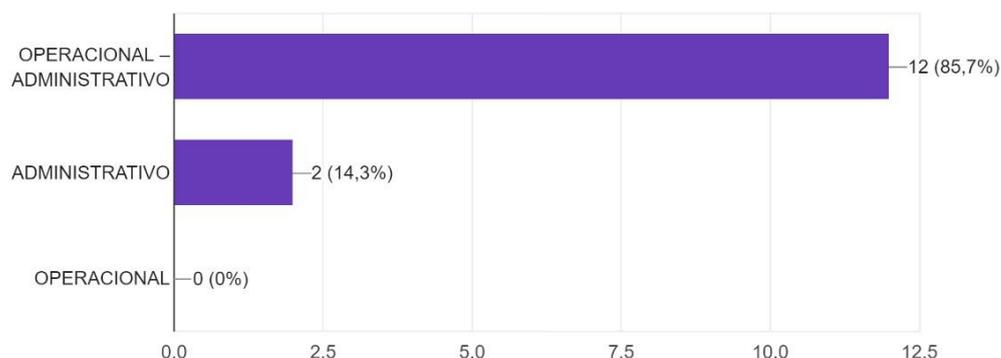
Uma questão fundamental levantada é com relação à área de atuação, e se os pesquisados atuavam no serviço administrativos ou operacionais, ou em ambos. Responderam essa pesquisa quatorze dos quinze, que entregaram as respostas, e 85,7% trabalham tanto no serviço operacional e administrativo, 14,3% apenas no administrativo e 0% no operacional.

As informações mostram que a 85,7% exercem suas funções de Bombeiros e ao mesmo atuam em áreas administrativas e de gestão, que são diretorias que precisam de alto grau de conhecimento e responsabilidade com necessidade de servidores qualificados o tempo todo, pelas mudanças de legislações, incidentes nas prestações de contas, planejamento, controle etc. A própria profissão bombeiro comporta outro tipo de saber, e precisa de atualizações de novos conhecimentos, prática e técnicas, e além do ingrediente físico, pois exige práticas físicas para atuar nas ocorrências, que na maioria das vezes precisam de vigor físico.

Gráfico 6– Qual a sua área de atuação?

QUAL SUA ÁREA DE ATUAÇÃO ?

14 respostas

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

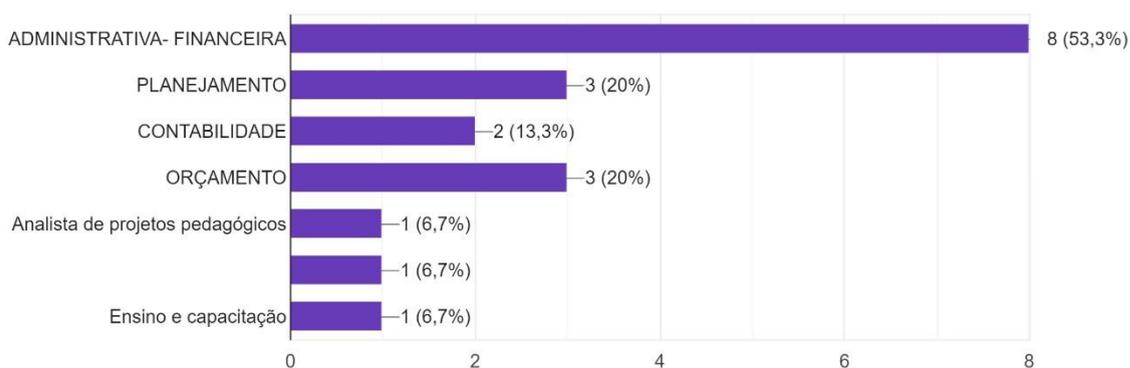
Perguntamos aos pesquisados, que são de diversas áreas administrativas, qual função exercem: mais da metade exercem funções administrativo-financeiras com 53,3%; planejamento, 20%; contabilidade, 13,3%; orçamento, 20%; 6,7%, analista de projetos pedagógicos; 6,7% ensino e capacitação; e 6,7% não informaram. Analisando que há 15 respondentes, e houve 19 respostas, verificamos que alguns respondentes fazem mais de uma função dentro da diretoria que atua, somando a pergunta anterior que quase toda a totalidade exerce funções administrativas e operacionais.

As informações mostram que grande parte trabalha em funções essenciais para o CBMPA e o SIC, que são finanças, planejamento, orçamento e contabilidade.

Gráfico 7– Dentro da área administrativa, qual função exerce?

DENTRO DA AREA ADMINISTRATIVA QUAL FUNÇÃO EXERCE ?

15 respostas

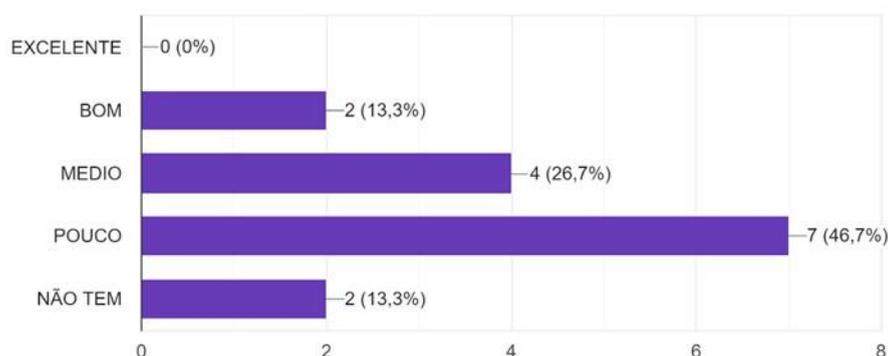
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Como a intenção é buscar informações que possibilitam a implantação de um SIC, levantamos perguntas sobre qual é o conhecimento na área contábil, financeira e orçamentária, colocamos as opções excelente, bom, médio, pouco e não tem: nenhum dos que fizeram o questionário tem um excelente conhecimento sobre essas áreas; 13,3% têm um conhecimento bom; 26,7% conhecimento médio; 13,3% não têm conhecimento nenhum; e 46,7% têm pouco conhecimento.

Gráfico 8– Qual o conhecimento na área contábil, financeira e orçamentária?

QUAL O CONHECIMENTO NA ÁREA CONTABIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

15 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado da pergunta traz a informação que quase a metade dos respondentes têm pouco conhecimento na área contábil, financeira e orçamentária, somado com quem não tem conhecimento nenhum passa para quase 60% dos entrevistados e ninguém tem excelente conhecimento nesta área. E como a maioria dos entrevistados trabalha na área contábil, financeira e orçamentária, e alguns exercem até mais de uma função, e exercem a função operacional e administrativa, isso indica uma grande possibilidade que, administrativamente, essas áreas sensíveis estejam ineficientes. Por serem áreas que precisam de bom conhecimento, isso nos leva a conjecturar que a corporação está praticando apenas uma gestão orçamentária.

4.5 Perfil Geral dos Participantes sobre a implantação do SIC

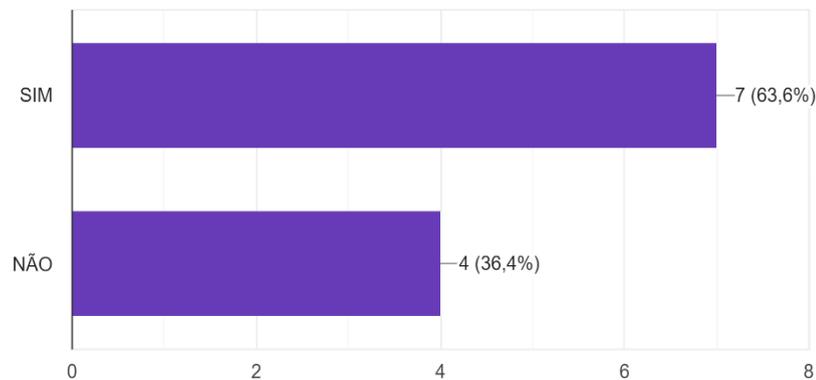
Nessa parte da pesquisa, o objetivo é levantar informações mais específicas sobre os custos e sistemas de custos e como são levantadas as informações de custos.

Foi feita uma pergunta se existe um setor específico responsável pela informação de

custos no CBMPA. Entre os quinze participantes, apenas onze responderam, o que representa 73,3% dos respondentes; 63,6% responderam que tem um setor responsável pela informação de Custos, e 36,4% informaram que não existe esse setor.

Gráfico 9– Existe um setor específico responsável pela informação de custos no CBMPA?

EXISTE UM SETOR ESPECIFICO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO DE CUSTOS NO CBMPA?
11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

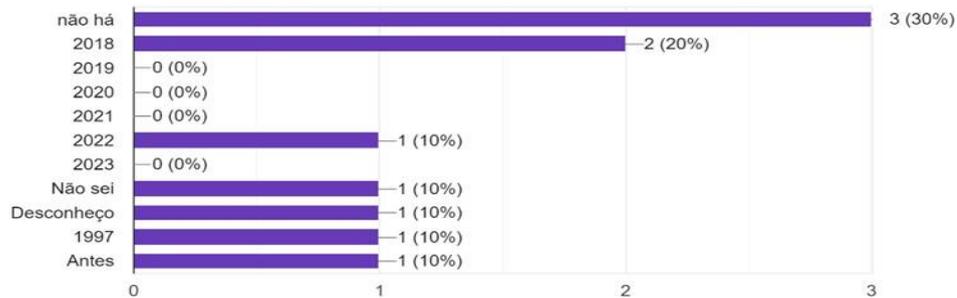
Foi feita uma pergunta atrelada à pergunta anterior: caso tenha um setor específico de custo, como é feito o levantamento de custos? Houve nove respostas, e: sete participantes disseram que as informações são feitas por sistemas; um disse que manualmente; um informou que não tem conhecimento; e para outro respondente, o levantamento é feito por etapa manual e outra com sistema. Seguindo o raciocínio em busca das informações de Custos, perguntamos desde quando o CBMPA adota o SIC. Houve dez respostas, das quinze que já responderam algumas questões: 30% responderam que não há SIC; 10% que não sabe; 10% que desconhece; 10%, em 1997; 10%, antes de 1997; 2018 foi 20%; e 10% em 2022.

Em 1997, foi implantado o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafem), que, através do decreto nº 1.783 de 07 de novembro de 1997, dispôs sobre a sua implantação. Provavelmente, a escolha dessa alternativa deve ser pela substituição do Siafem pelo no sistema Siafi.

Gráfico 10– Desde quando adota o sistema de custos?

DESDE QUANDO ADOTA O SISTEMA DE CUSTOS?

10 respostas

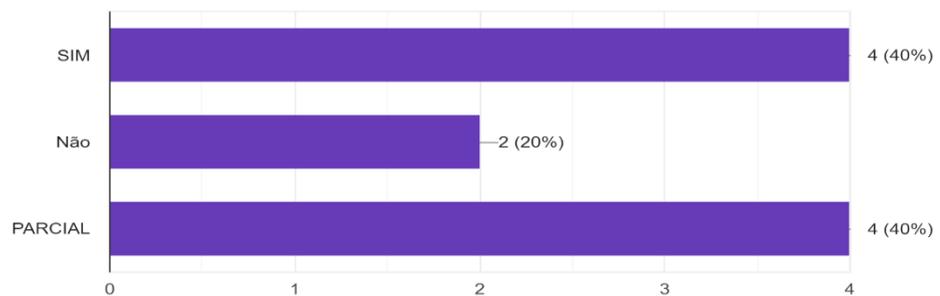
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Outro ponto levantado foi se há alguma forma de levantamento de Custos, e se atende aos setores da Corporação. Para 40%, atende a todos os setores; para 20%, não há levantamento de informações de Custos; e para 40%, são levantadas informações de Custos que atendem parcialmente aos setores.

Gráfico 11– Se há alguma forma de levantamento de custos, atende a todos os setores do órgão?

SE HÁ ALGUMA FORMA DE LEVANTAMENTO DE CUSTOS, ATENDE TODOS SETORES DO ÓRGÃO?

10 respostas

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

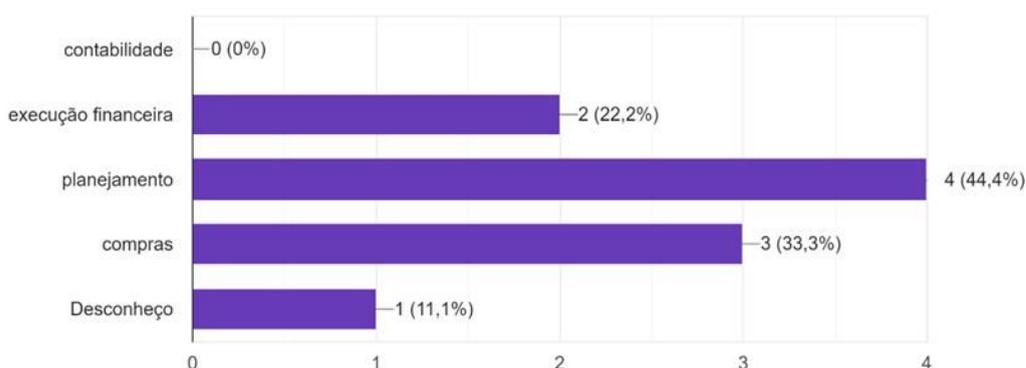
E sobre qual, ou quais, os departamentos estão alocados os levantamentos de Custos, para os que responderam a esse questionamento: 0,0% na contabilidade; 22,2% na execução financeira; 44,4% no planejamento; 33,3% nas compras e 11,1% desconhece. Essa pergunta, mostra um dado importante: que o principal setor para levantamento de Custos é a contabilidade, e 0,0% e nenhum dos respondentes indicaram a contabilidade. Isso significa que não são levantados nenhum tipo de custos na contabilidade, sendo a principal diretoria para

o levantamento de custo. Há observações a serem levantados, a primeira é que a contabilidade está dentro da diretoria de finanças. Sobre o setor de contabilidade, pelas informações dadas pelo setor que trabalha esse respondente, ele respondeu que não há levantamento de Custo no CBMPA pelo setor contábil, e isso implica dizer que a contabilidade do CBMPA provavelmente funciona à base da contabilidade orçamentária e financeira.

Gráfico 12– Se sim, em qual departamento está alocado?

SE SIM, EM QUAL DEPARTAMENTO ESTÁ ALOCADO?

9 respostas



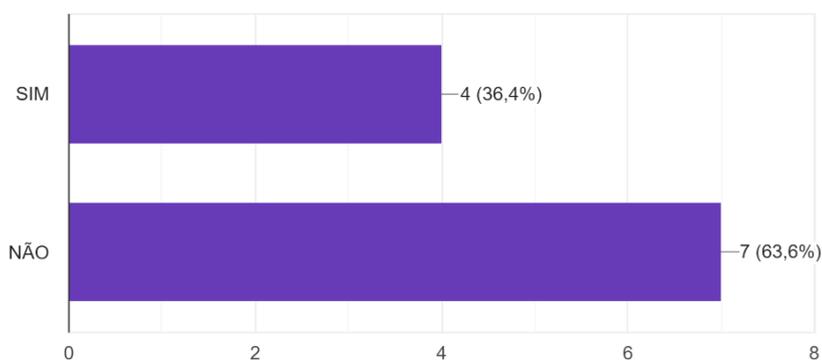
Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra questão levantada, se há utilização de algum sistema para análise e avaliação de custos na Corporação, 36,4% dizem que sim e 63,6% que não utilizam.

Gráfico 13– Utiliza algum sistema de análise e avaliação de custos?

UTILIZA ALGUM SISTEMA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE CUSTOS?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

A pergunta na sequência é: caso utilize algum sistema de avaliação de custo, qual seria? Houve apenas cinco respostas, o SIMAS (Sistema Integrado de Materiais e Serviços) com duas respostas, Siafi (Sistema integrado de administração financeira) uma resposta e outra que não há sistema de Custos.

Com essa última pergunta sobre o SIC no CBMPA, verificamos que o CBMPA não tem um SIC, corroborando para o tema da pesquisa. Primeiro, não foi informado por nenhum dos pesquisados; segundo, há referência a dois sistemas o Simas, que é sistema que informa valores custos de compras e serviço, muito longe de ser um SIC, e o Siafi, e ambos são sistemas estruturantes, em que partes das informações são retiradas para compor as informações de Custos. Esses dados são preocupantes, porque foram extraídos de diretorias que fazem parte da gestão administrativa da Corporação.

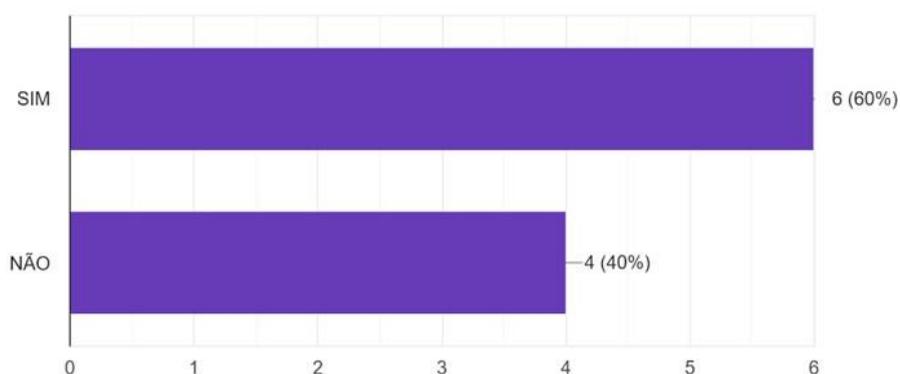
4.6 Processo Decisório no CBMPA

Neste tópico buscamos o aprofundamento das informações de Custos, pois relacionamos a informação de Custos com a tomada de decisão. Houve dez respostas dos quinze que fizeram o questionário, com 60% informando que são emitidos relatórios com informações de Custos para a tomada de decisão, e 40% dizendo que não foram levados relatórios para a tomada de decisão.

Gráfico 14– São emitidos relatórios com informação de custos para tomada de decisão?

SÃO EMITIDOS RELATÓRIOS COM INFORMAÇÃO DE CUSTOS PARA A TOMADA DE DECISÃO?

10 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise de quais as informações são utilizadas pela Corporação para a tomada de decisão, 63,6% que são orçamentárias, 36,4% financeiras, 18,2% administrativas, 27,3%

custos e 27,3% não têm essa informação.

A pergunta anterior, se são produzidos relatórios de custos para a tomada de decisão, e a pergunta quais são as informações utilizadas para a tomada de decisão, como já foi ferido, corrobora para a linha de pesquisa da ausência de SIC no CBMPA. Para os respondentes, as informações retiradas do Siafem e Simas, que são informações orçamentárias, financeiras, patrimoniais (custos unitário de serviço e compras), são partes das informações de custos.

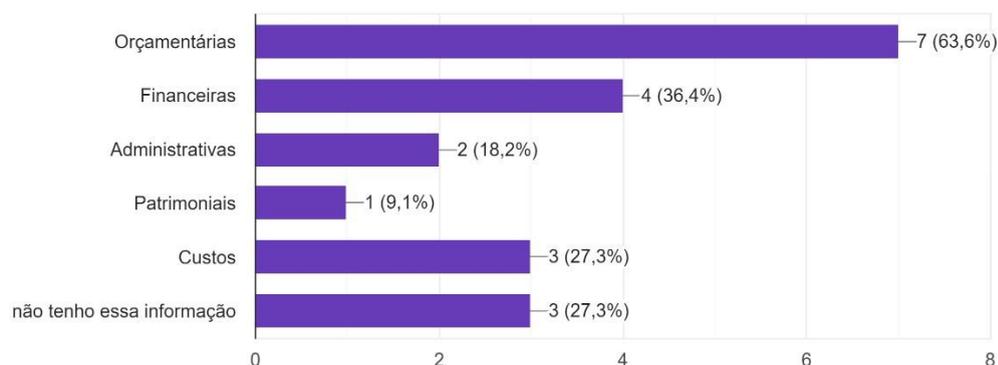
As informações do Simas e Siafi contribuem com os custos e o SIC, porém são limitadas como informação de custos. Para gerar relatórios gerenciais, o SIC agrega vários sistemas estruturantes; logo, as informações gerenciais estão limitadas por parte de dados, que está refletindo na gestão e na atuação da Corporação.

O CBMPA, por ser uma instituição militar, poderia seguir exemplo das três forças, Aeronáutica, Marinha e Exército, que já têm Sic constituído há um bom tempo, bem como o governo federal, que está estruturando seu sistema e incentiva a implantação em todos os seus órgãos e nos três poderes da república.

Gráfico 15– Quais são as informações utilizadas pelo CBMPA para tomada de decisões?

QUAIS SÃO AS INFORMAÇÕES UTILIZADAS PELO CBMPA PARA TOMADA DE DECISÕES?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

E como as informações de Custos podem auxiliar o gestor na Corporação, houve várias respostas, devido os respondentes poderem escolher sem limitação ou nenhuma. Dos quinze que iniciaram o questionário, só onze preencheram esse item. Como foram geradas 34 escolhas no total, teve respondentes que escolheram mais de um item, e a alternativa que foi mais escolhida, com 63,6%, foi a eficiência da gestão de bens e serviços,

No geral demonstra que a escolha de mais de um item, que o custo é versátil e pode

auxiliar em vários campos, mas as respostas estão além do desejado, pois o Custo pode auxiliar em todas as respostas ofertadas. O total de respostas que poderiam ter dadas eram onze respondentes, que poderiam escolher os 13 itens.

Logo, 13 itens de escolha, 11 respondentes, dá um total de escolha de 143 escolhas, só que os respondentes geraram 34 escolhas, significando 23,7% das escolhas, um dado que não chega a 30%. Com isso, verifica-se uma limitação sobre o que as informações de Custos podem gerar, sendo observado que há pouca cultura de Custos na instituição.

Gráfico 16– Como as informações de custos podem auxiliar o gestor no CBMPA?



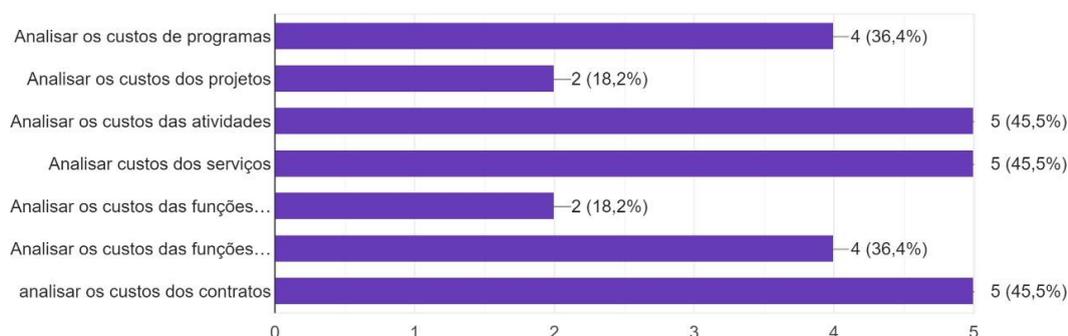
Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentro da perspectiva dos dados fornecidos de custos para a tomada de decisão, permite analisar o total de itens escolhidos no total. A resposta de: analisar os custos das Atividades, dos serviços, dos Contratos, ficou 45,5%. As quantidades de itens marcados poderiam ser maiores, os custos auxiliam em todos os itens colocados à disposição para escolha, podendo ser uma quantidade de 77 itens marcados e foram apenas 27 itens, significando 35% dos itens que poderiam ser escolhidos.

Gráfico 17– Os dados de custos fornecidos para a tomada de decisão permite

OS DADOS DE CUSTOS FORNECIDOS PARA A TOMADA DE DECISÃO PERMITEM:

11 respostas

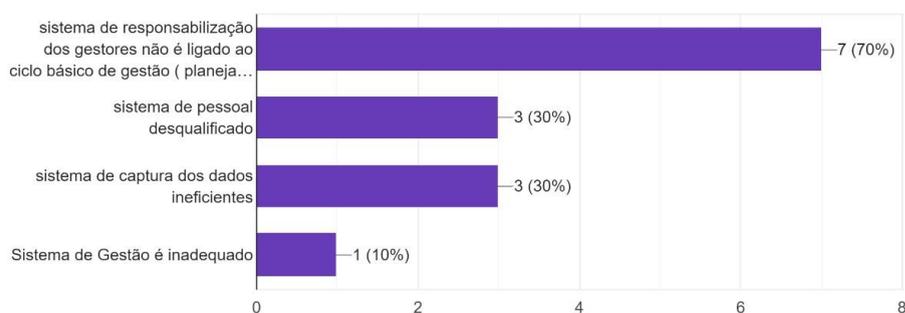
**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Para os respondentes, o principal desafio enfrentado de ser implantar um SIC no CBMPA, com 70% das escolhas, é o sistema de responsabilização dos gestores não ligado ao ciclo básico dos gestores (planejamento, execução e controle), 30% sistema de pessoal desqualificado, 30% sistema de captura de dados ineficientes, 10% sistema de gestão ineficiente. Para a maioria dos que responderam o questionário, o problema maior é a não responsabilização dos gestores com o planejamento, execução e controle, podendo ser explicado pelas ementas curriculares dos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização de Oficiais, voltado para o comando de unidades, que são os serviços operacionais da instituição. Outro ponto, é que apenas 30% acham que o sistema de captura de dados é ineficiente, que pode ser interpretado como a falta de cultura de custos e a geração e informação, pois há limitação de dados, nos atuais sistemas utilizados na administração pública estadual, por não serem integrados.

Gráfico 18– Quais são os desafios enfrentados para a implantação do SIC?

QUAIS SÃO OS DESAFIOS ENFRENTADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SIC(SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS) NO CBMPA?

10 respostas

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

4.7 Sistema de Custos e a Sustentabilidade

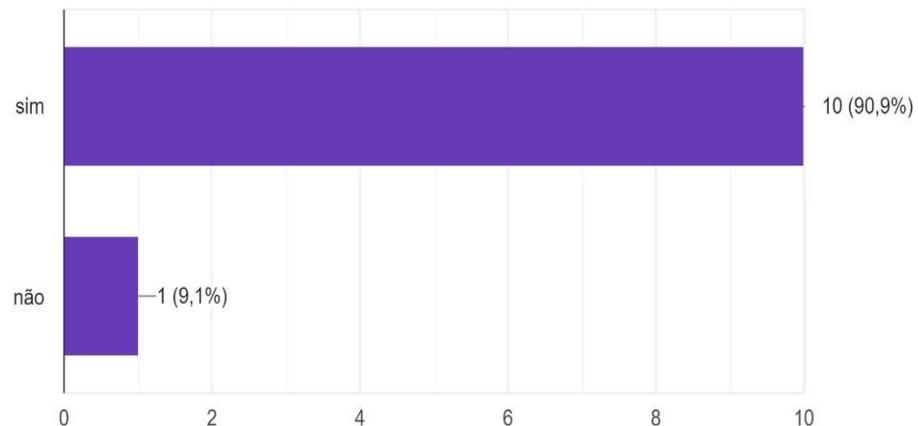
Neste tópico, levantamos uma reflexão, como o Sistema de Custos pode ajudar na atuação do CBMPA na Sustentabilidade da Amazônia. Para 90,1%, o SIC pode ajudar na sustentabilidade; e 9,1% respondeu que não ajuda na sustentabilidade.

A gestão de custos com um SIC que colete as informações dos sistemas estruturantes, possibilita informações e capacidade institucional para ações da Corporação que está diretamente ligado à preservação, fiscalização e atuação na Amazônia. Isso significa que quanto mais eficiente for o SIC, refletirá na Corporação, significando interagir com a sustentabilidade da floresta, rios, povoados, indústria, cidades etc.

Gráfico 19– Sistema de custos podem ajudar na atuação do CBMPA na sustentabilidade da Amazônia?

SISTEMA DE CUSTOS PODEM AJUDAR NA ATUAÇÃO DO CBMPA NA SUSTENTABILIDADE DA AMAZÔNIA ?

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor

Dentro do panorama da sustentabilidade, como o sistema de custos poderia ajudar na gestão das Unidades Operacionais ou Setor administrativo? 81,8% respondeu que é gerando informações sobre indicadores de desempenho dos serviços prestados. Analisar os materiais operacionais (VTR, desencarcerador, motosserras etc.) para saber a vida útil estimada ficou com 36%. Analisar o custo dos combustíveis e analisar o custo do efetivo, 18,2%; e 0,0% não ajudaria.

Dos participantes, que são quinze, onze responderam à pergunta, de modo que todas as opções poderiam ter uma percentagem maior de respostas, uma gestão patrimonial já informaria sobre esses itens. Isso implica a carência de informações geradas pela Corporação

e falta de conhecimento de custos.

Gráfico 20– Como o sistema de custos poderia ajudar na gestão das unidades operacionais ou administrativas?



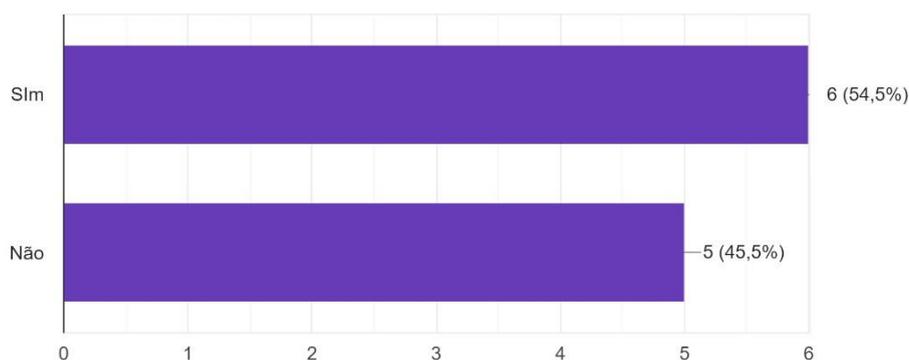
Fonte: Elaborado pelo autor.

O CBMPA tem a missão de realizar operações, que são dos mais variados tamanhos (pequena, média e grande) e dos mais variados tipos (balneárias, estrada, esportiva, natal, final de ano, veraneio, operações combate incêndio florestais etc.). Diante disso, foi levantado o questionamento, se as operações realizadas pela instituição são baseadas nas Informações de Custos, e 54,5% informaram que sim e 45,5% informaram que não.

Gráfico 21– As operações que o CBMPA são baseados nas informações de custos?

AS OPERAÇÕES QUE O CBMPA REALIZAR SÃO BASEADOS NAS INFORMAÇÕES DE CUSTOS

11 respostas



Fonte: Elaborado pelo autor.

Se o pesquisado informou que as operações eram baseadas em Informações Custos, quais informações? A pergunta anterior obteve seis respostas, que as Operações eram baseadas nas informações de Custos:

a) Logística.

b) Custo de diária, deslocamento e materiais mobilizados.

c) Acredito que são realizados levantamentos acerca de preços para posterior escolha do cliente que irá fornecer os produtos; ou serviços através de processo licitatório.

Logo, através da pesquisa, será realizada uma análise de custos. Além disso, no caso de empresas que fornecem produtos ou serviços como combustível, manutenção de viaturas, insumo de APH, acredito que sejam realizadas cotações mensais, visto que os valores de tais produtos/serviços podem sofrer variações de acordo com o comportamento do mercado financeiro.

d) Quantidade de dias, quantidade de militares etc.

e) Orçamentárias.

f) Atualmente, diante da realidade econômica do país, a empresa tem obrigação de encontrar maneiras de tornar suas ações cada vez mais eficientes, no entanto, para alcançar os objetivos, é necessário estar atento a todos os entraves possíveis, pois apenas uma análise de custos pode proporcionar um parâmetro a seguir.

As respostas têm relação com Custos, porém, as informações estão mais relacionadas ao levantamento de consumo de material (combustíveis, materiais etc.) e a relação custo de diárias por homem, menor preço no banco de dados. Essas são situações que a contabilidade pode oferecer, sem ter um sistema estruturante e análise de custos aprofundada.

O resultado do questionário é de grande importância, por criar um norte para a mudança cultural em relação à Contabilidade de Custos e Sistema de Informação de Custos. Muito porque a pesquisa foi direcionada a Diretorias que estão ligadas diretamente à gestão institucional da Corporação.

Muitos dos respondentes estão lotados no DF, setor que no qual está inserida a contabilidade da instituição. Isso leva a crer que a contabilidade que vigora no CBMPA ainda é a orçamentária e financeira e não existem procedimentos de custos na instituição.

5 PROPOSTA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NO CBMPA (SICBOM)

O Sistema de Informação de Custo tem como fundamento dinamizar e relacionar os sistemas tecnológicos com as diversas áreas institucionais e de conhecimento, fazendo com que os gestores tenham informações a todo o momento e de forma granulada, sistematizada e organizada. Que impactam positivamente nas ações pretendidas pela instituição. Nesse sentido, fundamenta-se a importância de um SIC no CBMPA.

O Sistema de Informação de Custos do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (Sicbom) obedece à estrutura organizacional da Corporação, como objeto de Custo de compartimentalização da informação, com o objetivo de trabalhar com Centro de Custos (CC), Grupos de Custo (GC) e Objeto de Custos (OB), que dependem de onde os gestores queiram extrair a informação. A estrutura organizacional do CBMPA se dispõe da seguinte forma: Órgão de Direção-Geral, órgão Setorial, Órgão de Execução e Órgão de Apoio.

O Órgão de Direção-Geral é a instância máxima da instituição, abaixo apenas do Comandante-Geral, em que estão consolidadas as informações gerenciais para a tomada de decisões, tendo como suporte os órgãos Setoriais, Execução e Apoio. Os órgãos Setoriais têm como atividade a parte administrativa da instituição; é a atividade meio, composta pelas diretorias [Diretoria de Finanças (DF), Diretoria de Apoio Logístico (Dal), Diretoria de Saúde (DF), Diretoria de Pessoal (DP) e Diretoria de Serviços Técnicos (DST)].

O Órgão de Execução agrega atividade finalística da Corporação, que se divide em dois grupos: Centro de Operações (Cop) e o Centro de Atividade Técnicas (Cat). A Unidade Bombeiro Militar (UBM) é subordinada ao Centro de Operações (Cop) e os Serviços de Atividades Técnicas (Sat) são ligados ao Centro de Atividades Técnicas (Cat) com relação às normas e procedimentos, e subordinada à UBM em que está inserida.

As UBM fazem o serviço propriamente da Corporação (combate a incêndios urbanos, florestais, resgate etc.) e os Sat atuam na aprovação de projetos de fiscalização de residencial, comercial e industrial referente a sistemas de incêndio.

Os Sat's são fundamentais na sua função de fiscalização e aprovação de Sistemas de Incêndios, se tornando ainda de mais relevância devido serem UBM's que geram numerários para a Corporação, através de taxas pagas de incêndios, aprovação de projetos, multas e juros mora que vão para o Fundo Especial Bombeiro (Febom), que são utilizados para os gastos institucionais, se tornando uma fonte orçamentária e financeira institucional.

O Órgão de Apoio é um agregado de UBM administrativas que dão suporte ao funcionamento da Corporação, pertencentes a três diretorias do Órgão Setoriais (DAL, DS,

DEI). Subordinada à Dal, temos o Centro de Suprimento e Manutenção de Viaturas e Materiais Operacionais (CSMV/Mop) e Almojarifado Geral (Almox. G)]; ligado à DEI [Centro de Formação e Aperfeiçoamento e Especialização (Cfae), escola de Formação de Oficiais (EFO)]; e a Policlínica Bombeiro (Polibom), que está dentro da estrutura da DS.

A separação institucional dessas seções de apoio ajuda a Corporação na separação entre as atividades-meio, que são as diretorias e as áreas de suporte, que são a manutenção VTR's e materiais operacionais, saúde e formação militar, e ao mesmo tempo faz parte da estrutura da diretoria a que estão vinculadas, que estão nos Órgãos Setoriais.

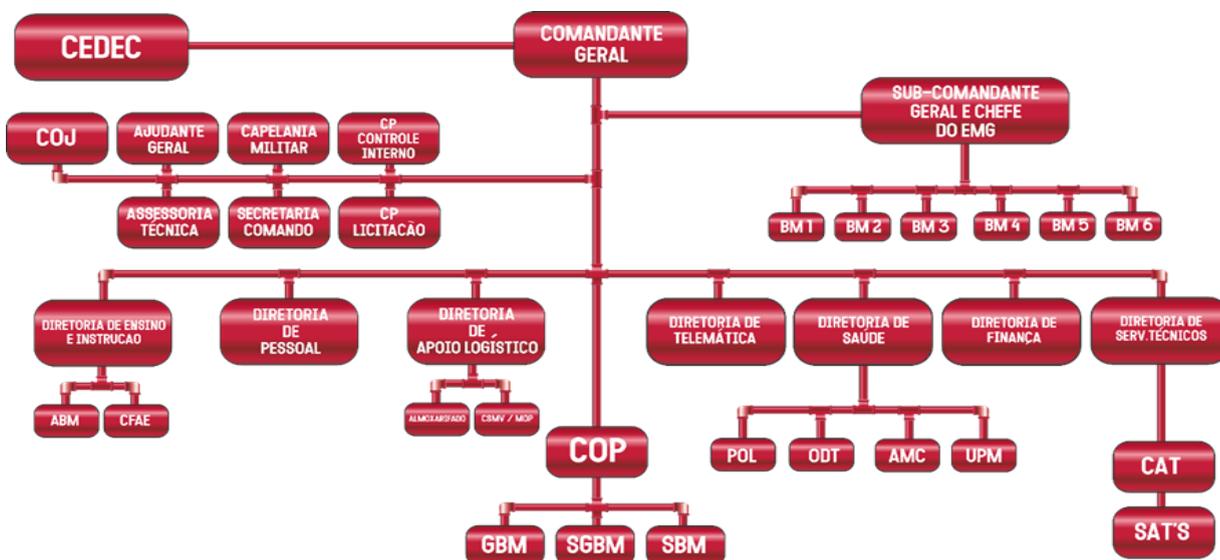
A proposta de um SIC no CBMPA tem como característica a proposta de Grupo de Custos (GC) e Centro de Custos (CC), em que o Grupo de Custos (GC) são os agregadores dos Centros de Custos (CC). Assim, o Sicbom utilizará a estrutura Organizacional e as Regiões Integradas de Segurança Pública (Risp) ou Regiões Integradas de Bombeiros (Rib) como estrutura.

A estrutura organizacional no Sicbom mensura os Custos das UBM, que será o menor nível de agregação de custos; logo, o centro de custo (CC), que é agregado nas Regionais (Risp ou Rib) que se torna o Grupo de Custos (GC), e a soma de todos os Custos de todas as Rib é o CC em relação ao COP, que se torna o Grupo de Custos (GC). O intuito do Sicbom é mensurar desde as UBM's, e cada regional (Risp), em que estão inseridas as UBM's, criando a granulação das informações, que significa os dados conforme a necessidade e objetivos e grau de autoridade na gestão. Isso possibilita uma série de comparativos de UBM com UBM, e de regionais e as peculiaridades regionais de cada região, o que influencia no serviço dos Bombeiros nas regiões de integração.

Separar os Custos Administrativos dos operacionais e de apoio, qualificando e quantificando os Custos administrativos no órgão setorial, acumulará todos os Custos das Diretorias. Custos que têm a separação em Órgão de Apoio, que são UBM ligados a diretorias, mas que têm funcionalidades diferentes das administrativas, mas nada impede que quando se avalie uma diretoria que tem alguma UBM no órgão de Apoio que seja avaliada na sua Diretoria de origem, como exemplo a DAL, que podemos avaliar só a parte administrativa que faz parte do Órgão Setorial, como a parte como Órgão de Apoio, com o Almojarifado Geral e CSMV/Mop, ou todo seu Custo, que agrega a parte administrativa e de apoio.

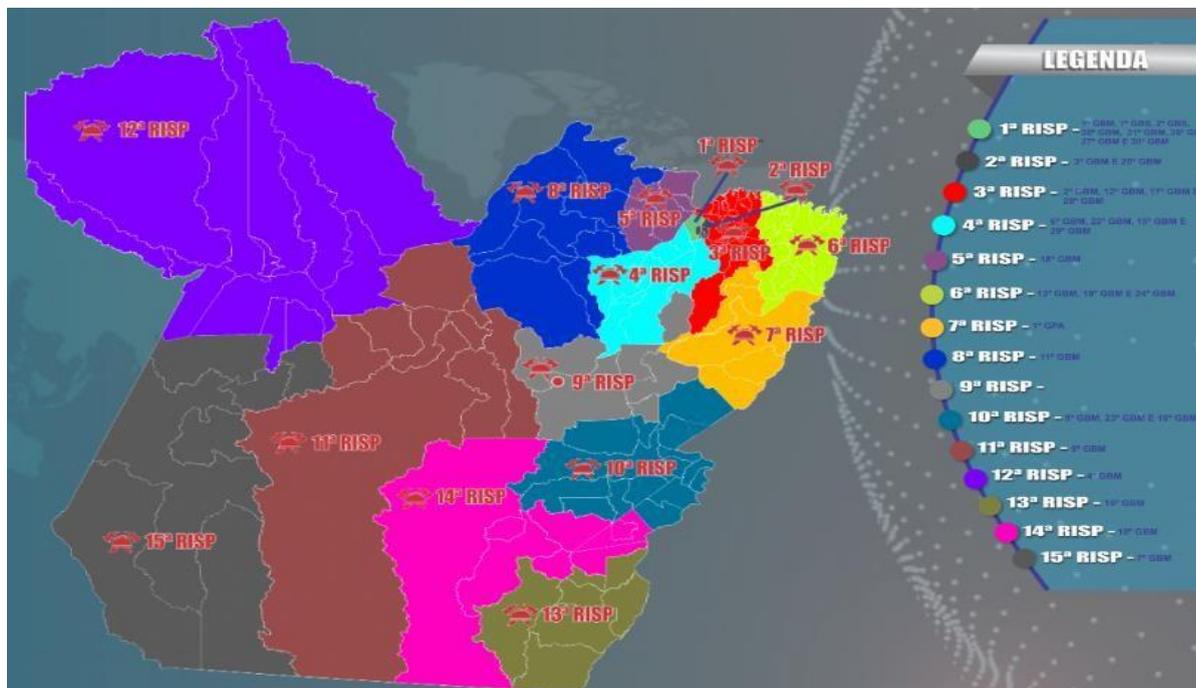
O Sicbom, é a junção da estrutura organizacional com as Regiões integradas:

Organograma 5– Estrutura organizacional



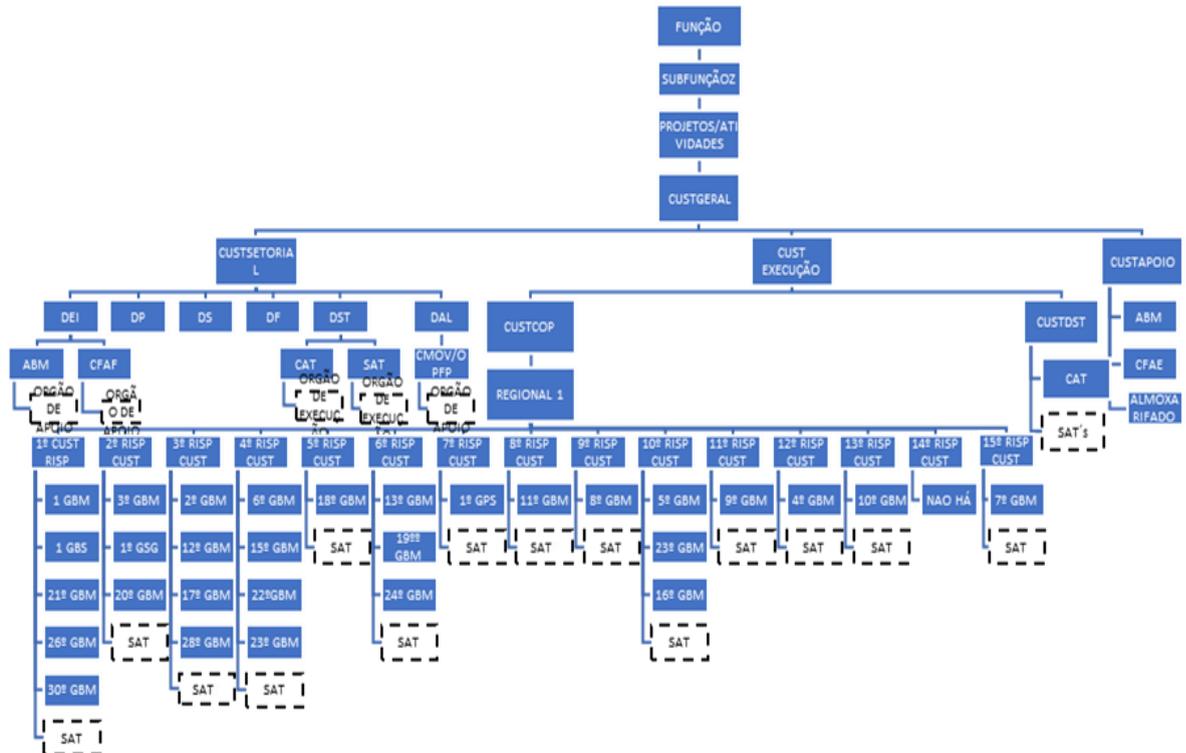
Fonte: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2020).

Figura 16 – Regiões integradas de segurança pública



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2020).

Figura 17 – Sistema de informação de custos do CBMPA (SICBOM)



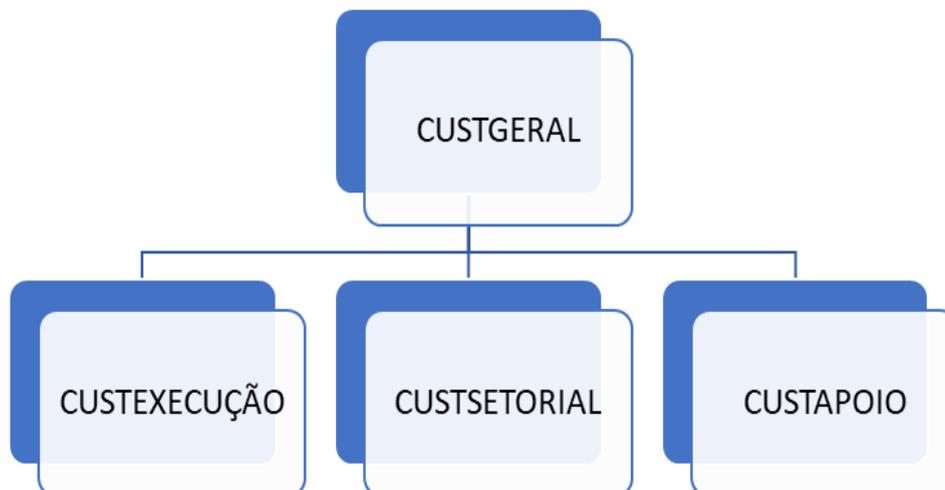
Fonte: Elaborado pelo autor.

A finalidade do SIC é orientar o CBMPA sobre os diversos procedimentos para apropriação dos custos, com o objetivo de alcançar as informações necessárias para uma gestão gerencial. A abrangência SIC tem como finalidade ser aplicada em toda a estrutura organizacional do CBMPA, e os objetivos da apropriação de custos no CBMPA são:

1) O SIC no CBMPA tem o objetivo de mensurar os Custos das Unidades dos bombeiros, porém seguindo a organização básica do CBMPA, a lei 5.731, que estabelece a estrutura organizacional da Corporação em quatro funções: Direção-Geral, Direção Setorial, de apoio e de Execução. Busca-se alinhar a estrutura organizacional com a estrutura de custos, para se ter a dimensão dos custos dentro de cada órgão e suas atribuições.

a) O órgão de direção-geral é composto pelo Comandante Geral, Estado Maior Geral e Coordenadoria de Defesa Civil, e o SIC será a estrutura máxima de acumulação de Custos e expressará o Custo Geral da Corporação, e a união dos Custos dos três órgãos compõe: Órgão Setorial, Órgão de Apoio e Órgão de execução.

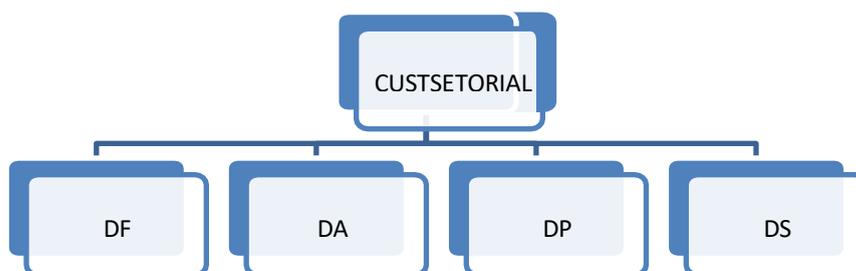
Figura 18 – O SICBOM, custo consolidado dos órgãos



Fonte: Elaborado pelo autor.

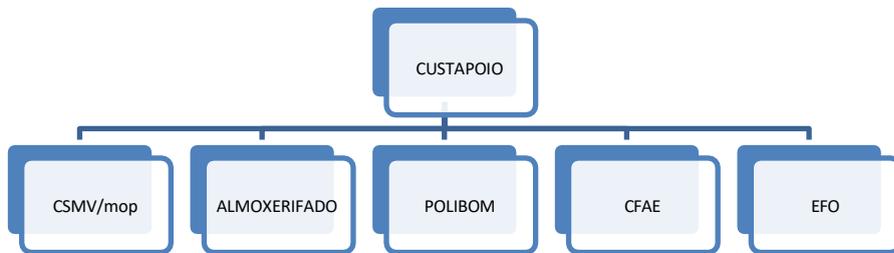
2) Os Órgãos de Direção Setorial são compostos pela estrutura administrativa da instituição, dividida em: Diretoria de Finanças (DF), Diretoria de Apoio Logístico (DAL), Diretoria de Ensino Instrução (DEI), Diretoria de Saúde (DS) e Diretoria de Serviços Técnicos (DST). Isso dá a capacidade de separar os custos das atividades-meio das atividades-fim, que são os Grupamentos de Bombeiros espalhados pelo Estado do Pará e as seções de Atividades Técnicas (Sat's).

Figura 19 – SICBOM, Custo Setorial



Fonte: Elaborado pelo autor.

3) Os órgãos de Apoio são estruturas que têm a função diversa e estão ligados a diferentes órgãos Setoriais, tendo a função de dar sustento à Corporação com: a manutenção das VTR's e dos materiais operacionais, capacitar e especializar os bombeiros, serviços médicos e a responsabilidade de estocagem e distribuição de materiais.

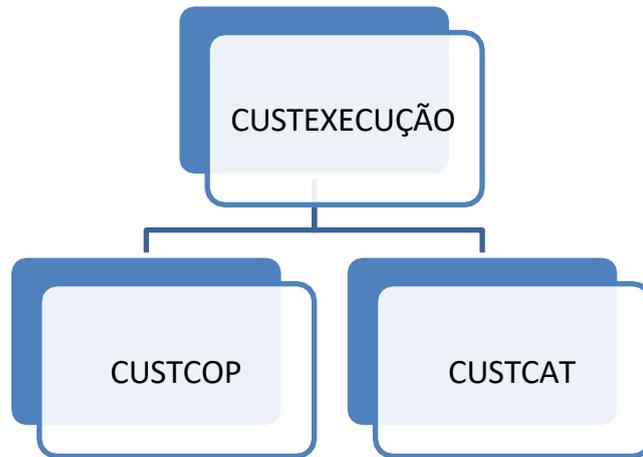
Figura 20 – SICBOM, Custo de Apoio

Fonte: Elaborado pelo autor.

A formação e a especialização são compostas pelas escolas de formação de praças Centro Formação e especialização (Cfae) e dos Oficiais da Escola de Formação de Oficiais (EFO). As escolas de formação estão subordinadas ao Órgão Setorial Diretoria de Ensino e Instrução (Dei).

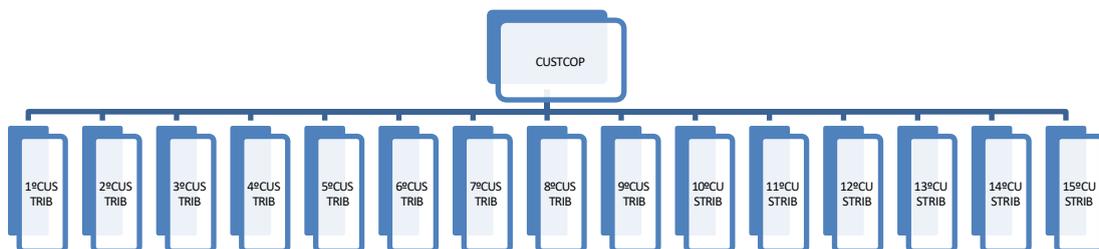
A manutenção das VTR's e dos materiais operacionais é feita pelo Centro de Suprimento e Manutenção de Viaturas Operacionais (CSMV/Mop), e a estocagem e distribuição de materiais é de responsabilidade do Almojarifado. Tanto o Cmov/Mop e o Almojarifado estão subordinados ao Órgão Setorial DAL, e a parte de saúde (médica, odontológica e psicológica) está ligada ao Órgão Setorial Diretoria de Saúde.

Os órgãos de Execução, compostos pelas Unidades de Bombeiros Militares (UBM), Centro de Operações de Bombeiros Militar (Copom), hoje Cop (Centro de Operações), e o Cat e as Seções de serviços Técnicos (Sat's) estão subordinados à DST. Como o Cop coordena as ações operacionais da Corporação no Estado, as UBM estarão subordinadas ao Cop na mensuração dos custos, e o Cat e os Sat's subordinam-se à DST.

Figura 21 – SICBOM, Custo Execução consolidado

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Entretanto, as UBM's operacionais e os SAT's estão subordinados às rip ou Risp, que será CC em relação ao Cop. O objetivo é ter a mensuração regional de Custo de cada região, podendo com isso levantar indicadores gerais a todas as regiões, e também indicadores específicos para as peculiaridades regionais.

Figura 22 – SICBOM, Custo do COP consolidado pelas RIB

Fonte: Elaborado pelo autor.

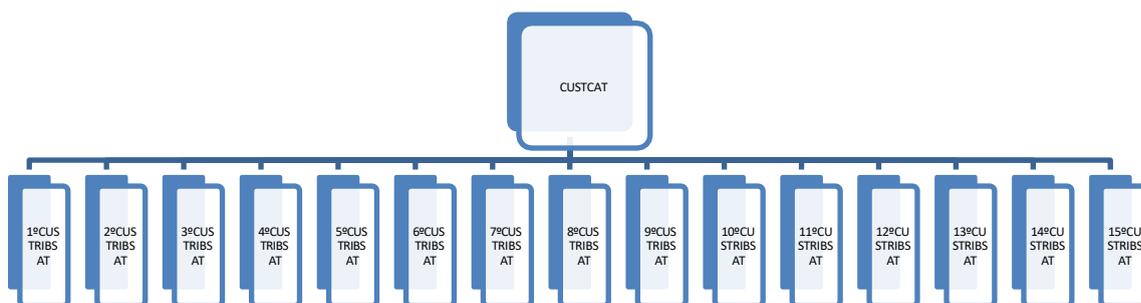
O Custcat [Grupo de Custos (GC)] é o agregador de todas as Custrisat's [Centros de Custos (CC)] em relação ao Custcat. O Custcat tem a função de consolidar os custos de todas as regionais, que são as Custrisat, que consolidam todos os custos das Custumbsat.

A estrutura de prevenção, fiscalização, autorização e atuação ligada às estruturas de incêndios, transformou-se em fonte orçamentária e financeira com a criação do Fundo Especial de Bombeiro (Febom).

Com essas atividades, o CBMPA permite gerar receitas para financiar suas ações com compras materiais e desenvolvimento pessoal, além de fazer um papel fundamental de prevenir e estruturar os estabelecimentos contra sinistros. Fundamenta-se o Custcat(GC),

Custrisat (CC) com o intuito de ter parâmetros regionais com suas singularidades, e propiciar indicadores regionais.

Figura 23 – SUCBPM, Custo CAT consolidado pelas RIB SAT’s



Fonte: Elaborado pelo autor.

As regionais serão os GC em relação às UBM e SAT’s, e a intenção é avaliar as UBM’s dentro das suas regionais, para gerar dados regionais e individuais das UBM’s podendo fazer comparativos da atuação de ocorrências e seus custos produzidos. Para ilustrar, a título de exemplo, foi pego a 4ª Risp, e as unidades que compõem essa regional.

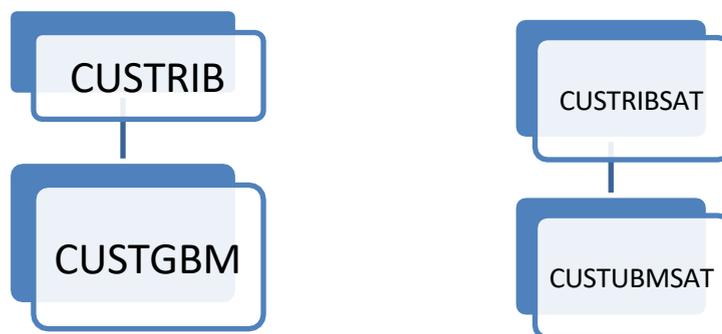
Figura 24 – 7ª região integrada da RISO

Resource Management, Cost Information System, Amazonian Sustainability, Systemic Accounting Analysis, Public Policy Planning



Fonte: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (2020).

Figura 25 – SICBOM, Regionais consolidadas pelas UBM/SAT's



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1 As Terminologias são termos importantes para a compreensão do SIC

a) Atividade de Governo: são as ações de Estado, direcionadas para a produção dos serviços do CBMPA, que consomem os recursos orçamentários – financeiros que estão dispostos na LOA.

b) Atividade de custeio: são as atividades cotidianas desenvolvidas pela instituição que contribuem para aquisição de um bem ou serviço.

c) Gasto: é a compra de serviço ou bem adquirido que gera um sacrifício financeiro para a instituição.

d) Custos: são os gastos que são utilizados na produção de bens ou serviços.

e) Despesa Pública: são os dispêndios do Estado oferecidos para a execução das atividades públicas.

f) Investimento: é o gasto que vai para o Ativo, em função do seu benefício de sua vida útil.

g) Grupo de Custos (CG): é a integração dos Centros de Custos para se atingir o objetivo e está vinculado a um projeto ou atividade. O GC demonstra as macroatividades das instituições.

h) Centro de Custos (CC): é a menor unidade de aglomeração, tanto diretos como indiretos, de recursos humanos, serviços, materiais e patrimoniais conforme o objetivo que se deseja mensurar. Representa uma unidade administrativa.

i) Custo Direto: é o custo identificado diretamente como o produto e serviço.

j) Custo Indireto: é o custo que não está identificado diretamente com o produto ou serviço, pois para ser alocado ao produto ou serviço, precisa ser alocado através de rateio.

k) Objeto de Custo: É como se identifica o item que tem na estratégia da gestão

importância fundamental, que podem ser: atividade, produtos, serviços, programas (projeto, atividade, ação), as unidades organizacionais etc.

l) Custrib: custo da Região Integrada Bombeiro.

m) Sicbom: sistema de Informação de Custos do Corpo de Bombeiros do Pará.

n) Granularidade: sistema que seja capaz de efetuar dados em distintas esferas de detalhamento, conforme a criação de diferentes relatórios, porém sempre buscando não perder a característica da comparabilidade.

o) Custrib: custo da Região de Integração Bombeiro.

p) Custgeral: custo agregado do Custsetorial, Custexecução e Custapoio.

q) Custsetorial: é o custo administrativo da Corporação que engloba todas as diretorias.

r) Custexecução: é o custo total de todas UBM's e dos Sat's, que são parte da Corporação que fazem o serviço finalístico a população.

s) Custapoio: é o custo dos agregados das UBM's que tem a finalidade de suporte às diretorias e as UBM's.

t) Custcop: é o total dos custos de todas as Custrib.

u) Custrib: é o custo das UBM's que estão na Região de Integração de Bombeiros.

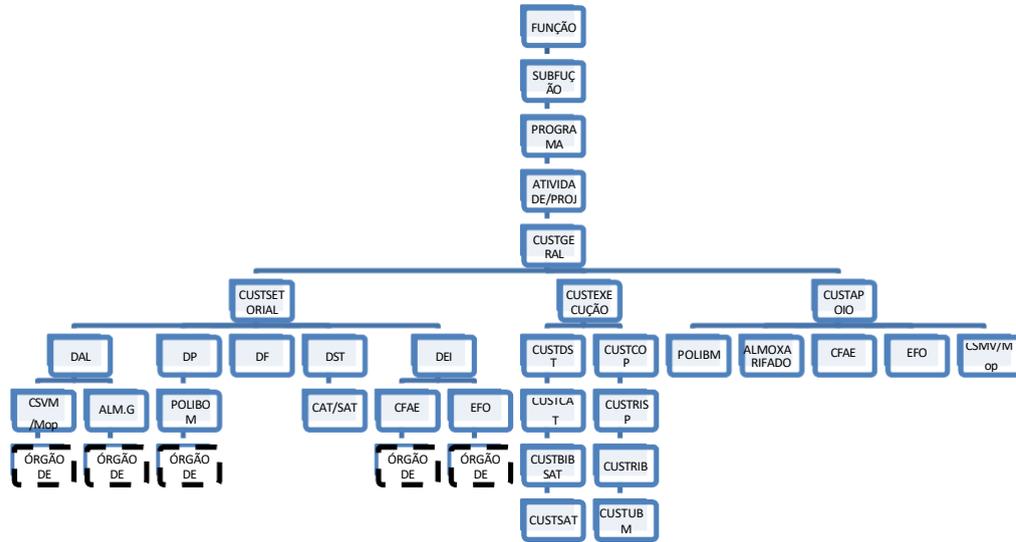
v) Custribsat: é o Custo das UBM's/SAT's que estão na Região de Integração de Bombeiros.

w) Custdst: é o somatório de todos os Custos todas as Custrib/Sat.

x) Custbmsat: são os custos da UBM Sat.

y) Custgbm: são os Custos do Grupamento dos Bombeiros.

Figura 26 – Ciclo Orçamentário/Financeiro do SICBOM



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 20 – Características dos Órgãos do CBMPA

CENTRO DE CUSTO DE EXECUÇÃO	CENTRO DE CUSTO DE APOIO	CENTRO DE CUSTO SETORIAIS
Centro de custos cujos gastos (pessoal, materiais e patrimonial) contribuem para a produção de serviços e bens de um projeto ou atividade de um programa de governo nas UBM'S.	Abrange os centros de custos (pessoal, material e patrimonial) que auxiliam para a manutenção de VIATURA e materiais operacionais e com a formação dos militares.	Abrange os centros de custos (pessoal, material e patrimonial) que envolvem as diretorias que realizam os serviços administrativos do CBMPA.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2 Classificação dos Grupos de Custos (GC) e Centros de Custos (CC)

a) Centros de Custos e Grupos de Custos dos Órgãos de execução: As UBM's e os SAT's são Centros de Custos em relação às Risp's e Risp's Sat, que são os Grupos de Custos, e as Risp's e Risp,s Sat são Centro de Custos em relação ao Cop e a DST (que são os Centros de Custos), Cop e a DST são Centros de Custos com relação aos Órgãos de Execução (Grupo de Custo) e os Órgãos de Execução é o Centro de Custos em Relação aos órgãos de Direção-Geral.

b) Centro de Custos e Grupo de Custos dos Órgãos de Direção Setorial: Dei, DP, DS, DF, DST e Dal são Centros de Custos em relação aos Órgãos de Direção Setorial que é o Grupo de Custos, sendo que o Órgão de direção Setorial é Centro de Custo em relação ao Órgão de direção-geral.

Uma observação é que Dei tem dois CC, que são ABM e o Cfae, que fazem parte dos órgãos de Apoio, assim como DST, que tem o CC o Cat, que o CG dos sat., e que fazem parte dos Órgãos de Execução e a Dal que tem o CC o Cmov/oper, que faz parte do Órgão de Apoio. Dependendo da análise de Custos, podemos usar só as Diretorias, que são os Custos Administrativos do CBMPA. Caso queiramos mensurar os Custos gerais atrelados a cada Diretoria, utilizaremos os seu CC de custos, que estão vinculados às Diretorias, mesmo pertencendo a outro Órgão, para uma análise mais analítica de cada Diretoria.

c) Centro de Custos e Grupo de Custos dos Órgãos de Direção de Apoio: o Cfae, a Efo e o CMov/oper São CC do Órgão de Apoio (GC), sendo o que Órgão de Apoio é CC em Relação ao Órgão de Direção-Geral (GC).

5.3 Objeto de custo, sistema de acumulação de custos, sistema de custeio e método de custeio no CBMPA

a) O objeto de Custo adotado foram as unidades administrativas, que são as UBM's da Corporação, com intuito de ter Custo em cada uma, e podemos analisar os seus custos em cada município e nas suas regionais, facilitando a tomada de decisão gerencial. Além de separar os custos das atividades operacionais, de apoio e administrativa.

b) Sistema de Acumulação: o Sistema de Acumulação será por Processos, nos quais os serviços públicos são efetuados de forma constante e os Custos são reunidos regularmente nas unidades organizacionais.

c) Sistema de custeio: e utilizado o método Histórico, que expressa os custos incorridos no momento em valores correntes, e o custeio estimado é fundamentado em métodos quantitativos, com intuito de proporcionar a execução de informações de custos para o gerenciamento da gestão.

d) Método de Custeio: é o Custeio Direto, que é aquele que apropria aos objetos de Custos os custos variáveis e fixos, desde que possam ser identificáveis.

As fontes dos Dados para o reconhecimento dos elementos de Custos é a Natureza de Despesa Detalhada, que está diretamente ligada aos recursos da execução orçamentária, e para os Custos das Despesas Extraorçamentárias são utilizados o movimento líquido de contas contábeis, que será fornecida pelo no SIAFI, e os sistemas estruturantes que serão anexados a ele.

O menor elemento agregador de Custo (CC) são as UBM, e estão vinculadas às suas regionais (Ribcusto), que são os Grupos de Custos (GC) em relação às UBM (CC), e as

regionais são (CC) com relação Cop (GC), que é a reunião de todas as regionais, e fornecerá o custos de todas as UBM operacionais, regionais consolidadas (GC) Cop.

Destaca-se que há a possibilidade de se verificar os itens de custos para cada órgão, diretoria, regional e UBM, e sua mensuração, podendo-se comparar os custos dos órgãos, regiões integradas e UBM's, conforme o organograma dos Custos.

Organograma 6— Organograma da organização de custos

COMANDANTE GERAL																
CUST GERAL																
C U S T S E T O R I A L	D E I	CFAE			C U S T A P O I O	C F A E	C U S T E X E C U Ç ÃO	C U S T C O P	1 CUST RIB	1 GBM						
		EFO								1 GBS						
	D P									21 GBM						
										26 GBM						
	D F									30 GBM						
									3 GBM							
	D S	POLIBOM							2 CUST RIB	EFO				1 GSE		
		ALMOXARIFADO												20 GBM		
	D A L	CSMV/OPER							3 CUST RIB					26 GBM		
														12 GBM		
	D I R E T O R I A L	C U S T C A T	1 CUST RIB	1 SAT					EFO	A L M O X A R				4 CUST RIB	6 GBM	
				21 SAT											2 CUST RIB	3 SAT
26 SAT				20 SAT	15 GBM											
30 SAT				26 SAT	22 GBM											
12 SAT			28 SAT	29 GBM												
3 CUST RIB			17 SAT	4 CUST RIB	6 SAT	I F A D O										13 GBM
			28 SAT		5 CUST RIB											
4 CUST RIB			15 SAT	6 CUST RIB		13 SAT										
			22 SAT		7 CUST RIB	19 SAT										
29 SAT			24 SAT	8 CUST RIB		1 GPA SAT										
5 CUST RIB			15 SAT		8 CUS RIB	11 SAT										
			6 CUST RIB	13 SAT		9 CUST RIB	8 SAT									
19 SAT	10 CUST RIB	5 SAT		10 CUST RIB	23 GBM											
24 SAT		7 CUST RIB	23 SAT			11 CUST RIB	9 GBM									
1 GPA SAT	8 CUS RIB		11 SAT	11 CUST RIB	9 GBM											
		9 CUST RIB	8 SAT			12 CUST RIB	4 GBM									
10 CUST RIB	5 SAT		12 CUST RIB	4 GBM												
	23 SAT	C S M														
16 SAT																
9 SAT																

		12 CUST RUB	4 SAT	V/O PER		13 CUST RIB	10 GBM
		13 CUST RIB	10 SAT			14 CUST RIB	NÃO HÁ
		14 CUST RIB	NÃO HÁ			15 CUST RIB	7 GBM
		15 CUST RIB	7 SAT				

Fonte: Elaborado pelo autor, baseado no manual do portal de custos do governo federal (2019).

O objetivo é obter a mensuração dos Custos nas UBM's, para buscar uma gestão de qualidade dos gastos públicos, com a certeza de que os tributos pagos pela sociedade estão sendo geridos de forma apropriada, e sendo transformados em recursos de serviços prestados à população.

Figura 27 – Atividades desempenhadas nas UBM's



Fonte: Pará, plano estratégico (2022 - 2023, 2022).

Quadro 21– Serviços e descrição dos serviços mensurados nas UBM's

SERVIÇO	DESCRIÇÃO
Consumo de água	consumo de água nas UBM's
Serviço Administrativo	Serviço dos voluntários civis, técnicos e operacional
Rancho	Serviços de alimentação copa e cozinha
Custos controláveis	Suprimentos de fundos e gastos controláveis pelo gestor
Serviços de terceiros	Serviços prestados por pessoa jurídica e física
Serviços prediais	Serviços de manutenção, locação, condomínios
Diárias	Pagamento de diárias e hospedagem
Doação de bens	Bens doados por outras instituições
Encargos tributários	São os tributos de obrigação do CBMPA
Consumo de energia	Consumo de energia nas UBM's
Materiais de Consumo	Materiais de consumo de imediato e de estoque
NC Benefícios previdenciários	Aposentadoria e outros auxílios
NC Demais custos não controláveis	Custos que o gestor não pode influenciar, sobre o consumo de recursos, tanto qualitativamente, como quantitativamente
NC (Depreciação, exaustão e amortização)	É o lançamento de decréscimos de um contrato ou bem durante o período contábil

Passagens	Passagens para palestras ou serviços operacionais
Pessoal Ativo	Custo do pessoal do CBMPA UBM, RIB)
Serviço de Saúde	Serviços hospitalares, odontológicos etc.
Serviços tecnológicos	Serviços referentes a tecnologias
Telefonias	Custos de telefonia moveis e fixas
Serviços extraordinários	Serviços de jornadas extras dos militares
Combustíveis	Consumo de combustíveis pelas UBM's, RIB
VTR's	Viaturas operacionais e administrativa (UBM's)
Materiais operacionais	Todos materiais empregados nas missões

Fonte: Elaborada pelo autor, baseado no manual do portal de custos do governo federal.

6 MODELO SISTÊMICO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CBMPA (SICBOM)

O presente estudo tem como fundamento a lógica das interações entre o sistema e o ambiente de Luhmann, e apesar de estar fechado operacionalmente, não está à mercê do ambiente. Por causa dele, porém, só há sistema uma vez que há ambiente. Mesmo o sistema estando operacionalmente fechado, as relações entre o sistema e o ambiente se dão pelas irritações causadas pelo ambiente no sistema “acoplamento estrutural”, porque o sistema faz suas operações para reduzir a complexidade do ambiente externo (Da Silva, 2016).

Para Luhmann, os sistemas são estruturas mutáveis, confrontadas pelo ambiente externo com inúmeras possibilidades de interações, e cada interação de possibilidade gera outras possibilidades, podendo causar desordem ao sistema, e para enfrentar o ambiente os sistemas se transformam internamente. Para diminuir a complexidade gerada pelo ambiente, o sistema ao mesmo tempo que diminui a complexidade externa, aumenta a sua internamente, podendo fazer sua autodiferença dentro de si, e dentro do aumento das possibilidades, a complexidade pode evoluir para além do limite tolerado do sistema, movimento para outra forma de diferenciação (De Moraes, 2004).

Gráfico 22– Sistemas



Fonte: Luhmann, Sistema Sociais. Esboço de uma teoria geral (1998, p. 17).

Essas diferenciações entre sistemas e ambientes são relativas, dependem do observador e de seu ponto de referência, pois o que pode ser sistema para um, pode ser ambiente para outro, e não há uma relação de superioridade entre essa relação, pois são dependentes um do outro, e não existe um sem o outro (Coletti, 2012).

Dentro da perspectiva do sistema, existe a comunicação, que é a expressão social e

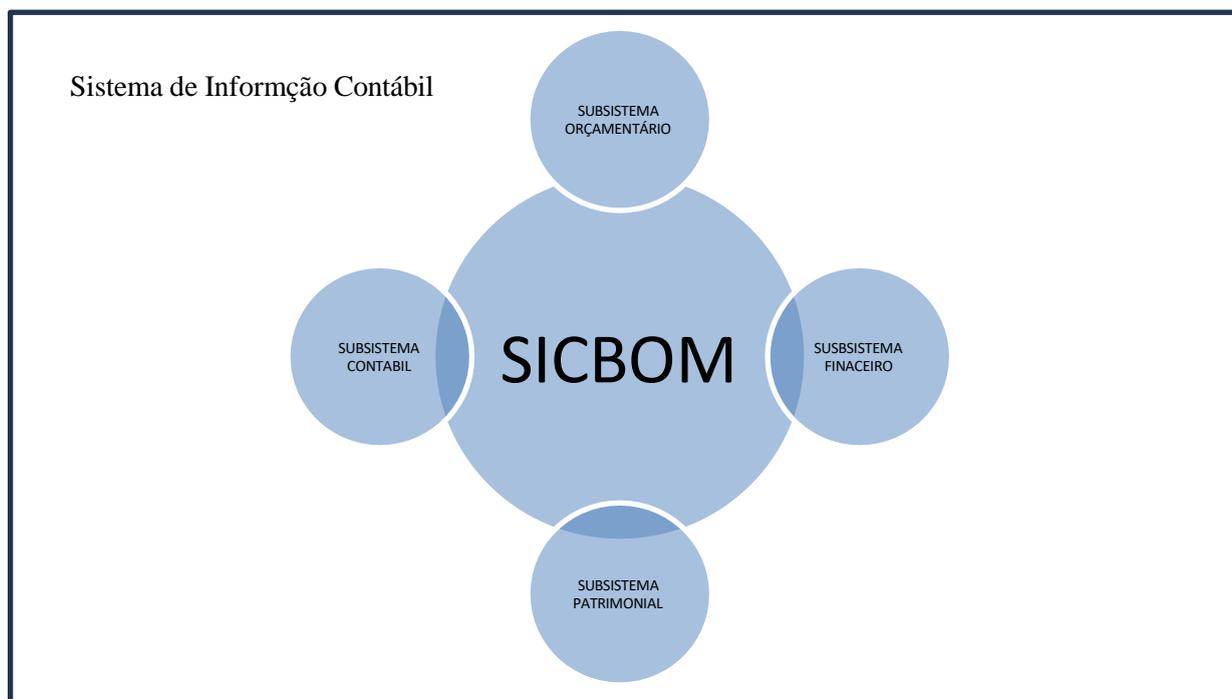
autopoiética, que significa que ela pode mudar a si mesma através de si mesma. A comunicação é circular, e não há sociedade sem comunicação e comunicação sem sociedade. Logo, o objetivo da comunicação é conceber distinções que podem ser introduzidas em próximas comunicações, organizando e consolidando as fronteiras do sistema (Bechmann, 2001).

Logo, o Sistema de Informação de Custos no CBMPA surgiu dos ruídos (incêndios florestais, desastres ambientais) do Sistema Amazônico (ambiente) que através das comunicações sociais (a sociedade) que interferem no sistema do CBMPA, que para maximizar suas ações e diminuir a complexidade do Sistema, se autorreferência, para aprender nele mesmo, delimitando a fronteira do sistema (CBMPA). O surgimento do Corpo de Bombeiros ocorreu através de uma desordem na comunicação entre a Polícia Militar e a Marinha do Brasil, que não conseguiram diminuir os ruídos no Sistema Amazônico, fazendo surgir uma estrutura que diminuísse os ruídos e a complexidade do sistema, com uma instituição direcionada a esse tipo de ruído que incomodava o sistema amazônico.

Para Elias (2018), o Sic para o setor público está dentro do sistema político-administrativo da gestão pública, e na maioria das vezes conectado às Secretarias de Planejamento, Orçamento e Finanças, pela interação contábil que existe, e que subsidia a gestão.

Trazendo essa lógica para o CBMPA, baseado em Elias (2018), o Sistema de Informação Contábil é o Sistema que gera Subsistemas Orçamentários, Patrimoniais, de Controle e Custos. A teoria sistêmica de Luhmann trabalha com a circularidade, que a todo momento de complexidade forma vários procedimentos para harmonizar as expectativas, sendo que esta é formada por múltiplos sistemas e subsistemas (De Almeida *et al.*, 2018).

Logo, o SIC, no CBMPA se dá através da comunicação do Sistema Contábil, que gera as informações dos subsistemas contábeis, de finanças, orçamentárias e patrimoniais, que são transformadas através da comunicação no subsistema de custos, pois a circularidade das comunicações alimenta cada subsistema do Sistema de Informação Contábil.

Gráfico 23– Sistema de informação contábil

Fonte: Elaborado pelo autor.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação é a importância da implantação do Sistema de Informação de Custos no CBMPA, como um instrumento de melhoria, avaliação e transparência, buscando mensurar programas, projetos, atividades em cada UBM e suas regionais, assim como a separação dos custos em atividades administrativas, apoio e finalística.

Para esse propósito, é necessário entendermos a Amazônia como um sistema e como ambiente do sistema CBMPA. O sistema amazônico tem uma relação econômica baseada na maioria das vezes na exploração e degradação internacional, nacional e regional, e o próprio surgimento do CBMPA ocorreu devido ao desenvolvimento da cidade de Belém no primeiro ciclo da borracha. Essa interação continua até os momentos atuais, com outras fontes de exploração como: minérios, madeiras, agropecuária etc.; e cada vez mais foram adentrando na Amazônia. Como consequência, a Corporação foi adicionando outras funcionalidades, e indo ao encontro das cidades surgidas da exploração da riqueza amazônica.

A riqueza amazônica e a sua exploração impactam diretamente, ou indiretamente, os serviços da instituição, pois a sua missão é conter os desastres e minimizar os danos causados à vida e ao patrimônio. Para Luhmann, a complexidade dos ruídos de comunicação tem que ser diminuída, aumentando sua complexidade interna, e essa complexidade interna se dará com a integração do Sic como subsistema do sistema de informação contábil, que se integra na relação dos subsistemas orçamentários, financeiros e contábeis da Corporação.

Para tanto, algumas barreiras existem, como a falta de cultura de custos na Corporação, que podem ser observadas em dois momentos. O primeiro, na avaliação das matrizes curriculares dos cursos de formações e especializações de praças e de oficiais, visto que os conteúdos apresentados estão longe dos conhecimentos necessários para um gestor público com relação à administração pública (orçamentária, financeira e contábil), e mesmo os currículos dos oficiais que têm a função de chefia e gestão.

São currículos voltados para área finalística de atuação da instituição, que impactam diretamente na gestão da instituição, com relação às áreas sensíveis (planejamento, contabilidade, finanças e orçamento). A área contábil sofre um grande impacto na forma como está sendo gerido a Instituição, pois a falta de cultura contábil gera a falta da cultura de custos; como resultado, a inexistência do sistema de informação de custos, que impacta nas informações gerenciais.

Nas grades curriculares, além de quase não haver disciplinas ligadas às áreas contábeis,

orçamentárias e financeiras, não há nenhuma referência à contabilidade de custos, gestão de custos ou Sistema de informação de custos.

O segundo ponto é com relação à pesquisa estruturada, que foi direcionada às Diretorias, que têm a função de gestão administrativa e educacional (formação e especialização), a qual foi dividida em cinco tópicos: perfil geral dos respondentes; implantação do Sic; processo decisório; os desafios enfrentados para implantação do SIC; e Sistema de Custos e a sustentabilidade.

No perfil geral, a maioria dos respondentes trabalha na Dei e DF, e juntos são 73,3%; e 86,6% são praças. Analisando, juntamente com a formação curricular dos praças, verificamos que a grade curricular não está adequada a essas funções institucionais. Sendo que: 46,7% trabalham na execução das diretorias; 33,3% assessoria; e 13,3% chefia. O ponto positivo fica por conta de que 86,7% são efetivos, possibilitando investimentos em qualificações para suprir deficiências nessas áreas, que corrobora com grau de instrução individual, em que 64,3% têm o nível superior.

Uma questão sensível para os servidores que trabalham nessas áreas é a dupla jornada de trabalho, que pode influenciar na qualidade dos serviços e na capacitação, pois: 85,7% exercem as funções administrativas e operacionais da Corporação, em áreas que precisam de um alto grau de qualificação e constante aperfeiçoamento; 53,3% atua na área administrativo-financeira; 20%, planejamento; 13,3%, contabilidade; 20%, orçamento, com alguns servidores fazendo mais de uma função.

A situação levantada pelas grades curriculares é corroborada pela pergunta: qual o conhecimento na área contábil, financeira e orçamentária? Nenhum dos respondentes tem um conhecimento excelente; 13,3%, bom, 26,7%; médio, 46,7%; pouco, 13,3%. Essa é uma situação preocupante para o sistema de gestão institucional, pois as áreas mais importantes para o funcionamento administrativo que planejam, gastam, investem e controlam as contas não têm pessoal qualificado o suficiente, que provavelmente está afetando a eficiência, eficácia e economicidade institucional.

Na segunda parte do questionário, buscaram-se informações sobre a implantação do Sic, levantando informações se há setor de informação de custos, qual, como são levantadas as informações, desde quando, e se atende todos os departamentos, onde está alocado e se utiliza algum sistema de avaliação de custos.

Para 63,6%, existe um setor de custos e 36,4% informaram que não; entretanto, o respondente não tem uma consolidação da resposta com relação quando foi implantado o sic, a resposta que teve maior percentagem com 30% é que não há sistema de custos. Com relação

aos custos, se atingem todos os setores do CBMPA, 40% acham que sim, 40% parcialmente e 20% acham não atende. Quanto ao departamento que é alocado: 44,4% vai para o planejamento; 33,3%, compras; 22,2%, execução orçamentária; 11,1% desconhecem; e 0,0% contabilidade. E apenas 36,4% utilizam algum sistema de avaliação de custos.

Este tópico demonstra que há levantamentos de custos parciais, em alguns setores, mas que está longe de ser uma análise-custo consolidada na análise dos dados. Verificou-se que tem um respondente da seção de contabilidade, e que não são levantadas informações de custos nesse setor, que é o principal setor na consolidação e levantamento de custos; portanto, as informações levantadas são orçamentárias, financeira e patrimoniais, e sem um SIC de análise da gestão gerencial.

A terceira parte do questionário está relacionada ao processo decisório. Para 60%, são emitidos relatórios de custos para o processo decisório, e as informações utilizadas são: orçamentárias, 63,3%; financeiras, 36,4%; administrativas, 18,2%; patrimoniais, 9,1%; custos, 27,3%; e não tenho informação, 27,3%. Isso demonstra que os custos não são utilizados para gerir informações gerenciais para a tomada de decisão, pois a maioria das informações usadas são orçamentárias e financeiras, e a grande possibilidade das informações de custos utilizadas é referente ao setor compras, ligado ao sistema Simas, em que se identificam os custos unitários de serviços e bens e o Siafi com as informações orçamentárias e financeiras.

Os pesquisados responderam como as informações de custos podem auxiliar o gestor no CBMPA: 63,6% com eficiência na gestão dos bens; 36,4% com redução dos preços de bens; 36,4% melhorar o planejamento e melhorar a gestão interna do CBMPA. No geral, todas as respostas estão relacionadas aos custos e como podem auxiliar na gestão, então os respondentes poderiam marcar todas ou nenhuma, ficando, no geral, as respostas percentagens muito abaixo do esperado, que constata informações limitadas de custos.

E como os dados de custos fornecidos para a tomadas de decisões permitem analisar os custos, tem-se: na opinião de 45,5%, analisar os custos das atividades; 45,5%, serviços; 45,5%, contratos; 36,4%, programas; 36%, custos das funções das unidades, departamentos ou setores; 18,2%, custos dos projetos; e 18,2%, das funções de governo. No geral, o percentual das respostas poderia ser melhor, evidenciando análises separadas de informações de custos pelas diretorias, ainda ligadas ao orçamento e às compras.

Na quarta seção do questionário, questiona-se sobre os desafios enfrentados para a implantação do Sic no CBMPA. Foram oferecidas quatro respostas livres para escolher, podendo escolher, ou não, quantas quisessem, então: 70%, o sistema de responsabilização dos gestores não é ligado ao ciclo básico de gestão; 30%, o sistema de pessoal é desqualificado;

30%, captura de dados ineficientes; e 10%, sistema de gestão ineficiente. Avaliando as respostas, os respondentes informaram que a responsabilidade dos gestores não está condizente com o processo de gestão, com resposta de 70%, corroborando com a análise das ementas curriculares dos cursos de Oficiais, que não preparam para atuar nas áreas contábil, orçamentária e financeira.

Outro dado levado em consideração é que apenas 30% colocaram pessoal desqualificado, que não condiz com as respostas, que a maioria dos entrevistados tem pouco conhecimento na contábil, financeira e orçamentária, e que a grade curricular não se prepara para atuar nessas áreas. O sistema de captura de dados é ineficiente, pois no momento a captura de dados no órgão estadual está limitada. Devido à troca de sistemas operacionais da administração financeira, o antigo sistema o Siafem foi trocado, pela sua limitação de gerar informações de dados, pelo Siafi, produzido por uma empresa canadense, que ainda está limitando seus recursos. Logo, a captura de dados está limitada, confirmando o pouco conhecimento dos agentes dessas áreas.

A última parte do questionário associa os custos e a sustentabilidade, e como os custos podem ajudar na sustentabilidade das Amazônias. Os 90% dos respondentes informaram que o sistema de custos pode ajudar na sustentabilidade da Amazônia, indicando que os custos podem auxiliar o CBMPA na atuação e prevenção da sustentabilidade amazônica.

Diante disso, fica um questionamento: de que modo o sistema de custos poderia ajudar na gestão das unidades operacionais e administrativas? Na opinião de 81,8%, com a geração de informações sobre indicadores de desempenho dos serviços prestados, é ponto positivo que indica que custos podem auxiliar a levantar informações nas UBM's de indicadores de desempenho institucionais.

E, por fim, foi questionado sobre as operações que o CBMPA realiza, e se são baseadas em informações de custos. As operações são as mais variadas e de tamanhos diferentes, como exemplo: Círio de Nazaré, veraneio, festas de final de ano, eventos culturais, esportivos etc. A resposta de 54,5% é que são baseados em custos, e 45,5% que não são baseados em custos, e os que responderam que sim, informaram que eram baseados em custos de diárias, materiais, quantidade militar e orçamentária. Essa resposta corrobora mais uma vez com a falta de conhecimento de custos, pois as informações são básicas para tratamentos de dados, e isso implica dizer que o CBMPA tem de aperfeiçoar nas áreas ligadas à contabilidade, finanças e orçamento, sendo imprescindível um sistema de custos para melhorar a gestão institucional, e a necessidade de uma avaliação nas grades curriculares dos militares que atuaram nessas áreas administrativas.

Para tanto, foi proposto um Sistema de Custos, com o objetivo de melhorar as informações gerenciais, que aproveitou a estrutura organizacional e as regiões integradas de Bombeiros, com a perspectiva de gerar parâmetros regionalizados e individualizados das UBM's, ao mesmo tempo separando os custos dos órgãos setoriais (administrativos), Apoio (colaboradores) e de Execução (finalísticos), dando ao Sistema de Informação de Custos do CBMPA (Sicbom) várias dimensões de mensurações e informações.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Nathalia Alcântara de; OLIVEIRA, Nildete dos Passos. Sistema de custos: *um diagnóstico da implantação nas forças armadas brasileiras*. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA 10., 2017, Brasília, Df. *Anais [...]*, Brasília, DF, 2017.
- ALONSO, Marcos. Custos no serviço público. *Revista do Serviço Público*, v. 50, n. 1, p. 37-63, 1999.
- ALONSO, Marcos. Secretaria do Tesouro Nacional. *Sistema de informação de custos do governo federal*. Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Sistema_Informacao_custos/apresentacao.asp. Acesso em: 26 out. 2023.
- AMAZONAS, I. N. Formação institucional e desenvolvimento regional no estado do Amazonas. *Formação Institucional da Amazônia*, NAEA, p. 347-391, 2015.
- BASTOS, Afonso Henrique Sant'Ana. *Ordinários marchem: aspectos da militarização do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro*. Disponível em: <https://bit.ly/3gP4AQM>. Acesso em: 26 out. 2023.
- BECHMANN, Gotthard; STEHR, Nico. Niklas Luhmann. *Tempo social*, v. 13, p. 185-200, 2001.
- BERTALANFFY, L. V. *Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. 5. ed. Tradução Francisco M. Guimarães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BRANCO, U. L. *Governança europeia*. Bruxelas: [s.n.], 2001.
- BRASIL. Lei 10,180. *Organiza e disciplina os sistemas de planejamento e de orçamento federal, de administração financeira federal, de contabilidade federal e de controle interno do poder executivo federal, e dá outras providências*. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. *Constituição (1988) da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 mai. 2022.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto-lei nº 317 de 13 de março de 1967*. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 mai. 2023.
- BRASIL, DCON EM REVISTA. *Demonstrações contábeis da União/Publicação da Secretaria do Tesouro Nacional-STN*. Brasília. n. 3, 2014.
- BRASIL. *Diretoria de contabilidade sistema gerencial de custos do exército brasileiro: manual do usuário*. Brasília, DF, 2015. p. 82.

RASIL. Câmara dos Deputados. *Art. 2.º do decreto 2.844. I, 2023*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2844-6-dezembro-1940-412860-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=sobre%20o%20soldo>. Acesso em: 26 mai. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A reforma gerencial do estado de 1995. *Revista de administração pública*, v. 34, n. 4, p. 7, 2000.

CAMPOS, Í.; CASTRO, E. M. R. d. *et al. Formação socioeconômica da amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2015.

CARNEIRO JUNIOR, Moacir; SILVA, Wesley Vieira da; ROCHA, Daniela Torres da. *Custos no serviço público: o sistema gerencial de custos do exército*. ABC Custos, v. 7, n. 1, p. 118-138, 2012.

CHIAVENATO, I. *Planejamento estratégico*. [S.l.]: Elsevier Brasil, 2004.

CLEMENTE, Ademir; SOUZA, Alceu; NOBRE, Guilherme Fraguas. Os sistemas de custeio e o meio ambiente. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 4., 1997, Belo Horizonte. Anais. [...]*, Belo Horizonte, 1997.

COLETTI, Claudinei. Conceitos fundamentais da teoria sistêmica de niklas luhmann. *Revista Direito*, v. 12, n. 18, p. 39-48, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11* Brasília, DF: 2012.

CURSO CAPITÃO POLÍCIA MILITAR - CSPMB. Belém, 2022. p. 32. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/atividade-de-campanha-cspm-2022-2023>. Acesso em: 13 abr. 2023.

CURSOS DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS E OFICIAIS- CFP. Belém, 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34311/policia-militar-inicia-cursos-de-formacao-de-pracas-e-oficiais>. Acesso em: 29 abr. 2023.

CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: UFPA, 1963. v. 2. (Coleção Amazônica. José Veríssimo). Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/99>. Acesso em: 22 out. 2023.

DA SILVA, Leonardo Nóbrega. Teoria dos sistemas sociais e os meios de difusão em Niklas Luhmann. *CSONline-REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, n. 22, 2016.

DE ALMEIDA, André Galvão Vasconcelos *et al.* Constituição, complexidade e contingência: o desafio da tutela de direitos na sociedade contemporânea. *Revista Jurídica da Presidência*, v. 19, n. 119, p. 622-644, 2018.

DE MORAIS Kunzler, Caroline. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. *Estudos de sociologia*, v. 9, n. 16, 2004.

ELIAS, L. M. S. de. L. *Diagnóstico sobre a implantação do sistema de informação de custo - SICSP: no setor público municipal no estado do Pará*. Belém: Viseu, 2020. 98 p.

ELIAS, L. M. S. de L. *et al. Sistema de informação de custos no setor público municipal: um estudo sistêmico no estado do Pará*. Belém: UFPA, 2018.

FERNANDES, J. C. D. C. *O uso da informação de custos na busca pela excelência da gestão pública*. [S.l.s.n.], 2011.

FILGUEIRAS, F. Indo além do gerencial: a agenda da governança democrática e a mudança silenciada no Brasil. *Revista de Administração Pública*, SciELO Brasil, v. 52, p. 71–88, 2018.

FILGUEIRAS, Marcelo Vallim. Apoio logístico integrado e gestão do ciclo de vida dos. Meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. *Caderno de Ciências Navais*, v. 3, n. 1, p. 313-345, 2019.

FREZATTI, F.; AGUIAR, A. B. d.; GUERREIRO, R. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. *Revista Contabilidade & Finanças*, SciELO Brasil, v. 18, p. 9–22, 2007.

FRANÇA, Fábio Gomes de; RIBEIRO, Luziana Ramalho. Um bombeiro pede socorro!: socialização, treinamento e sofrimento na formação do bombeiro militar. *Sociologias*, v. 21, p. 212-241, 2019.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA. *Anuário estatístico do Pará 2021*. 2021. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/anuario-estatistico/demo.html>: Acesso em: 22 abr. 2023.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. [S.l.]: Editora Atlas SA, 2008.
HOLANDA, V. B. de; LATTMAN-WELTMAN, F.; GUIMARÃES, F. C. *Sistema de Informação de custos na administração pública federal: uma política de Estado*. [S.l.s.n.], 2010.

INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ - IESP. Curso de aperfeiçoamento de oficiais – CAO. *Especialização em gestão de unidade de Bombeiro Militar com ênfase em defesa civil*. Marituba, PA, 2019.

INSTITUTO DE ENSINO DE SEGURANÇA DO PARÁ - IESP. Curso superior de polícia e bombeiros Militar-CSPBM. *Especialização em gestão estratégica em defesa social*. Marituba, PA, 2022.

JACOBI, P. R. *Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil*. [S.l.s.n.], 2003.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade ambiental como sistema de informações. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 12, n. 3, p. 71-92, 2001.

LANDES, D. S.; MOKYR, J.; BAUMOL, W. J. *A origem das corporações: uma visão histórica do empreendedorismo da mesopotâmia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2010.

LAUDON, K. C. J. P. *Sistemas de informação gerenciais*. [S.l.]: 11. ed. Pearson Education do Brasil, 2014.

LEITE, C. E. B. *A evolução das ciências contábeis no Brasil*. [S.l.]: FGV Editora, 2005.

LEONARDO, Vera Sirlene; ABBAS, Katia; BULLA, Priscila Rhanny. Sistema de gestão ambiental como suporte na identificação dos custos com controle, preservação e recuperação do meio ambiente. *Enfoque: Reflexão Contábil*, v. 32, n. 3, p. 129-149, 2013.

LEONE, G. S. *Contabilidade de custos*. São Paulo: Atlas, v. 2, 2000.

LIMA NETO, J. T. *Batalha da borracha: a mais trágica das transumâncias amazônicas. 1912 – 2012: cem anos da crise da borracha: do retrospecto ao prospecto*, 2013. p. 53–82.

LINS NETO, Nazaré Lopes. Batalha da borracha: a mais trágica das Transumância Amazônicas. In: LINS NETO, João Tertuliano; LOPES, Maria Lúcia (org.). *1912-192012 cem anos da crise da borracha: do retrospecto ao prospecto, a Amazônia em doze ensaios*. Belém: CORECON-PA, 2013 (Coletânea do VI ENAM).

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir. *Estudos avançados*, v. 16, p. 107-121, 2002.

LUHMANN, N. Sistemas sociais: lineamientos para una teoría general: lineamientos para una teoría general. *Sistemas sociales*, p. 1–445, 1998.

LUCCA, André. *Gestão de custos e disponibilização da informação: uma realidade necessária na força aérea brasileira?* [S.l.:s.n.], 2014.

LUHMANN, N. *Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral*. [S.l.]: Editora Vozes, 2016.

MACHADO, N.; HOLANDA, V. B. d. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. *Revista de Administração Pública*, SciELO Brasil, v. 44, p. 791–820, 2010.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, v. 26, p. 149–158, 1990.

MARCONI, M. de. A.; LAKATOS, E. M. *Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/pesquisa bibliográfica/teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2020.

MARCOVITCH, J. *A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas*. [S.l.]: Edusp, 2022.

MARQUES, G. de S. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTÍNEZ, A. R. Globalização, direitos humanos e civilização da pobreza: repensando os direitos humanos no contexto da colonialidade do poder a partir do pensamento de Ignacio Ellacuría. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 7, n. 16, 2020.

MARTINS, E.; ROCHA, W. *Contabilidade de custos*. [S.l.]: Atlas São Paulo, 2003. v. 9.

- MARTINS, W.; SILVA, A. *História do pensamento contábil: com ênfase na história da contabilidade brasileira*. Curitiba: Juruá, 2011.
- MELO, A. F. de; COSTA, E. J. M. da. A amazônia e a problemática do subdesenvolvimento: uma análise a partir da visão de celsofurtado. *Cadernos CEPEC*, v. 1, n. 1, 2013.
- MELO, A. F. de; COSTA, E. J. M. da. A amazônia e a problemática do subdesenvolvimento: uma análise a partir da visão de celsofurtado. *Cadernos CEPEC*, v. 1, n. 1-6, 2019.
- MENEZES, J. O corpo de bombeiros no Pará. *Belém: Imprensa Oficial do Estado*, 2007.
- MORESI, E. A. D. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ciência da informação, SciELO Brasil*, v. 29, p. 14–24, 2000.
- MOTA, F. G. L. *Curso básico de contabilidade pública*. [S.l.: s.n.], 2006.
- NAVEGAPARÁ. Disponível em: www.navegapara.pa.gov.br/sites/default/files/banner_0.png. Acesso em: 20 nov. 2023.
- OLIVEIRA, Ridalvo Medeiros Alves de et al. Indicadores de desempenho econômico-financeiro em uma OMPS da Marinha do Brasil: o paralogismo da análise trimestral. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC, 2016. *Anais [...]*, 2016.
- PADOVEZE, C. L. *Sistemas de informações contábeis: fundamentos e análise*. São Paulo: 11. Editora Atlas SA, 2019.
- PARÁ. *Lei n. 5.251 de 31 de julho de 1985*. Belém, 1985. PARÁ. *Constituição Estadual*. Belém, 1989.
- PARÁ. Constituição Estadual. *Lei 5.731 de 15 de dezembro de 1991*. Belém, 1992b. Disponível em: https://www.bombeiros.pa.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/lei_5731.pdf. Acesso em: 4 abr. 2023.
- PARÁ. *Curso superior de polícia e bombeiros - CSPBM*. [S.l.s.n.], 2007.
- PARÁ. *Decreto, n. 1.066, de 19 de julho de 2008*. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/176938.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- PARÁ, C. D. B. M. D. *Projeto pedagógico do curso de formação de oficiais combatentes*. 2015. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/176938.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- PARÁ. *Lei 8.230, de 13 de julho de 2015*. Belém, 1915. Disponível em: <https://www.bombeiros.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/LEI-No-8.230.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- PARÁ. *Lei 8.388, de 22 de setembro de 2016*. Belém, 1916. Disponível em: https://www.pm.pa.gov.br/images/PM1/L_E_I_N_8.388_DE_22_DE_SETEMBRO_DE_2016_07-07-2022.pdf. Acesso em: 12 jul. 2023.

PARÁ. *Cursos de formação de praças e oficiais*- CFP. Belém, 2016. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/34311/policia-militar-inicia-cursos-de-formacao-de-pracas-e-oficiais>. Acesso em: 28 abr. 2023.

PARÁ. *Decreto, n. 1.052, 2020*. Dispõe sobre as normas ou procedimentos para os serviços administrativos, preventivos e operacionais a serem adotados pelo Bombeiro Militar e os organismos da corporação nas atividades diárias e dá outras providências. Belém, 2020.

PARÁ. C. de. Bombeiros militares do. *Curso à graduação de sargentos CSG BM/2020*. 2020.

PARÁ. *Lei n° 9.161, de 13 de janeiro de 2021*. Belém, 2021.

PARÁ. *Polícia militar inicia curso formação de praças e oficiais*. Belém, 2023.

PARÁ. Curso de Formação de Oficial – CFO. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.apmg.pr.gov.br/Pagina/Curso-de-Formacao-de-Oficiais-Policiais-Militares-CFO-PM>. Acesso em: 20 maio, 2023.

PEREIRA, W. C. de A. O método heurístico em pesquisa. *Journal Sul-Americano Medicina*, v. 1, 1979.

PIGATTO, J. A. *et al.* A importância da contabilidade de competência para a informação de custos governamentais. *Revista de Administração Pública*, SciELO Brasil, v. 44, p. 821–837, 2010.

PINHO, J. A. G. d.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de administração pública*, SciELO Brasil, v. 43, p. 1343–1368, 2009.

POMPERMAYER, Cleonice Bastos; LIMA, João Evangelista Pereira. *Gestão de custos. Finanças empresariais*. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus. 2002. p. 49-68. (Coleção Gestão Empresarial, n. 4).

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. [S.l.]: Editora Feevale, 2013.

REZENDE, F.; CUNHA, A.; BEVILACQUA, R. Informações de custos e qualidade do gasto público: lições da experiência internacional. *Revista de Administração Pública*, SciELO Brasil, v. 44, p. 959–992, 2010.

RIBEIRO, O. M. *Contabilidade de custos*. [S.l.]: Saraiva Educação SA, 1996.

RODRIGUES, G. dos S.; SZLAFSZTEIN, C. F. Barragens de rejeitos da mineração no estado do Pará: Análise preliminar do banco de dados quanto ao risco e dano potencial. *Jornal Aplicado em Hidro-Ambiente e Clima*, v. 1, n. 2, p. 1–19, 2020.

SANTANA, Esdras Carlos de. *A gestão de custos na Marinha do Brasil: uma abordagem estratégica da gestão do ciclo de vida nos meios navais*. [S.l.;s.n], 2022.

SANTOS, M. A. de. *Contabilidade de custos. Superintendência de Educação a Distância*. [S.l. : s. n.], 2018.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Manual de informação de custos*. [S.l.: s.n.], 2018.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Manual dos custos do governo federal*. [S.l. : s.n.], 2019.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO - NBC T 16.11. Resolução n, 1366, de 25 nov. 2011.

SILVA, Anderson Soares; BAPTISTA, Aline Neves. Gastos de posse estratégica na Marinha do Brasil: análise dos custos fixos das organizações militares prestadoras de serviços. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS-ABC.*, 2010. Anais [...], 2010.

SIMONIAN, L. T. L.; BAPTISTA, E. R. *Formação socioambiental da amazônia*. Belém: NAEA, 2015.

SOCIEDADE E ESTADO, SciELO Brasil, v. 18, p. 315–338, 2003.

SOUZA, A. M. de; BEZERRA, D. O. O sistema de informação contábil e o processo de tomada de decisão empresarial. *Revista Campo do Saber*, v. 6, n. 2, 2021.

SOUZA, N. M. C. G. d. *et al.* *Gestão ambiental pública na amazônia brasileira: uma análise de gestão ambiental integrada no estado do Pará*. Belém: UFPA, 2013.

TOASSI, Andresa Jaqueline. *Heróis de fumaça: um estudo sobre os sentidos do trabalho para profissionais bombeiros*. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

VERGOLINO, J. R.; GOMES, G. M. *Metamorfoses da economia amazônica. Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de*. [S.l.: s.n.], 2002. v. 60.

VIDAL, J. P. nálisis de la realidade mediante la lógica circular y el processo de investigacion heurístico. *Paper da disciplina teoria dos sistemas*, Belém, NAEA, p. 347–391, 2016.

VIDAL, J. P. A teoria neosistêmica de niklas luhmann e a noção de autopoiese comunicativa nos estudos organizacionais. *Cadernos Ebape. Br*, SciELO Brasil, v. 15, p. 274–291, 2017.

VIDAL, J. P.; SILVA, F. D. Formação institucional e desenvolvimento regional no estado do Pará. In: *DA SILVA, FC, Formação Institucional da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015. p. 347–391.

WIEMER, Ana Paula Moreira; RIBEIRO, Daniel Cerqueira. Custos no serviço público. In: *CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 4.*, 2004, São Paulo. *Anais [...]*, São Paulo; USP, 2004.

ANEXOS

ANEXO A-Questionário**PARTE 1 PERFIL GERAL**

- 1) Qual sua unidade ou diretoria? _____
- 2) Qual sua patente ou graduação? _____
- 3) Qual a sua função?
 Chefia Assessoria Execução Outros
- 4) Qual seu vínculo empregatício?
 Efetivo Temporário Comissionado Outros
- 5) Qual a sua formação?
 Nível superior Nível médio Outro
- 6) Qual sua área de atuação?
 Operacional – Administrativo Administrativo Operacional
- 7) Dentro da área administrativa, qual função exerce?
 Administrativo- financeira
 Planejamento
 Contabilidade
 Orçamento
 Outra. Qual? _____
- 8) Qual o conhecimento na área contábil, financeira e orçamentária?
 Excelente
 Bom
 Médio
 Pouco
 Não tem

PARTE 2 – IMPLANTAÇÃO DO SIC NO CBMPA

- 1) Existe um setor específico responsável pela informação de custos no CBMPA?
 Sim
 Não
- 2) Caso tenha um setor específico de custos, como é feito o levantamento de custos?
 Manual
 Sistema. Qual? _____
- 3) Desde quando adota o sistema de custos?

não há
 2018 2019 2020 2021 2022 2023 outros _____

4) Se há alguma forma de levantamento de custos, atende todos os setores do órgão? sim não parcial

5) Se sim, em qual departamento está alocado?

- Contabilidade
 Execução financeira
 Planejamento
 Compras
 Outros _____

6) Utiliza algum sistema de análise e avaliação de custos?

sim não

7) Caso a resposta anterior seja afirmativa, qual sistema utiliza?

PARTE 3 – PROCESSO DECISÓRIO NO CBMPA

1) São emitidos relatórios com informação de custos para a tomada de decisão?

- Sim
 Não

2) Quais são as informações utilizadas pelo CBMPA para tomada de decisões?

- Orçamentárias
 Financeiras
 Administrativas
 Patrimoniais
 Custos
 Não tenho essa informação

3) Como as informações de Custos podem auxiliar o gestor no CBMPA?

- Eficiência na gestão de bens e serviço
 Redução dos preços de bens e serviços contratados
 Identificar ociosidades
 Melhorar o planejamento do orçamento
 Identificar oportunidades e melhorias
 Construir indicadores de desempenho
 Avaliar o desempenho das diretorias e unidades do CBMPA
 Comparações entre custo orçado e custo efetivo
 Controlar e reduzir custos
 Aumentar a responsabilidade dos gestores
 Melhorar a gestão interna do CBMPA
 Aumentar a transparência
 Cortar Custos

- 4) Os dados de custos fornecidos para a tomada de decisão permitem:
- Analisar os custos de programas
 - Analisar os custos dos projetos
 - Analisar os custos das atividades
 - Analisar custos dos serviços
 - Analisar os custos das funções de governo
 - Analisar os custos das funções de unidades, departamentos ou setores
 - Analisar os custos dos contratos

PARTE 4

- 1) Quais são os desafios enfrentados para a implantação do SIC no CBMPA?
- sistema de responsabilização dos gestores não é ligado ao ciclo básico de gestão (planejamento, execução e controle)
 - Sistema de pessoal desqualificado
 - Sistema de captura dos dados ineficientes
 - Sistema de Gestão é inadequado

Acrescentar informações ou comentários

PARTE 5 - SISTEMA DE CUSTOS E A SUSTENTABILIDADE

- 1) Sistema de custos pode ajudar na atuação do CBMPA na sustentabilidade da Amazônia?
- Sim
 - Não
- 2) Como o sistema de custos poderia ajudar na gestão das unidades operacionais ou setor administrativo?
- analisando o custo dos combustíveis
 - analisando o custo do efetivo
 - analisando o custo da extraordinárias
 - Analisando os custo de energia elétrica e água
 - Analisar os materiais operacionais (VTR, desencarcerador, motosserras etc.) para saber da vida útil estimada para futura compra
 - gerar informações sobre indicadores de desempenho dos serviços prestados.
 - não ajudaria
- 3) As operações que o CBMPA realizar são baseados nas informações de custos?
- sim
 - não
- 4) Se sim, quais informações?
